



ATA N.º 8 – Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte horas e cinquenta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria – e secretariada pelo senhor Mário Jorge de Castro Reis, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 7 – Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2014;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013);
- 4 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para 2015;
- 5 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2015;
- 6 – Contrato-Programa para 2015 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.  
- Aprovação de minuta;
- 7 – Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria – AMTSM;
- 8 – Revisão Orçamental;
- 9 – Acordo de Execução e Contrato de Delegação de Competências a celebrar com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande  
- Aprovação de minutas de alteração;
- 10 – Pedidos de Isenção de Taxas;
- 11 – Procedimento concursal “Construção de infraestruturas em Casaldaça - Guisande”  
- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual;
- 12 – Empreitada de “Construção do Pavilhão Desportivo de S. João de Ver”  
- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual;
- 13 – Contratos de arrendamento para instalação e funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira  
- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;



- 14 – Iluminação Pública (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento); -----
- 15 – Adesão do Município de Santa Maria da Feira ao Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular -----  
- Carta do Secretário-Geral do Eixo Atlântico (para conhecimento); -----
- 16 – Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral (para conhecimento); -----
- 17 – Projeto Educativo Municipal 2014’20; -----
- 18 – Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia -----  
- Aprovação de minutas do 1.º aditamento aos contratos celebrados com algumas Juntas de Freguesia/Gestão e Manutenção de Equipamentos. -----

-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos senhores vereadores Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos e Mário António Pinho de Oliveira. -----

Não estiveram presentes, nesta sessão, os vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira. -----

-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Seguidamente, dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da Sr.ª Primeira Secretária da Mesa – Fernanda Paula Marques de Oliveira – estar presente na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa que, no momento, apenas era composta por um dos dois Secretários. Nesse sentido, convidou o grupo municipal do Partido Socialista a indicar, para esse efeito, um seu elemento, tendo sido indicada a deputada municipal Maria de Fátima Bastos Oliveira – que, de seguida, tomou o respetivo lugar na Mesa. -----

Aludiu, em seguida, ao e-mail que o membro Henrique Pereira Ferreira lhe dirigiu – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 15.259, de 19 de novembro de 2014 –, em que o mesmo renunciou ao mandato de membro deste Órgão. Leu esse comunicado cujo teor,

-----



seguidamente, se transcreve: -----  
“Henrique Pereira Ferreira, membro da Assembleia Municipal, requer a V. Exa., ao abrigo das disposições legais, a renúncia do seu mandato na Assembleia Municipal, por motivos relacionados com a sua atividade profissional”. -----

Informou que, em consequência dessa renúncia, o membro Henrique Ferreira é substituído, nos termos da Lei, pelo cidadão imediatamente a seguir na mesma lista partidária – Partido Socialista –, nomeadamente o cidadão Daniel Tavares Gomes, que se encontrava presente para participar na sessão, recordando que o Daniel Gomes já havia substituído o membro Henrique Ferreira no período em que aquele havia pedido a suspensão de mandato. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia convidou o Sr. José Henriques dos Santos, eleito Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande na sequência do resultado verificado nas eleições intercalares ocorridas para aquela União de Freguesias no dia 28 de setembro de 2014, para se abeirar junto da Mesa para tomar posse como membro desta Assembleia Municipal. -----

-----  
O *Sr. José Henriques dos Santos* abeirou-se da Mesa e leu, em voz alta, a seguinte declaração de tomada de posse: -----

“Afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas”. -----

Em seguida, assinou a respetiva relação de presenças e tomou o seu lugar na sala. -----

-----  
Posto isto, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de quatro credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: -----

– Argoncilhe: delegada a representação no Secretário do Executivo – Manuel Pereira dos Santos; -----

– Arrifana: delegada a representação na Tesoureira do Executivo – Andreia Alexandra Oliveira Resende; -----

– União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros: delegada a representação no Tesoureiro do Executivo: Paulo Sérgio Valinho Luís; -----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: delegada a



representação no Tesoureiro do Executivo – Alberto de Oliveira Tavares. -----  
Informou, ainda, que os deputados municipais Adriana Marisa da Silva Cardoso (PSD),  
Fernanda Paula Marques de Oliveira (PSD), Marisela Adelaide Pinto Maio (PSD) e Carla  
Marisa Pimentel Pereira (PS) solicitaram, nos termos da Lei, serem substituídos na presente  
sessão dada a impossibilidade em estarem presentes – os membros Adriana Cardoso,  
Fernanda Paula Oliveira e Carla Pereira por motivos profissionais, e a deputada municipal  
Marisela Maio por motivos pessoais. -----

Sobre a substituição da deputada municipal Adriana Cardoso, informou que a mesma é  
substituída na sessão, nos termos legais, pelo cidadão a seguir na lista do PSD – Justino de  
Amorim Pinto – que se encontrava presente para o efeito. -----

Quanto à substituição da deputada municipal Fernanda Paula Oliveira, informou que a cidadã  
seguinte na mesma lista – Juliana Canedo Rocha – comunicou não poder estar presente na  
sessão e pediu para ser substituída. Verificando que o cidadão seguinte da lista – João Luis  
Almeida Cunha – se encontrava presente para o efeito, informou que o mesmo substituída, na  
sessão, a deputada municipal Fernanda Paula Oliveira. -----

Sobre a substituição da deputada municipal Marisela Maio, informou que a mesma é  
substituída na sessão, nos termos legais, pelo cidadão a seguir na lista do PSD – José Moreira  
de Jesus Castro – que se encontrava presente para o efeito. -----

Em relação à substituição da deputada municipal Carla Pereira, informou que a mesma é  
substituída na sessão, nos termos legais, pelo cidadão a seguir na lista do PS – Telmo André  
dos Santos Gomes – que se encontrava presente para o efeito. -----

-----  
Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros –  
encontravam-se presentes, naquele momento, os seguintes membros da Assembleia  
Municipal:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José  
Fernando Moreira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge  
Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos;  
Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Bernardino Manuel Martins  
do Couto; Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Márcio Santos Correia; Sérgio  
Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira



de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Ferreira Santos; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes, Filipe Ramiro Tavares Moreira; Moisés Salvador Coelho Ferreira; Válter José Mendes de Amorim; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto Conceição Moreira; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; São João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos, e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira. -----

Entraram, no decorrer da sessão, os membros António André da Silva Topa e António Domingues Pereira. -----

Faltou à sessão o membro Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 26 de setembro de 2014: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Moisés Ferreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Estrada cortada sem motivo aparente” – ofício que foi enviado àquele deputado



- municipal em formato digital, por e-mail, em 26/09/2014; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Filipe Moreira, através dos requerimentos que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Travessa das Fogaceiras, Guisande” e “Zona Industrial de Rio Meão” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 26/09/2014;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Filipe Moreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Contratação de professores – Feira Viva” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 26/09/2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Filipe Moreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Agrupamento de Escolas de Fiães” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 26/09/2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Viagem Medieval” – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 26/09/2014; -----
  - Ofício do Sr. Comandante do Regimento de Engenharia N.º 3, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para, ao assumir as funções desse cargo, apresentar os seus respetivos e cordiais cumprimentos bem como manifestar a disponibilidade do Regimento para uma franca e leal colaboração durante o período em que desempenhar tal cargo; -----
  - Convite da Comissão Organizadora, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a missa de tomada de posse do novo Pároco da Paróquia do Vale, Pe. Arnaldo dos Prazeres Farinha, que se realizou no passado dia 12 de outubro de 2014; -----
  - E-mail do Coordenador da STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre o
-



- assunto “Apoio ao Projeto de Lei n.º 368/XII - Proteção dos direitos individuais e comuns à água”;-----
- E-mail da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal – na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, remetendo os documentos analisados na reunião realizada por aquele Conselho no dia 29 de setembro de 2014; -----
  - E-mail do Presidente da Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do PDM de Santa Maria da Feira, relativo a convocatória para a 4.ª reunião plenária daquela CA, que se levou a cabo no dia 23 de outubro de 2014, para aprovação do parecer final da CA da Revisão do PDM de Santa Maria da Feira – e-mail que foi reencaminhado para o membro António Topa, na qualidade de membro designado por esta Assembleia Municipal para integrar a CA em referência; -----
  - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 22 de setembro de 2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião que aquele Conselho Municipal realizou no passado dia 06 de novembro de 2014; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da Educação e Ciência pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre a Escola Secundária de Santa Maria da Feira; -----
  - E-mail do deputado municipal Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Falta de segurança no transporte dos alunos no Concelho”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Moisés Ferreira, subordinado ao assunto “Falta de segurança no transporte dos alunos no Concelho”; -----
  - E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
-



- remetendo requerimento subordinado ao assunto “Recibos Verdes na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Recibos Verdes na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira”; -----
  - E-mail da deputada municipal Margarida Gariso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento onde solicita fotocópias dos depoimentos escritos apresentados pelas associações do Concelho e pela Federação das Coletividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira, no âmbito da discussão do “Programa de apoio a projetos culturais do Concelho”; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pela deputada municipal Margarida Gariso, onde solicita fotocópias dos depoimentos escritos apresentados pelas associações do Concelho e pela Federação das Coletividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira, no âmbito da discussão do “Programa de apoio a projetos culturais do Concelho”; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da Saúde pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre a falta de enfermeiros no Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga; -----
  - Ofício do Gerente da Sociedade de Revisores de Contas Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC, Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral do Município de Santa Maria da Feira; -----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 06 de outubro de 2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente do Clube Futebol União de Lamas – Hóquei, remetendo teor do Voto de Louvor que esta Assembleia Municipal aprovou na sua sessão de 26 de setembro de 2014; -----



- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da Educação e Ciência pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre o transporte escolar na Escola Secundária de Santa Maria da Feira; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre aterro em Santa Maria da Feira; -----
- E-mail do deputado municipal Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Falta de planeamento nas obras da Indaqua na zona industrial de Arrifana”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Moisés Ferreira, subordinado ao assunto “Falta de planeamento nas obras da Indaqua na zona industrial de Arrifana”; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, as perguntas dirigidas ao Ministério da Educação e Ciência e ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre os contratos de Emprego – Inserção nas Escolas Públicas; -----
- E-mail do Presidente da Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do PDM de Santa Maria da Feira, informando que foi disponibilizada na respetiva plataforma informática o parecer final da CA da Revisão do PDM de Santa Maria da Feira, aprovado na 4.ª reunião plenária daquela CA, levada a cabo no dia 23 de outubro de 2014 – e-mail que foi reencaminhado para o membro António Topa, na qualidade de membro designado por esta Assembleia Municipal para integrar a CA em referência; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos e para os efeitos previstos na Lei, as Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2015, aprovadas pela Câmara Municipal na sua reunião extraordinária de 28 de outubro de 2014; -----
- E-mail do deputado municipal Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal,



- remetendo requerimento subordinado ao assunto “Infraestruturas sob alçada da Câmara Municipal com placas de fibrocimento com amianto”; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento apresentado pelo deputado municipal Filipe Moreira, subordinado ao assunto “Infraestruturas sob alçada da Câmara Municipal com placas de fibrocimento com amianto”; -----
  - Ofício da Sr.<sup>a</sup> Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de outubro de 2014; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pelo deputado municipal Filipe Moreira, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia sobre “Recibos Verdes na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira” – ofício que foi enviado àquele deputado municipal em formato digital, por e-mail, em 06/11/2014; -----
  - E-mail do deputado municipal Eduardo Rocha, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014, do assunto “Iluminação Pública”; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de novembro de 2014, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de novembro de 2014, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos membros da Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no passado dia 17 de novembro de 2014; -----
  - E-mail da deputada municipal Carla Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos legais; -----
-



- E-mail do Presidente da Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do PDM de Santa Maria da Feira, informando que na ausência da receção de qualquer parecer no prazo previsto no Regimento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, considera-se o parecer provisório da CA da Revisão do PDM de Santa Maria da Feira, anteriormente disponibilizado na plataforma informática, como sendo o Parecer Final – e-mail que foi reencaminhado para o membro António Topa, na qualidade de membro designado por esta Assembleia Municipal para integrar a CA em referência;-----
- E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo sua circular n.º 118/2014, relativo a convite para participar num seminário sobre Poder Local e o Setor Solidário: a rede social e os novos desafios do planeamento, a realizar no próximo dia 26 de novembro, em Coimbra;-----
- E-mail da deputada municipal Adriana Cardoso, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na referida sessão, nos termos regimentais; -----
- E-mail da deputada municipal Lia Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento solicitando informação relativa ao regulamento e/ou regras que consubstanciam o Selo e Certificado de Mobilidades;-----
- E-mail da deputada municipal Lia Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento solicitando informação relativa ao estado atual do Plano de Urbanização de Lourosa e do Plano de Urbanização de Santa Maria da Feira; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, dois requerimentos apresentados pela deputada municipal Lia Ferreira, um solicitando informação relativa ao regulamento e/ou regras que consubstanciam o Selo e Certificado de Mobilidades, e um outro solicitando informação relativa ao estado atual do Plano de Urbanização de Lourosa e do Plano de Urbanização de Santa Maria da Feira; -----
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 28 de outubro e 03 de novembro de 2014; --
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia



- Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de novembro de 2014;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de novembro de 2014;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de novembro de 2014;-----
  - E-mail do deputado municipal Henrique Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, renunciando ao seu mandato na Assembleia Municipal, por motivos relacionados com a sua atividade profissional;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no âmbito dos pedidos de esclarecimentos efetuados pelos munícipes Joaquim Augusto de Sousa Cruz, Artur Pereira Rocha e Manuel Joaquim da Costa, no Período de Intervenção do Público na sessão realizada por esta Assembleia na sua sessão de 26 de setembro de 2014;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta às questões suscitadas pela deputada municipal Margarida Gariso, através do requerimento que remeteu ao Sr. Presidente da Assembleia no âmbito do “Programa de Apoio a Projetos Culturais do Concelho” – ofício que foi enviado àquela deputada municipal em formato digital, por e-mail, em 20/11/2014;-----
  - E-mail da deputada municipal Fernanda Paula Oliveira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição na referida sessão;-----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, a resposta do Ministério da Educação e Ciência à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre a Escola Secundária de Santa Maria da Feira;-----
  - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, ao Sr. Presidente da Assembleia
-



Municipal, informando, a pedido de Juliana Rocha (cidadã seguinte da lista do PSD a este Órgão), da impossibilidade da mesma estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014, pelo que solicita ser substituída na sessão pelo elemento imediatamente a seguir da mesma lista;-----

- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Coimbra, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014, pelo que delega a sua representação no Secretário daquele Executivo – Manuel Pereira dos Santos;-----
- E-mail do Sr. Vice-presidente da Secção do PSD de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que a deputada municipal Marisela Maio não pode estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição na referida sessão nos termos regimentais;-----
- Diversos jornais e revistas.”-----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, deu nota da existência de três moções, cinco recomendações e uma proposta – que, nos termos regimentais, foram remetidas aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por e-mail, aos membros da Assembleia. Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar uma moção e uma proposta, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015 -----

Considerando que: -----

- O agravamento do fosso entre volume de montantes transferidos e a regra geral prevista na LFL aferida a uma % da média dos três impostos que relevam para o FEF e FFF (para uma variação de 17% entre 2012 e 2013 do volume da receita do IVA+IRS+IRC, a variação



proposta na alínea a) do artigo 85.º é de 1,5 %); -----

- Para lá do artifício da cláusula limite dos 5% (inaugurada com a Lei de 2007) que faz com que a transferência não seja fixada em 1.952 milhões de euros, a Proposta de OE consagra ainda uma subavaliação do valor remanescente, ou seja mais 85 milhões que em 2014 (1.785 milhões em vez dos 1726 milhões). Adicionalmente faz o truque de cumprir a variação máxima dos 5 %, não referenciada como a lei determina ao FEF e FSM, mas incluindo o IRS, conduzindo a que nos “acertos para impedir o aumento devido de transferências o FEF seja “martelado” de tal maneira que há municípios a perder 10% e mais desse montante (os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto veem o FEF reduzir-se respetivamente em 15 e 19 milhões de euros);-----

- A verba autónoma para transportes escolares (23 milhões de euros), já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no FSM;-----

- Pelo segundo ano consecutivo insiste-se no incumprimento do que a Lei estipula sobre transferências para AM e CIM, num quadro em que a própria regra de exceção (inaceitável) desaparece, incumprimento que se traduz em mais de 5 milhões de euros no seu conjunto; -----

- Estabelece a consignação do crescimento do FEF resultante da LFL à realização da participação do FAM e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso); -----

- Impõe restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores; -----

- Determina a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efetivas realizadas no âmbito do FSM no domínio da Educação, com devolução das verbas não gastas;-----

- Consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo: -----  
Tetos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao SNS; Retenção em favor da DGAL, de 0,1% do FEF; Por “violação” da redução em 10% do volume de pagamento a 90 dias não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do PAEL; Por “violação” da não redução de trabalhadores; Pela “violação” das disposições sobre pessoal dirigente; Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 24 de novembro de 2014, delibera: -----



1. Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado para 2015, que contribuam para o seu enfraquecimento;-----
2. Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias;-----
3. Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta; -----
4. Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo Estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população.-----
5. Remeter esta moção aos órgãos de soberania, à ANMP e à ANAFRE e divulgá-la junto da população.”-----

-----  
“PROPOSTA -----

Considerando que: -----

- Portugal é um dos países da UE com a maior jornada de trabalho, em média 39,1 horas semanais, contra 37,4 horas da média na UE, 35,6 horas na Alemanha e ainda menor número de horas de outros países;-----
  - Os limites máximos dos horários de trabalho, na Administração Pública, foram fixados em 35 horas semanais e 7 diárias, há mais de 15 anos, pelo que o seu aumento para 40 horas semanais e 8 diárias, que o governo pretende impor, através da Lei n.º 68/2013, passando os trabalhadores a trabalhar gratuitamente mais 5 horas por semana, representa um inaceitável retrocesso social e civilizacional;-----
  - O descontentamento criado com esta medida não permite esperar qualquer vantagem para o Município ao nível da produtividade e da qualidade do trabalho, antes pelo contrário, agudiza a desmotivação dos trabalhadores, cujos direitos têm sido dizimados, particularmente por força dos cortes salariais, supressão de subsídios e proibição de qualquer valorização profissional;-----
-



- A maioria dos municípios do País optou por celebrar, com as Associações Sindicais representativas dos trabalhadores, especialmente com o STAL, acordos coletivos, visando essencialmente a manutenção dos suprarreferidos limites de 35 horas semanais e 7 diárias.-----  
A Assembleia Municipal, reunida a 24 de novembro de 2014, recomenda à Câmara Municipal:-----

Que estabeleça contactos com o STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, no sentido de ser subscrito um Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública que garanta os mencionados limites de 35 horas semanais e 7 diárias e salvguarde os interesses gerais do Município.”-----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“A Pedreira das Penas, situada no coração da cidade de Santa Maria da Feira, esquecida durante décadas pelo poder político e sociedade civil, apenas coexistiu com lixo, silvas e animais, abandonada à sua sorte.-----

Sendo reconhecidamente por tudo isto, uma ameaça permanente para a segurança das pessoas e da saúde pública, é uma preocupação ambiental que todos os feirenses não podem menosprezar.-----

Tendo-se finalmente decidido e desenvolvido um projeto fundamentado e com candidatura a fundos comunitários, assumiu-se uma requalificação necessária embora muito atrasada. Mas mais vale tarde do que nunca!-----

Torna-se pois relevante que não apenas os pressupostos e objetivos do projeto sejam devidamente seguidos para serem alcançados, como exista uma cabal monitorização não somente do desenrolar dos trabalhos mas também dos resultados finais dos mesmos.-----

As boas práticas de preservação ambiental, no desenvolver deste projeto tal como na defesa do interesse da população, não tão-somente no presente mas essencialmente no futuro, merecem que exista uma estreita compreensão e envolvimento no processo de requalificação por parte dos diferentes atores municipais, sejam eles político-partidários, sociedade civil ou económico/empresarial.-----

Atendendo a tais pressupostos, procurando de forma atenta e construtiva, promover a

---



vigilância e a defesa dos reais interesses dos feirenses, o grupo do CDS-PP com assento nesta Assembleia Municipal, vêm requerer propondo:-----

1 - A criação de uma Comissão de Acompanhamento da Requalificação da Pedreira das Penas, designada por esta Assembleia, -----

2 - A dita Comissão seja constituída de acordo com o que já foi estabelecido nas Pedreiras de Lourosa, -----

3 - Seja uma Comissão formada com o objetivo de desenvolver uma monitorização atenta e cuidada do desenvolvimento dos trabalhos, do alcançar dos objetivos e pressupostos propostos, reavaliação do projeto e necessidades verificadas, na melhor defesa dos reais interesses da população e do ambiente.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) para apresentar a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“JUSTIÇA PARA O PALÁCIO DA JUSTIÇA-----

As convulsões que de há algum tempo a esta parte vêm marcando a chamada “reorganização dos Tribunais”, acabaram por confirmar as piores perspetivas acerca da prometida recuperação do Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira. -----

Apesar das promessas da Secretaria de Estado da Justiça, veiculadas pelo anterior titular do cargo e, apesar das promessas da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, veiculadas pelo anterior vereador e atual presidente do Município, feitas ambas no sentido da obtenção da viabilidade de recuperação do edifício, a dura realidade acaba de nos atingir de forma brutal: a tão prometida reabilitação foi excluída do Orçamento do Estado para 2015. -----

Considerando que: -----

- A histeria que há meia-dúzia de anos levou à “evacuação” do edifício do Tribunal, numa atitude que o tempo e as opiniões técnicas divulgadas por diversas instituições, vieram demonstrar ter sido extemporânea; -----

- Os compromissos de recuperação do edifício publicamente assumidos pelo anterior Secretário de Estado da Justiça; -----

- Os compromissos de recuperação do edifício publicamente assumidos pelo anterior vereador e atual Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira; -----

- O avançado estado de degradação estrutural do edifício; -----

---



- O confrangedor exemplo de incúria da guarda do património público que o edifício denuncia; -----
- Os enormes prejuízos decorrentes para o Orçamento do Estado; -----
- Os enormes prejuízos para os utentes e para a economia local, decorrentes daquele estado de abandono; -----
- que resta pouco tempo para que se esgote o contrato de arrendamento do edifício em que atualmente funciona o Tribunal; -----

Constituem um conjunto de circunstâncias gravosas para o erário público, para a administração da Justiça, para o Município de Santa Maria da Feira, para os utentes, e para a população em geral.-----

Pelo somatório de razões expostas, o Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira propõe para discussão e aprovação o seguinte: -----

Que esta Assembleia Municipal expresse aos órgãos competentes (Presidência da República, Grupos Parlamentares, Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério e Secretaria de Estado da Justiça) o seu desagrado quanto ao grave atropelo do interesse público, o abandono do edifício do Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira, exigindo uma solução urgente de compromisso calendarizado, de forma a acautelar o legítimo interesse comum do Estado, do Município e das populações, propondo:-----

- a) Que o Ministério da Justiça assuma, urgentemente, as responsabilidades institucionais que sobre si impendem, mandando instruir o processo de recuperação do edifício do Tribunal de Santa Maria da Feira.”-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Carla Pinto* (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO -----

Já no decurso deste mês, e após meses de completo secretismo, as escolas, os professores e os portugueses começaram a tomar conhecimento da proposta de “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências” que o Governo pretende assinar com alguns municípios, a tempo de entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2015. -----

Visando concentrar nas autarquias um vasto conjunto de competências nas áreas das políticas educativas, da administração das escolas, da organização curricular, pedagógica e



administrativa e da gestão de recursos (incluindo humanos), esta proposta representa, em muitos aspetos, uma inaceitável intromissão na vida das escolas. -----

Com efeito, se a autonomia das escolas não tem passado de retórica, neste quadro de municipalização da educação, ela fica irremediavelmente posta em causa. A autarquia passa, inclusive, a interferir na esfera da autonomia profissional dos docentes, quando, por exemplo, se propõe definir “os conteúdos, metodologias, atividades e avaliação” das componentes curriculares locais. O município poderá também contratar docentes para “projetos específicos de base local” e terá ainda direito a receber um prémio financeiro por cada docente que consiga dispensar dos “estimados como necessários” pelo MEC para cada concelho. -----

Não estando em causa o papel dos municípios em termos de Educação, tememos que o processo em curso possa ser um primeiro passo para a privatização bem como para a desresponsabilização do poder central no Ensino. -----

Face a esta situação, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 24 de novembro de 2014 solicita que a Câmara Municipal se pronuncie sobre a sua posição face a esta anunciada intenção do Governo e recomenda, na defesa da escola pública e no respeito pelos contratos de autonomia já celebrados por muitos agrupamentos e escolas não agrupadas:

a) Que qualquer alteração na configuração da Escola Pública no Concelho de Santa Maria da Feira seja antecedida de um amplo processo de auscultação e envolvimento da comunidade educativa, estimulando a que os Conselhos Gerais e órgãos de gestão intermédia das escolas, enquanto responsáveis pela aprovação das linhas estratégicas fundamentais de cada Agrupamento/Escola possam pronunciar-se ativamente.” -----

-----

Interveio a deputada municipal *Lia Ferreira* (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Está para aprovação o Plano de Orçamento Municipal para 2015, onde, em face às necessidades reais do nosso Concelho, está prevista a dotação de uma quantia simbólica para intervenções na rede viária. -----

Aproxima-se o dia 3 de Dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, data em que irá ser assinalada pela CMSMF (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira) em parceria com a Provedoria Para a Mobilidade com a realização de um Seminário. -----

Pelo evento, o grupo municipal do PS saúda a CMSMF. Finalmente este executivo dá sinais

---



de querer apoiar a Provedoria Para a Mobilidade, ainda que por um dia. -----

O que não se percebe é o facto de que nesse mesmo evento se possa proceder à entrega do selo e certificado “mobilidades” sem que para isso tenha a própria Câmara procurado dar exemplo com aposta séria na temática da Mobilidade com autonomia efetiva. -----

Deixamos-vos aqui uma breve nota de que a postura do assistencialismo, apenas por si, não basta. É preciso ter em conta as diversas frentes de combate de forma a adotar uma política mais integradora e justa para todos. Cidadãos com Deficiência, familiares, cuidadores e moradores do Concelho. Todos merecem um Concelho mais inclusivo e aprazível. -----

1 – Sabemos de algumas negociações com a Rede de Cidades de Excelência, no entanto, até à data não foi firmado qualquer compromisso efetivo com o Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, no sentido de procurar dotar o nosso Concelho de freguesias sustentáveis; -----

2 – O acesso à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira está em projeto, pelo menos, desde 2012, nunca saiu do papel;-----

3 – A CMSMF não tem qualquer Plano de Promoção Municipal de Acessibilidade, tendo inclusive optado por ficar voluntariamente de fora das candidaturas ao QREEN e ao POPH, que financiavam (até 300.000 €) a realização de estudos e projetos para esse mesmo fim; -----

4 – Não existe um Plano Estratégico para a Acessibilidade de Mobilidade no nosso Concelho, e esse fator inviabiliza futuras candidaturas aos eixos de reabilitação e sustentabilidade com base na execução de obras que visam a implementação de Planos de Promoção Municipal de Acessibilidade. -----

A Assembleia Municipal reunida em 24 de novembro de 2014, recomenda à Câmara Municipal:-----

1 – Que faça um Plano Municipal de Promoção de Acessibilidades para que nos próximos eixos de financiamento possa a CMSMF submeter candidaturas para a execução desses mesmos planos.-----

2 – Comecem por planear hoje o que se pretende para amanhã. Criem as bases para um desenvolvimento sustentável e preparado para o futuro, tendo em conta as necessidades dos feirenses e atraindo realmente os investidores. -----

3 – Lancem os pilares para que possa este Município beneficiar de verbas para a requalificação urbana com o intuito de garantir não só a acessibilidade e mobilidade para todos, mas acima de tudo o desenvolvimento económico e a sustentabilidade do Concelho.”---



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar uma moção e duas recomendações, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – REPROVA O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015 -----

O Orçamento do Estado para 2015 proposto pelo Governo PSD/CDS, para além de manter as medidas de austeridade e de sacrifício sobre os portugueses, mantém também uma série de normas que afetam diretamente as autarquias. -----

Ao impor limitações à contratação de pessoal e, em muitos casos, obrigar à continuação de diminuição de trabalhadores nas autarquias, o Orçamento do Estado prejudicará o funcionamento dos serviços junto dos munícipes. -----

Ao impor limitações ao investimento por parte das autarquias, o Orçamento do Estado obriga a uma política municipal e autárquica que será incapaz de responder eficazmente às necessidades das populações. -----

Ao obrigar à consignação de determinadas receitas para aplicar, por exemplo, no FAM, o Orçamento do Estado para 2015 prejudica a autonomia das autarquias e impede que se possam utilizar estas receitas em políticas sociais, de desenvolvimento e de investimento. -----

Nos últimos anos as autarquias perderam, Orçamento atrás de Orçamento, muitos milhões de euros; perderam trabalhadores e autonomia. O Orçamento para 2015 continua esse caminho e ele te que ser rejeitado. -----

Pelo acima exposto e pelas consequências que tais medidas terão na população de Santa Maria da Feira, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 24 de novembro, delibera:-----

1. Opor-se ao Orçamento do Estado para 2015 e às consequências que ele trará para os municípios e, em especial, para os munícipes.” -----

“RECOMENDAÇÃO – MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AR NO CONCELHO-----

O país percebeu nos últimos dias as consequências de se ter permitido o desleixo na monitorização e avaliação da qualidade do ar. Essa era uma obrigação anteriormente imposta pela lei, mas que se deixou cair por causa da pressão dos grandes centros comerciais e dos conglomerados industriais. -----

A falta de avaliação e monitorização da qualidade do ar pode trazer graves consequências à população, pelo que os municípios devem estar na vanguarda da prevenção. -----



Dessa forma, os municípios devem, junto das empresas instaladas no concelho, sensibilizar e obrigar a que as mesmas façam esse tipo de monitorização. Ao mesmo tempo, os municípios devem ter instaladas no concelho pequenas estações de monitorização que permitam, a todo o tempo, avaliar a qualidade do ar que todos respiramos, de forma a prevenir doenças e surtos como aquelas a que assistimos recentemente. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 24 de novembro, recomenda: -----

1. Que a Câmara Municipal sensibilize e obrigue a indústria instalada no concelho a proceder a análises periódicas. -----

2. Que instale estações de monitorização do ar no concelho.” -----

Sobre esta recomendação, o membro *Moisés Ferreira* pediu autorização à Mesa para alterar o texto do ponto n.º 1 da mesma, em relação ao teor que havia sido distribuído aos membros – o que teve a aceitação da Mesa – no sentido de ser retirado a expressão “e obrigue”, passando este ponto a ter a seguinte redação:-----

“1. Que a Câmara Municipal sensibilize a indústria instalada no concelho a proceder a análises periódicas.” -----

-----  
“RECOMENDAÇÃO – PELO FIM DA TAXA DE LIGAÇÃO À ÁGUA E SANEAMENTO-----

Têm sido cada vez mais frequentes e recorrentes as queixas de munícipes sobre os preços das taxas de ligação ao saneamento e à rede de água. -----

A Indaqua pressiona os feirenses que ainda não têm a sua ligação feita, ameaçando-os com multas caso não façam a ligação, mas essa ligação é extremamente cara o que, na prática, impede que muitas habitações se liguem à rede de saneamento e de água pública. -----

Para garantir a universalidade do acesso à rede pública de abastecimento de água e à rede de saneamento não se podem aplicar taxas excessivas e absurdas. Para garantir a ligação universal ao saneamento, condição essencial para a preservação ambiental e para a qualidade de vida dos cidadãos, não pode ser permitido que uma empresa cobre taxas proibitivas.-----

A situação existente em Santa Maria da Feira impede que muitos munícipes se possam ligar às redes de abastecimento de água e de saneamento, e essa é uma situação que não se pode tolerar. -----

Essas ligações devem ser gratuitas, de forma a assegurar que todos os feirenses,

---



independentemente dos seus recursos económicos, possam ter qualidade de vida. -----  
Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 24 de novembro, recomenda: -----

1. Que a Câmara Municipal estabeleça a gratuidade da ligação à rede pública de abastecimento de água e à rede de saneamento.”-----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos face aos documentos em discussão, o que lhe foi concedido. -----

Em relação à moção sobre o Palácio da Justiça, fez notar que o contrato de arrendamento do espaço onde atualmente está instalado o tribunal é de 15 anos, destacando que essas instalações têm o dobro da área do antigo tribunal, bem como o dobro das salas de audiência, e que mesmo assim não chega. Referiu considerar que a grande vitória do município de Santa Maria da Feira foi conseguir um edifício com a área do tribunal, salientando que, com a reforma judicial que se procedeu, Santa Maria da Feira saiu com boas perspetivas. -----  
Frisou que a situação do edifício antigo preocupa a Câmara e que, por isso, a mesma se debateu com o anterior governo para que o mesmo não fosse demolido, salientando que o atual Secretário de Estado, da análise feita, também concluiu que o edifício não oferece risco de ruir. Disse que a Câmara aguarda que o Ministério da Justiça assuma a requalificação do equipamento e uma eventual ampliação do mesmo porque a área atual não é suficiente para fazer face às necessidades, reafirmando que esse assunto está a ser tratado com o Secretário de Estado da Justiça. -----

Sobre a questão da municipalização da Educação, comentou não ter percebido se a posição manifestada pela deputada municipal Carla Pinto é pessoal ou se é a posição do Partido Socialista. Sobre esse assunto, disse considerar que uma das reformas do Estado deve ser a descentralização de competências, realçando que a excessiva centralização é permanentemente discutida e, quando se afigura uma matéria que poderá ser descentralizada pelas autarquias, manifesta-se a posição de ser contra. -----

Referiu ser da opinião que a Educação é, de facto, uma das áreas que os municípios não têm problemas em desempenhar, recordando que os mesmos já têm competências ao nível da educação pré-escolar e do ensino do 1.º ciclo e que já deram provas suficientes da capacidade para gerir o ensino, pelo menos, até ao 12.º ano de escolaridade. Sublinhou não ter dúvidas da



capacidade dos municípios para fazerem essa gestão, ressaltando ser da opinião que os municípios podem, até, adaptar melhor os cursos lecionados às necessidades do tecido empresarial, salientando que teve a oportunidade de conversar muitas vezes com os professores das escolas do Concelho e com diretores de agrupamentos, e todos eles falam que a centralização verificada impede, muitas vezes, o avançar para cursos que o tecido empresarial do Concelho precisaria. -----

Reafirmou, contudo, que Santa Maria da Feira não foi um dos municípios selecionados para o projeto mas que, quando essa questão se colocar, a sua predisposição é no sentido do Município aceitar a descentralização de competências na área da Educação.-----

Sobre a questão das 40 horas semanais, disse que a Câmara Municipal está em situação legal, recordando que em setembro de 2013 o horário aplicado foi as 40 horas semanais mas que, entretanto, houve uma providência cautelar instaurada por um sindicato, que suspendeu a aplicação desse horário. Informou que a Câmara recorreu para o tribunal e que, apesar da decisão ainda não ter transitado em julgado, é já sabido que a Câmara ganhou a ação e, portanto, tem condições para aplicar as 40 horas semanais. Salientou, contudo, que antes da aplicação desse horário, a Câmara iniciará um processo negocial com os sindicatos, sempre cumprindo rigorosamente com a legislação. -----

Em relação à recomendação do CDS-PP para a criação de uma comissão de acompanhamento da requalificação da Pedreira das Penas, disse ser da opinião que a situação dessa pedreira é diferente em relação às pedreiras de Lourosa, fazendo sobressair que a Pedreira das Penas é um passivo ambiental da cidade porque é, essencialmente, um buraco cheio de água, sem que houvesse notícia de nele terem sido depositados materiais perigosos, enquanto se ouvia falar no depósito desse tipo de materiais nas pedreiras de Lourosa. Disse ser isso que se falava a respeito das pedreiras de Lourosa, embora nunca tivesse presenciado tais depósitos.-----

Sublinhou que o projeto de recuperação da Pedreira das Penas foi feito por um dos maiores especialistas do País, nessa área, que é também professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, dizendo considerar que o projeto está bem feito. Destacou, ainda, que qualquer deputado municipal que queira ver e acompanhar as obras pode fazê-lo a qualquer momento e pode, a qualquer instante, solicitar saber qual o ponto da situação das obras e que, por isso, entende desnecessária a criação de uma comissão de acompanhamento.-----

Em relação à recomendação sobre a taxa de ligação à água e saneamento, disse julgar que o



membro Moisés Ferreira se referia aos ramais de ligação, dizendo que essa matéria está a ser negociada. -----

Sobre o assunto da monitorização da qualidade do ar, sublinhou que essa não é uma competência do Município mas sim da Agência Portuguesa do Ambiente. Sobre a questão da sensibilização, disse que a notícia do surto de Legionella está a ser divulgada, dizendo considerar que essa matéria também tem a ver com a competência e responsabilidade das empresas. Quanto às estações de monitorização do ar, disse não perceber como é que tal seria possível realizar pelas câmaras, realçando que as mesmas não estão preparadas para fazer essa monitorização e que considera tal situação como não sendo exequível. -----

Em relação à recomendação subscrita pela deputada municipal Lia Ferreira sobre as acessibilidades, fez notar que a Câmara entende não ser pertinente gastar 300 mil euros na realização de estudos, realçando já existirem estudos feitos e haver legislação para cumprir. --- Quanto à referência de que a Câmara iria perder verbas do QREN, disse que neste momento ainda não há sequer elementos específicos para saber o que poderá ser, ou não, apresentado a candidatura e que, portanto, a Câmara entendeu por bem não gastar dinheiro antecipado. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por aludir à proposta apresentada pela CDU sobre o número de horas da jornada de trabalho semanal, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara já explicou essa questão pelo que não iria fazer perder mais tempo com ela, dando nota que o grupo municipal do PSD vota contra essa proposta. Comentou, nesse âmbito, que se deve fazer cumprir a lei. -----

Sobre as moções relacionadas com o Orçamento de Estado para 2015, apresentadas pelo BE e pela CDU, sublinhou tratar-se de um assunto nacional que vai ser votado na Assembleia da República. Referiu que o grupo municipal do PSD vota contra essas moções, comentando achar curioso que os grupos proponentes dessas moções não tenham assuntos municipais para tratar e venham para a Assembleia Municipal falar do Orçamento de Estado. -----

Em relação à recomendação sobre a Pedreira das Penas, apresentada pelo CDS-PP, disse residir, há muitos anos, a cerca de 100 metros da Pedreira e que, felizmente, não foram depositados lixos tóxicos naquele local. Disse que o assunto da Pedreira das Penas passou a ser objeto de críticas a partir do momento em que a Câmara adquiriu aquele espaço e começou a fazer o projeto de requalificação do mesmo. Salientou que já entraram muitos

---



milhares de metros cúbicos dentro da pedreira, que a execução da obra está em estado adiantado e que está a ser acompanhada pelos técnicos, dizendo ser da opinião que criar uma comissão para acompanhar esse trabalho não faz, neste momento, qualquer sentido, porque quando a comissão viesse a conhecer minimamente o projeto a obra já estaria concluída. -----

A respeito da moção do PS sobre o Palácio da Justiça comentou que, daqui a pouco, começa-se a atacar os polícias em vez de se atacar os ladrões. Disse que o PS fechou o antigo tribunal apressadamente e, num espaço de dias, alugou um novo espaço que, felizmente, tem o dobro do espaço que tinha o anterior edifício do tribunal. Referiu que o atual governo mandou, sensatamente, analisar se o antigo edifício do tribunal estava, ou não, em perigo e que se concluiu que não estava em perigo e que, portanto, foi um erro do governo do PS ter retirado o tribunal do edifício onde estava. -----

Salientou que a questão não é recuperar o prédio mas sim contruir um novo com, no mínimo, o dobro do espaço para possibilitar a instalação do tribunal em circunstâncias iguais às atuais e que, portanto, não via motivos para que se estivesse, agora, a atacar a Câmara e o atual governo nessa matéria. Reafirmou ser preciso fazer um projeto para um edifício novo e que o grupo municipal do PSD espera que esse venha a ser construído no mesmo local do antigo, ressaltando já não ter interesse requalificar o edifício existente porque nele não cabe metade daquilo que, atualmente, existe a funcionar. -----

Sobre a recomendação relativa à municipalização da Educação referiu que, como mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara, o município de Santa Maria da Feira nem está entre os municípios piloto para esse projeto. Salientou que as questões colocadas à Câmara, no âmbito dessa matéria, poderiam ser colocadas no Período de Antes da Ordem do Dia desta sessão e que não seria preciso uma recomendação, dizendo considerar que tal recomendação é apresentada a destempo porque, como já dito, Santa Maria da Feira não está entre os municípios piloto e, portanto, não será no próximo ano letivo que tal questão será equacionada. -----

Sobre a recomendação respeitante à temática da Mobilidade, disse ser uma realidade que a Câmara não se tem esforçado muito em fazer planos mas que, por outro lado, tem-se esforçado muito em executar obra, sublinhando que o próprio Presidente da Câmara já mostrou estar sensibilizado para essa questão e que a Câmara, nas requalificações que tem feito, tem sempre a preocupação de respeitar todas as regras de mobilidade. -----



Referiu, em relação à recomendação do BE pelo fim da taxa de ligação à rede pública de abastecimento de água e à rede de saneamento, que se cumpra a lei, destacando que a Câmara está a negociar essa questão e que, terminada essa negociação, informará esta Assembleia Municipal dos resultados obtidos. -----

Sobre a recomendação relativa à monitorização da qualidade do ar no Concelho, disse que a lei deve ser cumprida e que essas estações de monitorização mais não fariam do que, provavelmente, medir a quantidade de dióxido de carbono existente no ar. Concluiu a sua intervenção frisando que essa é uma questão da competência do Ministério do Ambiente, e não da Câmara Municipal. -----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, aludindo à recomendação que apresentou a propósito da Pedreira das Penas, disse ter compreendido alguns dos argumentos aduzidos mas que, contudo, existe a possibilidade de qualquer cidadão, incorrendo em infração séria, ter colocado naquele local conteúdos menos próprios, sublinhando que ninguém pode assumir que tal situação não ocorreu. -----

Realçou que, sendo sabido que está a ser deslocada terra do aterro de Canedo para essa pedreira, a recomendação tão-somente balizava o objetivo de defender as boas práticas, de promover um acompanhamento sério como o que aconteceu em relação às pedreiras de Lourosa. -----

Sobre os restantes documentos, disse votar favoravelmente a recomendação do BE, relativa à monitorização da qualidade do ar no Concelho, porque o CDS-PP considera que a monitorização daquilo que é a qualidade de vida e as condições de saúde e salubridade do Concelho é, também, uma competência da Câmara Municipal e que, portanto, a mesma pode sensibilizar as empresas e demais entidades para essa questão. -----

Sobre a recomendação pelo fim das taxas dos ramais, do BE, disse que também a votava a favor porque essa tem sido, também, uma luta do CDS-PP. Frisou que os preços praticados são exorbitantes e que todos concordarão que alguma coisa deve ser feita a esse respeito, ressaltando ser importante que as pessoas possam, efetivamente, fazer a ligação à rede e que, a partir daí, e porque todos estarão ligados, é fundamental que se desenvolva outro tipo de situações para fazer cumprir a lei. -----

---



Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a CDU vota favoravelmente todas as moções e recomendações apresentadas porque estão no seguimento da linha política da CDU, ressaltando que havia só uma dúvida na recomendação apresentada pelo CDS-PP mas que foi esclarecida. -----

Disse ser precisamente sobre essa recomendação, apresentada pelo CDS-PP, que importa refletir, salientando que afirmar-se que não há material tóxico na pedreira é, no mínimo, brincar com a situação, fazendo sobressair que a pedreira está ao abandono há dezenas de anos, que a água não foi retirada e que ninguém sabe o que se encontra debaixo dela, questionando se foi lá algum mergulhador ver o que continha o fundo do poço. Frisou que, como dito pelo membro Válder Amorim, qualquer cidadão pode, incumprindo a lei, ter atirado para aquele local objetos tóxicos. -----

Realçou que uma comissão de acompanhamento nunca iria travar o avanço da obra e que serviria para que os deputados municipais, bem como os cidadãos em geral, tivessem acesso a uma maior quantidade de informação para que os partidos pudessem tomar uma posição mais fundamentada. -----

Referiu que a única ilação que se pode retirar da posição defendida pelo grupo municipal do PSD é que talvez haja alguma coisa a esconder, comentando que, a título de exemplo e pelo que se ouve falar, no fundo desse poço está a viatura que vitimou o antigo proprietário da pedreira, mas que nada disso é referido. Concluiu a sua intervenção dizendo não compreender a posição defendida pelo grupo municipal do PSD. -----

Posto isto, *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a votação os documentos apresentados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada “Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, BE, CDU) e 31 votos contra (PSD: 29, CDS-PP, Ind.), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Proposta apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) sobre o número de horas da jornada de trabalho*: -----



A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, BE, CDU), 30 votos contra (PSD: 29, Ind.) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a proposta em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

*Entrou o membro António Domingues Pereira.* -----

*– Recomendação apresentada pelo membro Válder Amorim (CDS-PP) com vista à criação de uma Comissão de Acompanhamento da Requalificação da Pedreira das Penas:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 18, CDS-PP, BE, CDU) e 31 votos contra (PSD: 30, Ind.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

*– Moção apresentada pelo membro Margarida Gariso (PS) intitulada “Justiça para o Palácio da Justiça”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, BE, CDU), 31 votos contra (PSD: 30, Ind.) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

*– Recomendação apresentada pelo membro Lia Ferreira (PS) sobre a temática das acessibilidades e mobilidade para todos:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 18, CDS-PP, BE, CDU) e 31 votos contra (PSD: 30, Ind.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

*– Recomendação apresentada pelo membro Carla Pinto (PS) intitulada “Municipalização da Educação”:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS: 17, BE, CDU), 30 votos contra (PSD: 29, Ind.) e 3 abstenções (CDS-PP, PSD: 1 – Manuel Jacinto Moreira, PS: 1 – Valdemar Silva), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Reprova o Orçamento do Estado para 2015”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS: 17, BE, CDU), 32 votos contra (PSD: 30, CDS-PP, Ind.) e 1 abstenção (PS – Valdemar Silva), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Monitorização da Qualidade do Ar no Concelho”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 18, CDS-PP, BE, CDU) e 31 votos contra (PSD: 30, Ind.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Pelo fim da taxa de ligação à água e saneamento”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 18, CDS-PP, BE, CDU), 30 votos contra (PSD) e 1 abstenção (Ind.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

*Saiu o membro José Manuel Leão.*-----

A deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O grupo municipal do PS votou a favor da sua recomendação de estudos e projetos, votamos esta recomendação da acessibilidade, efetivamente, por estarmos conscientes das obras que têm sido feitas muito recentemente em Santa Maria da Feira.-----

Pena o deputado Manuel Leão não estar presente na sala neste momento porque, efetivamente, vai-se fazendo muita obra, e muito mal, obra com muitos erros.-----

E era para invocar essas obras com muitos erros, como é o caso em Santa Maria de Lamas e Santa Maria da Feira, obras que estão cheias de erros no que diz respeito às acessibilidades e à requalificação urbana. Pretendíamos que primeiro se fizessem estudos e projetos para, depois, construir, e construir bem, para gastar o dinheiro corretamente.-----



Isto, dos 300 mil euros que falamos, o objetivo não é gastar 300 mil euros a fazer estudos. O objetivo é ter um financiamento de 300 mil euros de fundos comunitários para efetuar esses mesmos estudos, sem que isso trouxesse qualquer encargo financeiro à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.”-----

A deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“Era só para declarar, relativamente à moção apresentada, Justiça para o Tribunal de Justiça, que é surpreendente que o Secretário de Estado tenha assumido aqui, no Concelho, requalificar e ampliar o tribunal, pondo a hipótese de lá instalar os serviços de registo e notariado, e a Câmara Municipal aceite impávida e serena, e os membros do PSD votem contra esta moção, quando o reflexo desse compromisso não está no Orçamento de Estado. E sem que lá esteja, não há obra. Não consigo perceber esta coerência.”-----

A deputada municipal **Carla Pinto** (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“O grupo municipal do PS votou favoravelmente esta recomendação (Municipalização da Educação) porque refletimos, e muito, em conjunto. A decisão foi de todos, não foi apenas minha. Por termos refletido é que dizemos não à municipalização da Educação. -----  
Eu compreendo que a ideia do Município vir a receber cerca de 13.000 euros por cada professor dispensado seja atrativa. Mas, atenção, espero que não seja um presente envenenado. É que basta ver o que se passa hoje em muitos concelhos do País com as AEC, com atrasos, muitas vezes, das verbas do Poder Central para o Poder Local, precariedade extrema, entrega daquelas atividades a empresas privadas, para desconfiarmos. -----  
Ora, se o município passa a ter esta competência, o que é que vai acontecer às nossas escolas? Vão ser todas privatizadas?-----  
E já que o Sr. Presidente da Câmara tanto fala com os professores do nosso Concelho, pergunte-lhes qual a sua opinião relativamente a esta questão. De certeza que também não estarão interessados na municipalização da Educação. Aliás, se a autarquia está presente nos conselhos-gerais, então perguntem aos conselhos-gerais.-----  
E agora viro-me para o Sr. deputado José Leão, que por acaso não está aqui, é pena, nunca está aqui nestas horas, aconselho-o a ler com cuidado a recomendação, porque aliás ele não chegou a comentar, não chegou a pronunciar-se. O que nós recomendamos é que qualquer



alteração na configuração da Escola Pública no Concelho de Santa Maria da Feira seja precedida de debate, de discussão, de auscultação e envolvimento da comunidade educativa. Essa é que se deve pronunciar sobre estas questões.” -----

O membro *Válter Amorim* (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Era para fazer uma declaração de voto em relação a uma das recomendações aqui trazidas, neste caso pela CDU, sobre as 35 horas. -----

Considerando eu, e tendo a noção que foi também uma proposta que foi mantida e elegida por parte também do CDS, que faz parte do governo, em consciência não concordo com ela na medida em que, tendo já terminado o período troika, seria relevante que esta situação não ficasse permanente e que fosse revista. É esta a minha consideração pessoal, e faço esta declaração de voto porque considero um retrocesso passarmos para as 40 horas, quando a média europeia é claramente distinta. Acho que temos que uniformizar e não agravar aquilo que realmente é negativo. -----

Em relação a esta recomendação última sobre a municipalização da Educação, gostaria de tecer alguns comentários. Embora concorde com aquilo que foi a premissa que pretendem que a Assembleia aprove...” -----

Neste instante, o *Sr. Presidente da Assembleia* interrompeu o membro *Válter Amorim*, pedindo-lhe que se cingisse a uma declaração de voto, e não a tecer comentários. -----

O membro *Válter Amorim* prosseguiu dizendo: “É exatamente declaração de voto, do porquê da abstenção. Embora concorde, tinha dito eu, com aquilo que, na parte final, pretendiam que fosse aqui aprovado, nós não somos contra a municipalização da Educação desde que conversada, falada com todos os atores, e não só os professores, porque consideramos que é uma mais-valia desde que sejam, efetivamente, auscultados todos os atores: pais, alunos, professores e afins. Daí que votei pela abstenção.” -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia, passando a introduzir o Período da Ordem do Dia. -----

*Reentrou o membro José Manuel Leão.* -----

*Entrou o membro António André da Silva Topa.* -----



**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**1 – Ata N.º 7 – Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2014**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento em vigor, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor e 10 abstenções, aprovar a Ata N.º 7, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014.-----

**2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do V Relatório de 2014, informação escrita dada pelo Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, e dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe.-----

**3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 27/12/2013)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, na sequência da



deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013, aludindo à informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, datada de 19 de novembro de 2014 – oportunamente distribuída, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“Na sequência da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2013 e da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013 no seu ponto 4, cumpre-me dar conhecimento que não foram assumidos compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, no período de 18 de setembro até à presente data.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia, em face da informação prestada, e confirmando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

**4 – Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para 2015** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar do mesmo, em papel. -----

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 28 de outubro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 31, CDS-PP, Ind.), 1 voto contra (BE) e 19 abstenções (PS: 18, CDU), aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais para 2015 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----



**5 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2015**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel. -----

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 28 de outubro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“As opções do plano e orçamento para 2015, à semelhança do de 2014, retratam um conjunto de intenções vagas, sem qualquer objetividade ou metas definidas, sem ambição ou respostas para os desafios com que nos defrontamos atualmente, de forma a percebermos para onde se pretende conduzir o futuro deste Concelho. -----

Este é um plano e orçamento que no essencial se caracteriza por atividades de gestão corrente, com medidas repetidas ou sucessivamente adiadas, com menos investimento e mais cobrança de impostos, usando a mesma receita que o Governo da República oferece aos portugueses há mais de 3 anos e que está a fazer retroceder Portugal a níveis de pobreza e de desigualdade social escandalosos (com mais e mais pobres e mais e mais ricos), onde os nossos jovens estão a emigrar à procura de melhores oportunidades e também por isso a natalidade baixa para níveis cada vez mais preocupantes, comprometendo-se o nosso futuro. -----

Quanto aos seus objetivos, estas GOP e Orçamento, são semelhantes ao apresentado para 2014, só que para pior já que globalmente reduz-se em cerca de 8 milhões o investimento (o que representa uma redução de 27%) e aumenta em média 5% a arrecadação de receitas fiscais, máxime o IMI (que cresce 11,17% - de cerca de 14,6 em 2014 passa para 16,3 milhões de euros em 2015). -----

Isto é: trata-se de um orçamento que, contrariamente ao proclamado, vai gerar mais dificuldades às famílias e empresas e agravar a criação de emprego já que os dois principais



“motores do desenvolvimento económico e criação de emprego” que são o investimento e o consumo, foram agravados, pois há menos investimento para dar que fazer às empresas e mais impostos, o que reduz o consumo das pessoas, logo prejudica o comércio local e gera mais dificuldades às famílias.-----

O tom bajulatório é recorrente, consecutivamente confunde-se propositadamente resultados positivos em termos empresariais com a própria atuação da Câmara Municipal (como se fossem uma e a mesma coisa) e envereda-se pelo argumentário falacioso de que o desemprego está a baixar, varrendo-se para debaixo do tapete os inativos, os que se encontram em part-time e gostariam de trabalhar mais horas, os que emigraram e um número cada vez maior de pessoas a trabalhar em situação precária.-----

E os resultados, infelizmente para todos nós, estão há vista, contrariando o otimismo desta Câmara Municipal PSD em que os dados do desemprego revelados pelo INE relativos ao 3.º trimestre de 2014, evidenciam que a taxa de desemprego no concelho de Santa Maria da Feira sobe de 12% (2.º trimestre de 2014), para 14,5%, acima da média nacional que baixa dos 13,5% para os 13,1% em igual período.-----

Mas debrucemo-nos agora sobre os 3 pilares em que este executivo assenta a sua ação:-----

1 – Desenvolvimento Económico e Emprego-----

Continua a apresentar medidas como a “Via Verde Empresas” e a “Internacionalização e incremento de exportações” de empresas e produtos; de atração de investimento estrangeiro; de desenvolvimento da plataforma “bizfeira” que já foram apostas em 2014 mas nada de concreto se apresenta como resultado ou produto dessas medidas, questionando-se: qual o valor do investimento e quantos postos de trabalho foram criados resultantes dessas medidas? Quais as metas para o próximo ano de 2015? Quanto à requalificação das Zonas Industriais para poderem atrair mais empresas e com isso criar postos de trabalho, qual o plano de ação e metas para 2015? Como preveem fazer a integração desse plano com outras políticas promotoras do desenvolvimento, nomeadamente, melhores acessibilidades, rede viária, sinalética, etc. Como se pode afirmar que estas medidas evidenciam os resultados pretendidos se não fixam metas nem se medem resultados? Ou seja, quais eram, afinal, os resultados pretendidos? Será que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (CMSMF) pretende manter a técnica do: “depois logo se vê, qualquer coisa se há de desenrascar?” Vamos continuar a não planear e a não prestar contas?-----



Continuamos a constatar que não existe estratégia para a promoção do turismo com enfoque especial, nomeadamente o Turismos Sénior / Turismo Inclusivo (o mais rentável e estável ao longo do ano, representando 75% do turismo mundial, conforme dados do Instituto Nacional para a Reabilitação). Este Concelho carece de um Plano Estratégico Promotor de dinamização e captação de Turistas e Investidores mais abrangente e integrador. Sr. Presidente, sabemos que a Viagem Medieval é um sucesso, mas Santa Maria da Feira (SMF) não vive de um ou outro evento isolado. O turismo não se cativa por uma semana anual. É preciso mais, muito mais para justificar aos turistas visitarem e, principalmente, permanecerem nas Terras de Santa Maria.-----

Continuamos a desconhecer o destino a dar a uma infraestrutura tão importante como o Europarque, que se degrada a cada dia que passa e poderia estar ao serviço do desenvolvimento económico e social do País e do Concelho. Para além da preocupante notícia de mais um encerramento, desta feita, do Visionarium.-----

Pelo que mais uma vez estamos no campo das meras intenções o que manifestamente é insuficiente para os desafios com que estamos confrontados, na certeza de que como afirmava o filósofo, não podemos mudar o vento, mas podemos ajustar as velas do barco para chegar onde queremos e essa é uma obrigação de quem orienta os destinos do povo através de mandato que este lhe conferiu.-----

## 2 – Coesão Social - Concelho Solidário -----

Como se pode pretender afirmar a marca concelho solidário, quando: -----

1. o valor do IMI é dos mais altos do País e vai agravar-se em mais 11% para os cidadãos com a eliminação da cláusula de salvaguarda. A título de exemplo, nos 19 concelhos do distrito de Aveiro apenas Feira e Estarreja estão na taxa de 0,4%, os restantes estão abaixo deste valor – apenas Espinho está em 0,5% porque não pode baixar, dado que está no PAEL1); -----
2. o IRS se encontra na taxa máxima de 0,5%; -----
3. o preço da água é dos mais caros do país, resultado de um contrato ruinoso.-----

Sr. Presidente, esperamos que a baixa dos impostos não venha a ocorrer apenas em ano de eleições, não por razões de solidariedade para com os feirenses, mas por razões meramente eleitoralistas. -----

Quanto ao apoio às associações, que são promotoras de maior integração social e de desenvolvimento social, cultural e desportivo, a opção deste executivo foi, na área cultural, de



apostar nas associações que têm mais capacidade organizativa e técnica, esquecendo as restantes, que, ou trabalham em torno dos grandes projetos desenhados pela Câmara Municipal ou estão condenadas à letargia até à sua extinção, e o fim social que visavam, o património imaterial de que tanto se fala neste novo ciclo, não passa de meras palavras porque a preservação da identidade e tradições das comunidades que é feito muito na base destas associações corre sérios riscos de atrofiamento.-----

No que respeita aos apoios às associações desportivas de concreto apenas sabemos que vai haver apoio à construção dos campos sintéticos e está prevista a construção dos pavilhões gimnodesportivos de S. João de Ver e Mozelos (a ver vamos) mas trata-se de iniciativas avulsas, tudo sem ter por base uma estratégia para o desenvolvimento desportivo do concelho, coerente e integradora, passando pelo envolvimento de todas as associações e modalidades desportivas. É caso também para perguntar porque espera esta Câmara Municipal para apresentar um regulamento de apoio ao associativismo desportivo do concelho, através do qual todos pudessem saber, com tempo, com base em que critérios, de forma transparente e objetiva, com que tipo de apoios podem contar por parte da Câmara Municipal para o desenvolvimento das suas atividades? -----

### 3 – Rede Viária-----

Para quando a apresentação de um plano pelo qual todos possamos saber quando, como, quem, quanto custa e com que critérios de escolha vai ser requalificada a rede viária do concelho? O que se vai requalificar na rede viária do concelho com menos de 900 mil euros previstos para 2015? Não se estará a cozinhar mais uma parceria com privados em que mais uma vez serão os mesmos a pagar?-----

Como preveem atrair investimento e desenvolvimento sem uma verdadeira aposta estruturada na Requalificação Urbana do Concelho? Partimos do princípio que, depois de tantas visitas internacionais com a finalidade de promoção do Concelho (ou pelo menos assim o diz), já deverão ter percebido que o espaço urbano é a força motriz com a maior capacidade de atrair investimento.-----

Quanto ao Centro Coordenador de Transportes há tantos anos prometido será que vai sair do papel em 2015?-----

Mais uma vez marca pela ausência um Plano de Adaptação concreto, faseado e orçamentado, para adaptação de edifícios de serviços municipais que recebem público de forma a permitir o



acesso a cidadãos com mobilidade condicionada. Aqui impõe-se perguntar: Porque não reservar entre 1,5% a 3% do orçamento total de investimentos municipais para corrigir as barreiras arquitetónicas? -----

No que respeita aos Planos de Ordenamento do Território. Será que finalmente 2015 vai ver a conclusão do PDM? -----

Estes documentos tornam clara, uma certa forma de fazer política que pensávamos já estar enterrada com a queda de uma certa cadeira: -----

. Investe-se o mínimo possível, tal como se tem verificado pelos graus de execução dos projetos de investimento fundamentais para o desenvolvimento concelhio; -----

. limitam-se à gestão de rotina;-----

. depauperaram os contribuintes com elevados impostos; -----

. teme-se a razão por que se insiste em manter verbas elevadíssimas em rubricas como “outras”, que no caso da despesa representam cerca de 15% do total; -----

. deseja-se que formas mais aprofundadas de democracia se mantenham fora desta casa;-----

. consolida o caminho seguido no ano de 2014, sendo prodigioso em marketing e propaganda, consubstanciado num documento manifestamente repetitivo sem metas definidas e parco no alcance da sua ação. -----

Os fundamentos expostos não nos permitem concordar com as propostas constantes dos documentos previsionais para 2015, porque entendemos que as opções políticas e de gestão apresentadas não respondem às necessidades da população do concelho, através de medidas que de facto impulsionem o desenvolvimento económico e consequentemente promovam a criação de emprego.-----

Estamos fartos de promessas etéreas que nunca se concretizam e este orçamento é um verdadeiro “tapar o sol com a peneira”. Tudo se mantém, devagar e paradinho à espera da próxima época de eleições autárquicas.” -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“A execução de um Orçamento e de GOP bem elaboradas são o primeiro passo para uma gestão rigorosa, tanto financeira como política. Neste sentido apraz-me afirmar que ocorreram melhorias na elaboração destes documentos, especialmente nas GOP, que se apresenta como



um documento mais denso e completo comparativamente a anos anteriores. No entanto, é ainda visível, em determinados pontos, um tom laudatório de autoelogio, um nível de exatidão baixo (que torna esses mesmos pontos vagos) e inúmeras previsões pouco definidas temporal e até espacialmente.-----

Estes aspetos são, possivelmente, contribuidores para o baixo Índice de Transparência Municipal do Concelho de Santa Maria da Feira. Aliás, no concernente a este assunto importa salientar que os resultados globais devem envergonhar qualquer autarca que se preze, especialmente cujos municípios se encontram na cauda da tabela, que é o caso deste. Lembremo-nos que o concelho da Feira caiu 29 lugares em apenas um ano (ocupando o 172.º em 2014) e pior atingiu um índice de 31 em 100 o que é manifestamente reduzido e manifestador da política seguida pelo executivo.-----

Importa ainda salientar que há semelhança do Governo Central, estes documentos aqui apresentados, apesar dos cortes causados pelas troikas que dominam e agudizam o País, não são os possíveis, pois estão marcados ideologicamente por uma linha de pensamento que será derrotada a curto prazo.-----

E como o tempo de intervenção é relativamente curto, há a necessidade de avançar para assuntos mais concretos e que carecem de explicação.-----

No documento o senhor Presidente assume, uma vez mais, o município como sendo um “Concelho Solidário”, algo que é pouco notório na transversalidade do texto.-----

Relativamente à Habitação Social, apesar da média de idade destas infraestruturas ser de apenas 13 anos, todos conhecemos o nível de degradação em que elas se encontram. Está explanado, no documento em análise, que em 2015 será concluído um estudo de Reabilitação do Parque Habitacional do Município iniciado este ano. Este estudo peca pelo tardar, dado que este parque se encontra degradado há vários anos, fruto, em boa medida, do abandono a que foram sujeitos e da opção por materiais de fraca qualidade. Apesar do estudo não estar concluído, o Executivo deve dizer aos feirenses que medidas concretas pretende tomar e em que prazos para solucionar este problema que é um dos espelhos de que o município não é tão solidário como fazem crer.-----

Ainda nas questões sociais, importa esclarecer quantas crianças e jovens usufruíram da Bolsa de manuais escolares usados? É que já no ano passado o executivo afirmava que pretendia constituir uma bolsa de livros escolares usados. Aliás, o texto presente no documento para



2015 é o mesmo do documento de 2014. Uma vez mais o concelho que se diz solidário fica atrás dos concelhos vizinhos. Ideologicamente, se as coisas fossem diferentes, as crianças em vez de terem uma entrada para a “Terra dos Sonhos”, talvez tivessem manuais escolares.-----  
Relativamente aos transportes escolares, o cenário de outros anos mantém-se: fraca cobertura, má qualidade, segurança duvidosa, sobrelotação crónica. Perguntamos, assim, quais as perspetivas da Câmara para melhorar este serviço? As empresas contratadas para a prestação deste serviço, têm cumprido as normas de segurança? Nomeadamente a de ter um assistente na viatura com formação adequada? É que o recente caso divulgado na comunicação social é no mínimo macabro e demasiado grave para ter acontecido.-----

Uma das questões sociais mais prementes é o acesso à água de qualidade. Neste assunto, aliás como em todos, deixemos a propaganda medíocre da manipulação dos números e digamos de uma vez por todas a verdade. Que ajudas prevê, o Executivo, para auxiliar as famílias carenciadas no acesso à água?-----

Os preços exorbitantes das ligações são conhecidos de todos, assim como o preço exorbitante da água em si. Fator que ainda esta semana levou um cidadão de Arrifana a endereçar-nos um e-mail a denunciar a perseguição de que um familiar seu tem sido vítima para proceder à ligação, sendo que este não tem capacidade económica para o fazer.-----

Quanto ao Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, uma vez mais não há referência à requalificação do Mercado Municipal, património de interesse nacional que se degrada de ano para ano.-----

Porém refere, para nosso espanto, que 2015 é o ano de arranque no terreno do plano de repavimentação. Então, mas as obras não iam arrancar em 2014? Quantos quilómetros de estrada se repavimentou em 2014? Quantos se pretendem repavimentar em 2015? Quais são esses quilómetros?-----

A este respeito lembremo-nos que uma das imagens do Concelho por estes meses é o presépio organizado pela empresa Cavalinho que atrai milhares de turistas todos os anos ao município. No entanto, a rua nas imediações da empresa mencionada encontra-se num estado lamentável, sendo aliás o espelho das estradas do município.-----

É, ainda, referido que será dada especial relevância à Requalificação e Renovação dos Edifícios Escolares. Em quantos destes edifícios se irá intervir para remover as placas de fibrocimento com amianto? Em quantos destes edifícios se interveio, desde 2005, no sentido



de remover estas placas? Quantos edificios escolares funcionam ainda com fossas sépticas? Quantos edificios serão intervencionados com a intenção de se deixar de recorrer aos contentores?-----

Na página 128 do documento é referido que se procede ao cumprimento da lei no respeitante à análise e publicação da qualidade da água da Praia Fluvial da Mamoá. Todavia, os banhistas têm enfrentado inúmeras dificuldades para encontrar essas mesmas análises. Aliás, o próprio Sr. Vereador afirmou que só agora chegaram as infraestruturas para as colocar na referida praia (promessas), numa outra reunião com a presença da CDU. Estarão elas expostas na gaveta de alguém? Provavelmente!-----

Na mesma linha, tem sido difícil, para não dizer impossível, averiguar se a água de diversas fontes no concelho são ou não controladas, dado a inexistência de placas a sinalizar. Como exemplo dá-se a fonte junto à referida praia fluvial, ou mesmo a fonte junto ao castelo da Feira (e não venham novamente alegar os atos de vandalismo).-----

Continuando nas questões ambientais, quando irá a Câmara Municipal deixar de recorrer a herbicidas? À semelhança de tantos outros municípios pelo país fora.-----

O que fez a Câmara Municipal para se minimizar as linhas de água negras que correm, ainda a céu aberto, em Rio Meão?-----

Terminando os assuntos ambientais, tem-se comentado muito a requalificação da Pedreira das Penas em Santa Maria da Feira. No entanto nós não conseguimos, ainda, perceber se está a proceder a uma requalificação ambiental ou apenas à deposição de entulho proveniente de outros locais, nomeadamente a Freguesia de Canedo, o que suscitou até a manifestação de moradores dado o nível de tráfego.-----

É que para a requalificação ambiental seria necessário escoar a água que lá está, retirar-se o lixo, nomeadamente uma suposta viatura pesada que terá vitimado o antigo proprietário da pedreira. O que se está a fazer é simplesmente enterrar um problema, embelezá-lo e uma vez mais condenar a qualidade de vida das gerações futuras e dos moradores das imediações.-----

No respeitante à Proteção Civil, a Autoescada é como seria de esperar obliterada, frisando a CDU que quando ocorrer uma situação grave irá imputar as culpas ao Executivo Camarário, porque já alertou por diversas vezes e na qualidade de membro com assento no Conselho Municipal de Segurança já o afirmou, assim como continuamos ainda sem saber se a Câmara Municipal procedeu ou se pelo menos ajudou no procedimento para a solução do problema



que contribuiu para que uma família de Rio Meão ficasse retida em casa devido à inundação do seu quintal, questão já denunciada pela CDU. -----

Avançando para o término da intervenção, é mesmo no próximo ano que a discussão pública do processo de Revisão do PDM vai sair do papel? Em que data? -----

Por quantos mais anos continuará o Município sem um projeto de desenvolvimento a médio e longo prazo? -----

Provavelmente sairá a exemplo do PME (Plano Municipal Emergência) onde a Câmara recorreu a entidades externas para execução, com custos, tendo servido para o executar e poupar essa verba, mesmo que tenha sido apoiado pelo QREN. Muitas vezes só nos leva a pensar da incompetência dos serviços. -----

O documento que aqui hoje discutimos é representativo do pouco que tem sido realizado para solucionar os problemas que insistem em se perpetuar no nosso Concelho. A manter-se esta linha, não se conseguirá a médio prazo anular o efeito de opções políticas erradas, comprometidas com os seus executores, mais do que com as populações a quem deveriam servir.” -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, ao ler pela primeira vez os documentos, imediatamente lhe saltou à mente um poema de Eugénio de Andrade onde é usada e repetida, por várias vezes, a expressão “já gastamos as palavras”. Referiu que o Orçamento para 2015 é palavroso mas que está cheio de palavras gastas, salientando que muitas dessas palavras são uma inutilidade para aquilo que é a resolução dos verdadeiros problemas de Santa Maria da Feira. -----

Recordou que o presente orçamento é o segundo de um novo ciclo que se abriu depois das eleições autárquicas, ressaltando que este segundo orçamento adia para o futuro tudo o que são resoluções, tal como o antigo ciclo adiava para um suposto novo ciclo aquilo que era preciso resolver, salientando ficar confirmado que o novo ciclo é extremamente parecido com o antigo. -----

Disse que, olhando-se para o País, vê-se o governo PSD/CDS-PP aplicar uma espécie de austeridade eleitoral porque sendo 2015 ano de eleições, baixou a intensidade da austeridade que, até aqui, tinha sido de alta intensidade, sublinhando que a Câmara Municipal aprendeu com os seus a utilizar as palavras de forma a enganar as pessoas e a desviar a atenção dos

---



atos. Frisou que o Orçamento de Estado para 2015 é, também, um orçamento de austeridade e que o mesmo se passa com este Orçamento Municipal para 2015.-----

Aludindo ao IMI disse lembrar-se que, há poucos meses, quando foi discutida por esta Assembleia o IMI, a Câmara dizia que a reavaliação das habitações não faria disparar o IMI e que em muitos casos, se calhar, as pessoas sairiam beneficiadas com a reavaliação. Salientou que apesar do PSD insistir em apelar à calma e em dizer que as medidas que aplica, por muito más que sejam, beneficiarão sempre alguém, o que verifica é que a reavaliação das casas fez com que a população de Santa Maria da Feira pague, ano após ano, muito mais de IMI. ----- Salientou que, portanto, haverá mais impostos em 2015 e que, por outro lado, haverá menos investimento, particularmente no que respeita a Despesa de Capital, sublinhando haver um corte de 8,3 milhões de euros no investimento.-----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara fez referência à redução, nos últimos 4 anos, de mais de 80 trabalhadores ao serviço da Câmara, questionando, nesse âmbito, quantas pessoas existem atualmente em serviços municipais que são contratos de emprego de inserção e contratos de emprego de inserção +, ou seja, desempregados beneficiários de RSI que a Câmara está a aproveitar para que trabalhem nos serviços municipais. Sublinhou que a Câmara deveria contratar pessoas para essas funções e que o procedimento usado pela Câmara traduz precaridade, fazendo sobressair que a precaridade é, também, uma forma de austeridade.-----

O membro Moisés Ferreira prosseguiu a sua intervenção dizendo que nem tudo são más notícias, realçando que o Orçamento mostra que a Câmara oferece à Indaqua Feira um monopólio por uma bagatela, de 85 mil euros por ano, referindo que tal verba representa 10 dias de faturação da Indaqua Feira. Reafirmou que em 10 dias a Indaqua Feira fatura aquilo que tem de pagar, anualmente, à Câmara Municipal pela concessão e que, portanto, nem tudo são más notícias, comentando ser pena que as boas notícias sejam apenas para os poderosos. -- Referiu que, para além dessa questão, existe uma outra que tem a ver com os juros e as despesas com os passivos financeiros, fazendo notar que tal verba ronda os 6 milhões de euros.-----

Disse que a Câmara menciona que reduziu a despesa com juros mas que, em comparação com o ano passado, o que verifica é que os juros e despesa com passivos financeiros é proporcionalmente maior porque são 6 milhões de euros, num orçamento de 60 milhões de euros, significando que 10% do Orçamento é gasto em juros e despesas com passivos



financeiros. Salientou que, apesar disso, a Câmara continua a não querer fazer renegociação e a não querer atirar as maturidades dos financiamentos mais para diante, libertando dinheiro para fazer investimento.-----

Referiu que a Câmara Municipal perdoa às empresas, também, o pagamento de uma taxa municipal de direitos de passagem, ressaltando que empresas como a PT e a Cabovisão não pagam esse imposto em Santa Maria da Feira. Ainda a respeito da Cabovisão, recordou que a mesma é detida pela Altice, que ofereceu 7 mil milhões de euros para comprar a PT, e que não se compreende que tais empresas não paguem, em Santa Maria da Feira, direitos de passagem.-----

Reafirmou que o Orçamento para 2015 é de austeridade mas que o é sempre para as mesmas pessoas porque, por outro lado, há quem ganhe com a austeridade, dizendo ser um orçamento que tem o marketing na forma de escrita mas que, na prática, não tem nada para fazer que cumpra a forma como expõe as palavras.-----

Destacou que a rede viária era a prioridade de 2014 e que vai passar para 2015, e que a revisão do PDM é uma prioridade de há décadas e que a conclusão desse processo aguardará um ou mais anos.-----

Quanto à afirmação de que o Orçamento para 2015 é um orçamento de investimento social, ressaltou que as verbas para Famílias são 5 vezes menos do que a verba atribuída para Informática e Software, de cerca de 750 mil euros.-----

Nesse âmbito, leu parte do constante na página 49 do Plano e Orçamento para 2015, sobre Habitação, parte essa que se transcreve: “Ao nível da gestão socioeconómica e financeira do Parque Habitacional do Município, e seguindo uma intervenção integrada com vista à qualidade de vida da população, numa linha de prevenção e minimização dos fenómenos de pobreza e exclusão social, propõe-se para 2015, prosseguir com dois eixos estratégicos, nomeadamente:-----

- o controlo do cumprimento dos deveres contratuais dos arrendatários;-----
- o processo de alienação das frações habitacionais e de arrendamento social devolutas”.-----

Sobre isso, fez sobressair que a Câmara quer uma intervenção integrada com vista à qualidade de vida da população, numa linha de prevenção e minimização dos fenómenos de pobreza e exclusão social, mas que propõe, para a Habitação, cobrar renda e vender habitação social. Destacou que, dessa maneira, as palavras gastam-se muito facilmente, referindo que a Câmara



ao colocar, ano após ano, um cenário de que é necessária intervenção social no Concelho está a admitir que existem necessidades sociais muito grandes e que a Câmara PSD, em todos os anos de governação, nunca conseguiu resolver esse problema e, daí, dizer que vai continuar a fazê-lo no ano seguinte. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira disse não se conseguir chegar a destinos diferentes percorrendo caminhos iguais, ressaltando que a Câmara propõe um caminho igual para 2015 e que, como tal, não chegará a um destino diferente do alcançado nos últimos 30 anos. -----

-----  
Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que efetuou a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Antes de mais, tecer algumas considerações genéricas sobre o Plano e Orçamento. -----

De facto, ter a responsabilidade do executivo significa que personifica a estratégia que esse mesmo executivo estabelece para o futuro do município e deve, de facto, representar uma visão de futuro, devendo estes documentos serem vistos com um sentido de continuidade. Só assim são compreensíveis. E embora deva constar determinadas equações e novidades, de ano para ano, os seus principais pressupostos devem significar, de facto, continuidade. -----

É isso que, em forma genérica, conseguimos visualizar neste documento e, de facto, aquilo que são as opções basicamente defendidas, os seus pilares, também por nós merecem simpatia e foram, inclusive, as nossas bandeiras de campanha. Nem tudo é bom, efetivamente, mas também nem tudo é mau. -----

Embora alguns possam dizer que muito se deveria fazer em inúmeras áreas, e concordamos, de facto, e nos dias que hoje correm, infelizmente, deve-se fazer opções concretas que abarquem as reais necessidades das pessoas, e o que é prioritário de forma objetiva. -----

São sempre opções claramente difíceis, mas quando recai sobre o que é vital para as populações, torna-se menos penoso fazer opções e escolhas, neste caso, escolher um rumo e um caminho que deve ser seguido. -----

Nós concordamos com a visão que o executivo tenta transpor nestes documentos já que, de facto, o dinheiro disponível não dá para tudo, e só se pode gastar aquilo que se tem, e não o que não existe. Este tipo de políticas, este tipo de posturas conduziram-nos onde nós sabemos e têm de terminar. Daí que haja uma imperiosa necessidade de extremo rigor, não pode ser de

---



outra forma. E o rigor, e o pagamento de dívidas deve ser fundamental naquilo que é uma visão estratégica de futuro, se se quiser, de facto, ter um futuro. -----

Ao mesmo tempo perceber que tem de ser para as pessoas que se tem de organizar este tipo de documentos, na melhoria daquilo que são as suas necessidades e na perceção daquilo que realmente elas carecem. -----

É relevante uma frase que aqui foi dita: o controlo da dívida global bem como a seletividade da despesa municipal continuarão a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par do desenvolvimento social e económico. Em relação a nós, CDS-PP, consideramos que são premissas relevantes e fundamentais para um concelho que quer, efetivamente, ter futuro. -----

Mas muito tem que fazer para além disto. -----

Em relação ao documento e à forma como foi elaborado, desde logo felicitar a forma como nos é apresentada a informação. Denota uma evolução, de facto, distinta em relação aos anos transatos, o que permite uma mais fácil leitura e análise dos documentos. E isto é de todo pertinente, e lícito que assim seja porque as boas práticas, e aquilo que são as recomendações técnicas, devem ser preconizadas e efetivadas. -----

No entanto também consideramos que o documento, a páginas tantas, torna-se muito vago, pouco objetivo, faltando, se calhar, algum pormenor, algum rigor na informação, da forma como ela é transposta. Daí que surgem várias questões que objetivamente não se consegue ter uma resposta efetiva. Desde logo o PDM, a taxa de execução, a renegociação com a Indaqua daquilo que é o contrato estabelecido, são pontos importantes e vitais daquilo que é uma estratégia de futuro para o Concelho. -----

Tem que ser tido em conta estas premissas porque, sem estas premissas, sem a perceção daquilo que são as propostas estabelecidas e estruturadas, não se percebe, de facto, uma taxa de execução pertinente. E eu relembro que foram palavras do Sr. Presidente da Câmara, precisamente nesta discussão no ano transato, que pretendia uma taxa de execução, ambiciosa, na ordem dos 85%. Gostaríamos de compreender, para este ano, quais são as metas estabelecidas em termos da taxa de execução, só assim iremos compreender se o trabalho está a ser bem feito e se não é só retórico. -----

O PDM é, de facto, vital para o futuro deste Concelho. Está atrasado anos, quase décadas, e é fundamental na estratificação de um documento como este, que é o Plano e o Orçamento, porque se não existir PDM, aquilo que é uma visão de futuro que eu no início relatei, fica



vazia, pouco sustentada.-----

Objetivamente, e no que diz respeito ao Orçamento, há aqui algumas questões que são importantes e que se devem valorizar, desde logo uma diminuição do orçamento global, em relação a 2014, que é significativo. Percebemos o porquê, de facto os fundos comunitários não estão acessíveis e, como tal, é preciso um rigor efetivo daquilo que são a governação e boa gestão dos dinheiros públicos, em especial aqui no município, como em todos, diga-se. E, portanto, esta visão diferente daquilo que vai ser o futuro implica, também, perceber que é necessário criar novas estratégias e compreender que os fundos comunitários não vão durar para sempre e, como tal, um documento de gestão como é este implica ser bem perceptível o que é o rumo e o que é o futuro para o Executivo e, neste caso, para os feirenses. -----

Também de realçar que existem alguns pormenores relevantes, o aumento das receitas fiscais na ordem dos 4,98% face a 2014, como é evidente destacamos os impostos diretos, o que significa uma subida de 7,01%, em especial IMI e Derrama, respetivamente, 11,17% e 6,03%. E, independentemente disto, há a destacar um pormenor importante, que foi um sinal dado pelo executivo, que foi, independentemente de muitos considerarem pouco, diminuir a receita efetiva que o município poderia aí sustentar, em termos de sede de IMI, diminuindo 20% em relação à taxa máxima, para os 0,4%, em vez de 0,5%. Representa uma diminuição de mais ou menos 3 milhões de euros na receita. Isto é relevante, é um sinal positivo, que contradiz muito daquilo que possa ser dito. -----

No entanto, eventualmente, atendendo a este acréscimo de receita, será fundamental e imperioso até, que no futuro haja uma atenção diferente. E se no ano transato verificamos que algumas das recomendações que foram aqui trazidas foram atendidas pelo Executivo, veja-se, por exemplo, em relação à taxa da Derrama, aqui trazida pelo BE, como proposta no ano passado feita, e com a conseqüente diminuição de 1,5 para 1% dessa mesma taxa para empresas com um volume de negócios neste caso inferior a 150 mil euros, é também por si um sinal importante, relevante, e que no futuro ainda deve ser mais aprimorado. -----

Desta forma será dado um sinal às pessoas e às empresas de que elas fazem parte daquilo que é o futuro e a visão do futuro deste Executivo. -----

Gostaria também de referir que, em relação àquilo que são os grandes eixos estratégicos e que nós, ainda há pouco mencionei, concordamos, o desenvolvimento económico e o emprego, a coesão social, são de facto duas bandeiras que foram nossas aquando das eleições e



concordamos tacitamente, e a reabilitação da rede viária do Concelho. -----  
Gostaríamos de, em relação a estes 3 grandes pilares, ou eixos, tecer algumas considerações que são, a nosso ver, relevantes, e dar, se nos é permitido, algumas recomendações. -----  
Desde logo, e em relação àquilo que vem transcrito neste Plano no que à rede viária diz respeito, é fundamental, de facto, ter uma visão diferente daquilo que nos parece vir aqui lavrado. -----  
Quer-nos parece que aquilo que é o pensamento sobre a renovação ou a revitalização da rede viária está ainda um pouco diminuído em função, provavelmente, da ausência de informação plena e total sobre o mesmo. E quanto a nós, estruturar um Plano que implique a assunção de responsabilidades financeiras para o Concelho não pode ser feito de outra forma que não com um extremo rigor e com toda e total informação sobre o mesmo. -----  
Nós não podemos continuamente ter uma postura pouco idónea e responsável, digo eu, sobre a forma como se faz este tipo de negócios e este tipo de situações, que são desenvolvidas, muitas vezes, não assentes em cabal informação. -----  
É necessário e vital solucionar e estruturar uma estratégia bem pensada, devidamente pensada, com prioridades definidas, custos reais na totalidade da obra, e a identificação das necessidades, em termos da segurança rodoviária, da mobilidade que deve ser para todos, e quando se fala da segurança fala-se da sinalização, da sinalética, os percursos pedestres, os passeios, as ciclovias e tudo aquilo que está adstrito a esta rede viária. -----  
Para tal seria positivo que existisse uma discussão alargada, mas essencialmente que a Câmara se disponibilizasse a fazer uma apresentação concreta e com todos os dados obtidos, e, de facto, estar bem cabimentada no que diz respeito a isto, para que todos percebam o que é que vai ser realizado, já que todos concordamos que será um instrumento relevante, preponderante, até, para o futuro do Concelho. E, como tal, é pertinente perceber que esta reabilitação deveria ser devidamente enquadrada com um Plano Diretor Municipal, aprovado e revisto, preparando dessa forma uma estratégia de potencial redimensionamento dos focos de interesse futuro, que definem os rumos no futuro, no que a zonas industriais, zonas urbanas e ambientais diz respeito, evitando futuros gastos supérfluos a estes níveis, que poderiam e deviam ser agora acautelados, gerindo-se bem o interesse público e o erário público. -----  
De facto, é preciso estar devidamente informado, de como fazer para proceder da forma correta. Sem ser feito desta forma o que vai acontecer é aquilo que tem sido usual, ou seja,



obra que depois vai ser refeita quando a Indaqua precisar de qualquer coisa, quando a EDP precisar de qualquer coisa, quando a PT precisar de qualquer coisa, e assim *ad aeternum*. -----  
Inclusive a própria forma como a edilidade, neste caso o Executivo, se relaciona com estas estruturas, quando se pensa num plano destes é nossa visão que se deve abarcar estas mesmas dimensões e perceber que só assim chegaremos a um porto seguro, devidamente cabimentado e sem correr riscos de, hoje para amanhã, sistematicamente estarmos a gastar dinheiro em cima de dinheiro, *ad aeternum*, como tem sido apanágio naquilo que são as obras no nosso País e, também, no nosso Concelho. -----

Em relação aos eixos restantes, gostaria de tecer também alguns considerandos, desde logo em relação ao Desenvolvimento Económico e ao Emprego. É, de facto, algo de relevante interesse e importância para o nosso Concelho. Perceber que aquilo que tem sido feito pode não ser o suficiente, no entanto tem sido positivo, veja-se o aumento das exportações das empresas no Concelho, também no INE está lá transcrito, que isso não seja único e não seja devido única e exclusivamente às intenções ou boas intenções que a Câmara Municipal tem tido, naquilo que são os seus desenvolvimentos de contactos externos, a verdade é que é preciso fazer mais. -----

E quando eu, há um ano, disse que seria não só preciso desenvolver esta dinâmica externa de representar bem o Concelho, aliás aquilo que o “bizfeira” tem feito, e bem, é também preciso perceber aquilo que lá fora se passa e perceber de que forma é que nós podemos cativar. Aliás está transcrito no Plano, naquilo que vocês, de facto, elencam para o futuro. -----

No entanto, parece-nos a nós que é preciso obter capacidade de operacionalização para que isto seja viável, desde logo a reclassificação das nossas zonas industriais, que são exíguas, não estão capacitadas nem classificadas para receber, de facto, empresas. E acessoriamente a isto temos as nossas vias de comunicação, a rede viária, como nós as temos. Temos um conjunto de alguma inoperância, em termos de burocracia, que ainda hoje existe e persiste e que é fundamental rever e, acima de tudo, é perceber e é tentar compreender aquilo que são os objetivos das empresas, quando procuram como alvo um local para se fixar. E desta forma é fundamental que a Câmara Municipal ande à frente, mais à frente ainda do que aquilo que, eventualmente, está a fazer. E, de facto, neste tipo de contactos com o exterior, promover diligências para perceber o que é que as empresas do exterior, e que se querem alocar a outras áreas do Mundo e, neste caso em Portugal e, neste caso, em Santa Maria da Feira, que digam



e expressem aquilo que é a sua visão e aquilo que são as suas necessidades, e tudo fazer para cativar esse know-how, cativar esse investimento para o nosso Concelho. Só desta forma é que poderemos alavancar estas posturas, estas políticas que já estão a ser tidas e poderemos criar mais emprego, melhor economia, mais recursos, não só para a Câmara como para as nossas populações. -----

Ainda no desenvolvimento económico e empresarial, gostaria de destacar o ponto que entronca na necessidade de repensar não só naquilo que são as zonas industriais concelhias, e naquilo que é dito, inclusive, como nota introdutória, que fala na forte aposta na reindustrialização da Europa e no incremento da competitividade das suas empresas, assente na Estratégia Europa 2020 e no Horizonte 2020 – Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação. De facto, poderá deixar a imagem de que nós já temos um tecido empresarial forte e sustentado. -----

No entanto, e compreendendo que aquilo que já temos é relevante, nós não estamos em condições de menosprezar outro tipo de investimentos e alocar outro tipo de indústrias ou empresas e, portanto, é fundamental perceber que as ditas condições reais que capacitem o Concelho para receber novas empresas, é vital. E isto é um plano que tem de ser, de facto, pensado e tem que ser percecionado, daquilo que são as vossas opções. -----

Concordamos que muito já está a ser feito, e bem, no entanto têm que ser alocadas novas sinergias, novas facilidades e, de facto, um diferente know-how para ainda ser melhor. Daí que consideramos que, de facto, nem tudo é mau, mas nem tudo está bem. -----

Em relação ao aspeto, que para nós não é de somenos importância, que é a Ação Social e Qualidade de Vida, destacar que as políticas que estão a ser desenvolvidas são interessantes. Há, de facto, algumas situações novas e que são relevantes para aquilo que é a dinâmica do nosso Concelho. Consideramos que aquilo que está a ser feito é importante, está a ser bem feito, mas há novas coisas a fazer, em especial em relação aos jovens, e desde logo perceber que houve aqui a falta de estratificar, como um eixo único e independente, os Jovens. -----

Ao ler e ao perceber aquilo que é o Plano, percebemos que, de facto, existem soluções e bastantes propostas no que diz respeito aos jovens, mas em termos da comunicação externa e aquilo que aos jovens deveria de chegar, seria relevante, talvez, na nossa opinião, um eixo especificamente para jovens onde viessem alocadas as vossas mesmas propostas, para que quem está lá fora percebesse que os jovens são também um importante elo para o futuro, tal



como consideram a população sénior. -----

Para terminar, referir que o Centro Incubador de Empresas e Negócios, que transcrevem aqui num dos vossos itens do Plano, apraz-nos registar que foi uma menção que por nós foi feita no ano transato. Veja-se o exemplo de Viseu, os bons resultados que tem feito. De facto, é com este tipo de posturas, de ouvir aquilo que são as recomendações dos outros, que se faz, com sucesso, grandes Planos.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por salientar que a apresentação dos documentos relativos ao Plano e Orçamento tem vindo a melhorar de ano para ano, ressaltando os documentos do Plano e Orçamento para 2015 são muito mais completos em relação aos dos anos anteriores.-----

Frisou que toda a estrutura dos documentos assentam em três eixos, nomeadamente o Desenvolvimento Económico e Emprego, a Coesão Social e a Reabilitação da Rede Viária, mas que, naturalmente, continuará a apostar-se, também, na Educação, na Cultura e no Desporto. -----

Destacou, na área da Cultura, o Programa de Apoio a Projetos Culturais cujo regulamento foi recentemente aprovado, dizendo esperar que os resultados obtidos sejam muito melhores do que dizem os críticos, ressaltando ainda que se for preciso corrigir alguma situação no regulamento, isso será feito. Disse estar convencido que o associativismo no Concelho, apesar dos atuais tempos difíceis, não sairá prejudicado com esse Programa, antes pelo contrário. -----

Salientou que, no Desporto, serão construídos dois novos pavilhões gimnodesportivos, destacando também o programa de apoio relacionado com os campos de jogos com piso sintético, comentando, acerca desse assunto, que até há algum tempo esse apoio era muito pretendido mas que, agora, é muito criticado, dizendo custar-lhe entender determinados pontos de vista. Sublinhou, todavia, que essa medida foi amplamente divulgada na campanha eleitoral e que está sufragada, dizendo esperar que muitas associações possam poder cumprir com aquilo que está estabelecido, destacando que o desporto, designadamente o futebol, ocupa muitos jovens e que, portanto, é importante ser apoiado. -----

Referiu que a CDU apresentou um número significativo de princípios e que até subscreveria muitos deles, ressaltando, contudo, que o principal problema tem a ver com o haver dinheiro para a respetiva concretização, dizendo que se fala de muita coisa mas que, por vezes,



esquece-se de mencionar como arranjar dinheiro para as fazer. Sublinhou que o Executivo fez constar quais as suas pretensões, ressaltando que quem leu os documentos ficou com uma ideia de quais são, concordando, ou não, com elas.-----

Sobre a questão de quantos quilómetros de estrada a Câmara iria requalificar, disse não ter ouvido ninguém indicar como arranjar dinheiro para a fazer, comentando que, provavelmente, 25 milhões de euros não chegarão para requalificar o essencial da rede viária do Concelho. Salientou que a Câmara está a tentar encontrar soluções para resolver esse problema mas que algumas pessoas, em vez de darem achegas, ficam logo muito preocupadas, dando a impressão que querem que as coisas continuem mal.-----

Referiu considerar que a Câmara não vai conseguir resolver o problema da rede viária somente com o dinheiro do orçamento municipal, salientando que é preciso recordar e ter a consciência de que, dos 64 milhões de euros do Orçamento, 25% é para pagar ao Pessoal, 30% é para Aquisições de Bens e Serviços, que a iluminação pública custa cerca de 2 milhões de euros por ano, que para a Feira Viva são transferidos 1,750 milhões de euros, que para as freguesias são transferidos cerca de 2,8 milhões de euros, que a Câmara paga 1,2 milhões de euros para os transportes escolares e cerca de 1,2 milhões para fornecimento de refeições, entre muitas outras despesas. Frisou que, depois de todas essas despesas, o restante é para aplicar no investimento, ressaltando que era esse exercício que gostava de ver alguém fazer, comentando que fazer um levantamento daquilo que é necessário realizar no Concelho, qualquer um faz.-----

Referiu ser importante saber que os fundos comunitários vão voltar mas que, por outro lado, é preciso ter a noção de que, um dia, vão acabar e, portanto, é necessário que os municípios comecem a fazer contas e a procurar algumas gorduras que possam eliminar, para poderem ter dinheiro para investir. -----

Em relação ao IMI, disse que não vão ser os municípios a decidir sobre uma eventual redução, que essa é matéria do Orçamento de Estado, recordando que quando se aprovou fazer a reavaliação das habitações foi, também, aprovada uma cláusula de salvaguarda, com um determinado período de tempo para ser aplicada, ressaltando não saber se o próximo Orçamento de Estado vai, ou não, prolongar o tempo de aplicação dessa cláusula, ou se a vai alterar. Ainda no âmbito do IMI, realçou que a Câmara é acusada de aumentar os impostos mas que, como disse o membro Válter Amorim, está a aplicar uma taxa de IMI 20% inferior à



máxima que poderia aplicar, ressaltando, contudo, que para quem paga é sempre muito, que todos querem pagar menos.-----

Em relação à questão do IRS, disse considerar uma falácia que se diga que reduzir o IRS vai ajudar as classes mais carenciadas, dizendo, sobre isso, que quem ganha 600 ou 700 euros não paga IRS, que quem paga IRS são as classes mais favorecidas e que seriam essas as ajudadas com uma eventual redução. Referiu, portanto, não concordar com esse argumento, realçando que poder-se-ia argumentar que essa redução poderia causar mais algum consumo, mas que mesmo isso considera ser muito relativo.-----

Quanto à questão do preço da água, salientou que os críticos, em vez de acusarem a Câmara de que o preço da água no concelho de Santa Maria da Feira é o mais caro, deviam procurar encontrar soluções para ajudar a resolver o problema do preço das ligações aos ramais da rede de água e de saneamento. Sobre o preço da água, disse ter visto um artigo no Jornal de Notícias, onde constava um gráfico com os cinco concelhos com a água mais cara da região, e que o concelho de Santa Maria da Feira não aparecia entre esses cinco, nem era minimamente focado no artigo. Referiu que quando se quiser fazer tais acusações, que se apresentem dados concretos, considerando que, caso contrário, estar-se-á a perder tempo sem que se resolva qualquer problema.-----

Sobre a crítica de que, no Plano, há muitas coisas que se repetem, realçou que se há coisas que a Câmara faz bem, e que são para ser feitas todos os anos, então que é natural que se repitam, comentando não haver razões para mudar aquilo que está bem.-----

Disse que um exemplo do que é bem feito prende-se com o eixo da Coesão Social, realçando considerar que as autarquias estão a fazer um muito bom trabalho ao nível das IPSS mas que, quanto à forma como a Segurança Social gere essas instituições, já tem algumas dúvidas. Referiu que, se calhar, existem pessoas que estarão a ser ajudadas em duplicado que poderão não precisar, enquanto outras que precisam, poderão não estar a ser ajudadas, dizendo ser da opinião que deve haver mais coordenação e que a Segurança Social estará a cometer algumas falhas, nesse aspeto, que deverão ser colmatadas.-----

Em relação à Pedreira das Penas, disse fazer-lhe alguma espécie que se ponha em causa, de forma simplista, as soluções apresentadas por técnicos devidamente credenciados e que estudaram o assunto, realçando que, em vez de se elogiar por se estar a resolver um problema, está-se a querer criar mais uma complicação e mais uma comissão, dizendo que a comissão



não iria resolver. Referiu que já foram colocados centenas ou milhares de metros cúbicos de terra no local, sublinhando que o fundamental é que o problema está a ser resolvido. -----  
Disse, sobre a reabilitação da rede viária, ser importante que se inicie quanto antes porque é um problema sério do Concelho, realçando ser preciso ter a noção de que algumas ruas não poderão ser, desde já, arrançadas devido aos abatimentos das valas que ainda podem acontecer. Sublinhou que, nessa matéria, o que considera mais importante ser feito é trabalhar para arranjar o dinheiro necessário para executar essa reabilitação.-----  
Concluindo a sua intervenção, reafirmou que os documentos estão bem apresentados e que deles consta o que é fundamental desenvolver no Concelho, com o dinheiro existente, e que entende que é essa a mensagem que se deve passar às pessoas, sempre exigindo-se que haja uma gestão rigorosa para que o dinheiro dê para fazer o mais possível.-----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por saudar por ter sido considerada a proposta feita pela Juventude Socialista, em sede do Conselho Municipal da Juventude, para o Cartão Jovem Municipal EYC, ressaltando ser um ponto bastante positivo e que, certamente, será de bastante usufruto para os jovens do Concelho.-----

Disse que o segundo ponto está relacionado com as inundações ocorridas em vários locais do Concelho, aquando da pluviosidade mais intensa verificada nos últimos dias, que causou graves prejuízos. Frisou que esse problema é, ano após ano, recorrente, questionando se o Sr. Presidente da Câmara está, ou não, disponível para desencadear esforços para resolver o problema ou, pelo menos, atenuá-lo. Salientou que os cidadãos pagam impostos para que tais problemas sejam resolvidos e que não se pode dizer-lhes para, numa situação destas, se desenrascarem.-----

Prosseguiu dizendo que, ao analisar os documentos do Plano e Orçamento, encontrou alguns planos e projetos que considera serem assuntos mistério porque, do que consta, não consegue perceber do que tratam, salientando que um desses é o plano de urbanização que seria condizente com um desenvolvimento mais sustentado do Município, e um outro o chamado Consumir Local. Realçou que seria importante perceber o que são esses planos e como serão operacionalizados, fazendo sobressair que, para votar em consciência, tem o direito de saber do que tratam tais projetos. Referiu que, para além desses, existe o tão famigerado projeto para recuperar as infraestruturas rodoviárias do Concelho, que está a ser ultimado.-----



Aludiu, em seguida, aos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo, referenciados na página 171 do dossier, dizendo que ali encontram-se plasmadas várias coletividades desportivas, de áreas não relacionadas com o futebol, às quais é dada uma verba de apoio porque, segundo a Câmara Municipal, terão uma grande relevância a nível social. -----

Nesse âmbito, o membro Daniel Gomes concluiu a sua intervenção dizendo que o Executivo da Câmara sabe, como ele também sabe, que existem outras coletividades que também merecem receber tal apoio e que não estão contempladas, dizendo considerar que a Câmara não pode continuar neste tipo de ação porque o dinheiro não lhe pertence, pertence aos munícipes e, como tal, é da opinião que tem que existir protocolos claros na atribuição desses apoios. -----

-----  
Interveio o membro *António Santos* (PS) que começou por dizer que, numa recente sessão da Assembleia Municipal, lembrou ao Sr. Presidente da Câmara que o mesmo havia sido, durante oito anos, o responsável pelas obras públicas municipais e que havia deixado a rede viária numa situação extremamente difícil, e que o mesmo disse, nessa altura, que juntamente com o vereador Vítor Marques, agora responsável pelo Pelouro de Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, iria trabalhar para melhorar a situação da rede viária. -----

Disse considerar que, com a verba orçamentada para a recuperação da rede viária, o Sr. vereador não vai, certamente, levar “a carta a Garcia”, salientando ser da opinião que o Sr. Presidente da Câmara deveria compreender a dificuldade desse pelouro e deveria ter procedido de outra forma, para que a rede viária do Concelho seja melhorada. -----

Sobre a afirmação de que não há dinheiro para fazer essa recuperação, referiu ser preciso ter a consciência que as vias não são para carroças, são para automóveis e que as reparações dos mesmos custam muito dinheiro, salientando que a rede viária não pode ficar para as “calendas gregas” e que, portanto, tal problema tem que ser resolvido. -----

Nesse âmbito, questionou o porquê das obras de reparação das estradas, no Concelho de Santa Maria da Feira, serem mal feitas de maneira a que, passado pouco tempo, tenham novamente de ser intervencionadas e, portanto, alvo de mais despesa. -----

Disse que uma das via que se encontra em situação caótica é a que serve de entrada na cidade de Santa Maria da Feira e que isso é um cartaz de visita que envergonha os feirenses, sublinhando que quem percorre o Concelho depara-se com vários exemplos de estradas que



estão num caos, aludindo à situação de algumas das estradas em Paços de Brandão para dizer que a Câmara tem de ajudar o Presidente da Junta daquela freguesia a resolver aquele problema. -----

Ressaltou que se para os anos posteriores for determinada uma verba semelhante à orçamentada para 2015, eventualmente nem no ano de 2030 as estradas do Concelho estarão reabilitadas. -----

Concluindo, disse esperar que o Sr. Presidente da Câmara se preocupe, efetivamente, com a questão da reabilitação da rede viária e que espera que, no próximo orçamento municipal, não volte a constar uma verba de 400 ou 500 mil euros, comentando que tal verba não dará, sequer, para reabilitar as estradas de uma pequena freguesia. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por agradecer o voto de confiança que lhe foi dado pelo membro António Santos para resolver o problema da rede viária, comentando já ter visto alguns membros do PS manifestarem preocupação com uma eventual parceria público-privada, para a resolução desse problema. Nesse âmbito, referiu não ter medo das parcerias público-privadas, salientando ter orgulho em dizer que fez uma parceria público-privada para a construção do Parque Empresarial da Recuperação de Materiais (PERM), e que essa foi a única parceria público-privada que foi visada pelo Tribunal de Contas. -----

Fez sobressair que o Concelho tem uma rede viária muito extensa, com cerca de 1400 quilómetros, que foi sendo feita ao longo dos anos de acordo com as disponibilidades financeiras, dando ainda nota que, apesar da verba orçamentada para 2015 ser de cerca de 900 mil euros, espera ser possível poder afetar cerca de 3 milhões de euros à reabilitação da rede viária, explicando que essa verba não pôde ser inscrita em virtude de existirem algumas candidaturas aos fundos comunitários para obras que estão prontas, ou em fase de conclusão, e que tem a esperança de que a Câmara venha a receber alguma dessa verba. Nesse âmbito, frisou que esse problema da reabilitação da rede viária está identificado. -----

Disse ter registado o uso, por diversas vezes, da palavra austeridade, bem como ter ouvido dizer que o investimento e o consumo são os motores da economia, salientando, a esse respeito, que graças a essa ideologia o País foi à bancarrota porque andou a investir à custa de dívida e chegou o dia em que quem emprestava veio reclamar o respetivo pagamento. Disse,



portanto, que é preciso usar as palavras adequadamente, que não se pode investir em dívida, que quando se investe é preciso haver produtividade e que, felizmente, o País começa a dar sinais de recuperação. -----

Quanto a dizer-se que houve um aumento dos impostos, fez sobressair que as taxas são as mesmas, que há estabilidade social em Santa Maria da Feira, destacando que a única intervenção feita nas taxas foi a redução da derrama para os pequenos negócios até aos 150 mil euros por ano, ressaltando que tal medida foi tomada porque a maioria das empresas do Concelho são microempresas, com volumes de negócios inferiores a 150 mil euros, e com essa redução a Câmara deu um forte incentivo aos pequenos empresários. Destacou, portanto, que ao contrário do que foi referido, a Câmara diminuiu as taxas dos impostos, e não aumentou. -----

Referiu haver municípios vizinhos que tinham fama de grandes pagadores mas que, neste momento, não são cumpridores nos seus pagamentos como é a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e, para poderem pagar, terão de aumentar os impostos, frisando que a Câmara de Santa Maria da Feira está a ser extremamente rigorosa. -----

Quanto ao índice de transparência, questionou se haverá câmara mais transparente do que a de Santa Maria da Feira, onde todos os concursos são publicados na plataforma e onde todas as reuniões de Câmara são públicas, sublinhando que qualquer pessoa pode assistir a essas reuniões e que a comunicação social está sempre presente nas mesmas, relatando nos jornais o que ali se passa. -----

Frisou que Santa Maria da Feira é um dos dois municípios do distrito de Aveiro que podem admitir pessoal, que o prazo médio de pagamento da Câmara é de 33 dias e que a dívida do município está perfeitamente controlada, dizendo serem esses os indicadores da boa gestão e do rigor que interessam. -----

Referiu que, naturalmente, a Câmara gostaria de dar muito mais, como por exemplo mais habitação social, mas que não se pode exigir uma redução dos impostos e, simultaneamente, pedir para que haja mais política social. Disse que foi isso que foi pedido pelos partidos de Esquerda, com exceção dos representantes do PS, que saudou por terem percebido as Opções do Plano para 2015. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu aludindo à intervenção do membro Moisés Ferreira, referindo que o mesmo fez jogadas fantásticas ao dizer, por exemplo, que os encargos



financeiros da Câmara passaram a representar 10% do Orçamento. Sobre isso, disse que os números por vezes dão estas pérolas, realçando que se o Orçamento para 2014 era de 73 milhões de euros, a percentagem era inferior, mas que como para 2015 houve uma redução do Orçamento para os 64 milhões de euros, então os encargos passaram a representar uma percentagem maior, de cerca de 10%, mas que isso não significa que tais encargos, da ordem dos 6 milhões de euros, tenham aumentado. -----

Sobre os Contratos Emprego-Inserção (CEI), informou que a Câmara Municipal tem 5 ou 6 pessoas nessa situação. -----

Quanto à questão dos direitos de passagem, referiu que a Câmara não cobra esses direitos às entidades porque, se o fizesse, essas mesmas entidades, como a EDP e a PT, iriam fazer refletir esse custo na fatura dos clientes e porque essa receita, para a Câmara, não iria representar absolutamente nada. Para além desse motivo, e no caso concreto da Indaqua Feira, explicou que a Câmara não cobra direitos de passagem também porque as tubagens não são da Indaqua, são da Câmara Municipal. -----

Sobre a rede viária reafirmou que, se tudo correr conforme espera, a Câmara terá uma verba de cerca de 3 milhões de euros para afetar a esse fim, fazendo sobressair que essa verba está longe de chegar para as necessidades. Nesse âmbito, explicou que foi pedido a todos os presidentes de junta de freguesia para que indicassem quais as ruas prioritárias da sua freguesia, de preferência aquelas que fazem ligação entre lugares ou freguesias, deixando aquelas mais residenciais, que servem os moradores, para uma segunda fase. Referiu que essa indicação já foi feita e que, agora, estão a ser feitas as respetivas medições para se chegar a um valor final, ressaltando que esse ultrapassará, certamente, a verba mencionada de 3 milhões de euros. Disse que, nessa medida, a Câmara, juntamente com as Juntas de Freguesia, estabelecerá quais as ruas prioritárias intervencionar, englobando, o mais possível, todas as freguesias. -----

Explicou que outra preocupação tem a ver com a parte sul do Concelho, informando que as obras da rede do saneamento estão, nessa zona, no seu término e que não é adequado, numa fase imediata, fazer a reposição geral do pavimento nessas ruas porque as valas, por muito bem compactadas que estejam, tenderão a sofrer algum abatimento. Referiu, portanto, que é preferível deixar passar algum tempo para, depois, fazer uma reposição mais adequada desses pavimentos. -----



Deu nota que uma rua extremamente prioritária é a que liga o Hospital S. Sebastião à rotunda do Cavaco e, daí, segue para a Fonte Levezinha, ressaltando ser uma entrada na cidade, um acesso ao hospital e uma rua com imenso trânsito, que traz bastante preocupação à Câmara. Informou que a Câmara tem já adjudicada parte da repavimentação dessa rua, nomeadamente a parte que foi intervencionada para ser construída uma adutora, para substituir um reservatório, mas que a Câmara optou por esperar até ao término do transporte de terra que está a ser feito para a Pedreira das Penas, proveniente do aterro de Canedo, ressaltando que são muitos camiões, muito pesados, a passar por aquela rua e que, por isso, é preferível esperar pelo término desse transporte de terras para, posteriormente, fazer a repavimentação.-- Frisou que gostava de poder contar com 30 milhões de euros para fazer a reabilitação da rede viária do Concelho mas que tal não é possível e que, portanto, a Câmara seguirá a metodologia que explicou, gerindo a situação com muita prudência.-----

Em relação à questão das inundações verificadas no Concelho, de que falou o membro Daniel Gomes, disse que tal se verificou, infelizmente, por todo o País e que, em Santa Maria da Feira não se verificou nenhuma situação muito grave, excetuando a ocorrida na zona do colégio de Santa Maria de Lamas, que teve mais impacto, até, na comunidade escolar. Quanto a essa zona, disse não antever uma solução fácil porque o Colégio, e outras construções, estão em leito de cheia, ressaltando que, para além disso, a construção ocorrida ao longo dos anos impermeabilizou muito os solos, levando a que haja mais água. Informou ter reunido com a direção do Colégio e que a mesma está preocupada com a situação, fazendo notar que os serviços técnicos da Câmara irão estudar uma solução para aquela zona e que, entretanto, tentar-se-á manter o mais desobstruída possível a linha de água.-----

Quanto aos contratos programa de desenvolvimento desportivo, disse serem normalmente celebrados com clubes que promovem modalidades com menos procura, como o basquetebol, o voleibol, o hóquei, o andebol, ressaltando que as situações são analisadas caso a caso.-----

Em relação à intervenção realizada pela deputada municipal Margarida Gariso, informou, quanto à questão do Europarque, que as negociações com o governo estão adiantadas e que é provável que a Câmara venha a participar na gestão daquele equipamento mas que, como as negociações ainda decorrem, entende não valer a pena estar a explicitar em que ponto estão as mesmas, frisando que a Câmara quer acautelar a defesa dos seus interesses.-----

Quanto às críticas feitas a respeito do desenvolvimento económico, referiu sentir que se há



área em que a Câmara trabalha bem, é no desenvolvimento económico e no emprego. Disse dar-lhe muito prazer ver que quase todas as câmaras estão a seguir o caminho seguido, há bastante tempo, pela Câmara de Santa Maria da Feira, e aparecerem com grande mediatismo nos jornais e serem elogiadas por estarem a fazer exatamente o que, em Santa Maria da Feira, já é feito há muito tempo. -----

Aludiu ao serviço da Câmara “Via Verde Empresas”, que visa essencialmente ajudar as empresas a legalizarem-se concedendo-lhes isenção de taxas urbanísticas, ressaltando que, como essas taxas por vezes representavam 50 ou 60 mil euros, as empresas não tinham meios financeiros para o fazer. Referiu que é muito importante para as empresas estarem legalizadas porque, desse modo, podem obter financiamento bancário bem como, eventualmente, apresentarem candidaturas a fundos comunitários, ressaltando que, no Concelho, só não estão legalizadas as empresas que não se quiseram legalizar ou aquelas que estão localizadas em zonas ecológicas. Disse considerar o “Via Verde Empresas” como um bom projeto e que prova disso é que está a ser seguido em muitos municípios. -----

Referiu que um outro aspeto a relevar é a rapidez no atendimento, sublinhando que qualquer investidor ou empresário que tenha um problema para resolver, sabe que vai à Câmara e fala com o Presidente, ou com alguém do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial, e rapidamente consegue resolver o problema. -----

Realçou, também, as missões empresariais promovidas pela Câmara, dizendo que apesar de não terem sido feitas tantas quanto gostaria, as realizadas têm tido excelentes resultados. Disse que as empresas que participam nessas missões suportam as suas despesas e, portanto, vão para trabalhar e não para fazer turismo, frisando que a missão da Câmara é ajudar a abrir portas e que, depois, cada um ultrapassa essa porta e faz o negócio que muito bem entender. Referiu sentir, claramente, que o tecido empresarial concelhio está inteiramente ao lado da Câmara nos processos de internacionalização, dizendo que prova disso é o interesse demonstrado pelas empresas em participar nessas missões, quando são levadas a cabo. -----

Salientou existirem também, através da AICEP, alguns pedidos para investimentos internacionais, que são apresentados a vários municípios, ressaltando que apesar da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não poder dar terrenos, como fazem alguns municípios, tem as suas vantagens, como sendo o seu posicionamento favorável, a proximidade ao aeroporto, o tecido empresarial, as competências dos seus trabalhadores, entre outros. -----



Aludiu ao lançamento da brochura “Good Makers – Santa Maria da Feira – Fazemos Bem”, informando que a Câmara iniciou o processo para registar a marca “Good Makers, Santa Maria da Feira, Portugal” porque os empresários do Concelho pediram para usá-la nas suas brochuras internacionais, ressaltando que, se o fizeram, é porque veem nessa marca algum mérito. Acrescentou estar-se a incutir nas empresas do Concelho as exportações, até mais do que a internacionalização, ressaltando que a internacionalização obriga, muitas vezes, à deslocação da empresa para esses países, dizendo apreciar muito que as empresas continuem a produção no Concelho e exportem os seus produtos. Reafirmou sentir que se há área na qual a Câmara está a trabalhar bem, é no Desenvolvimento Económico. -----

Quanto à questão do que pretende o Presidente da Câmara para o concelho de Santa Maria da Feira, comentou dar-lhe muito prazer responder a essa questão colocada pela deputada municipal Margarida Gariso. Fez notar que Santa Maria da Feira está inserida na Região de Entre Douro e Vouga e que existe um plano estratégico para que esta seja a região mais exportadora do País, dizendo querer que Santa Maria da Feira esteja na dianteira dos cinco municípios que integram esta região. -----

Disse querer, também, excelentes serviços de saúde, dizendo que o Concelho já tem um bom hospital e tem a melhor rede de cuidados de saúde primários do País. -----

Referiu que o Concelho tem boas escolas, com uma rede de escolas renovada, salientando que praticamente quase todas as freguesias têm uma excelente escola, feita nos últimos anos, frisando que a Câmara aposta fortemente na Educação, acrescentando querer um Concelho educador por excelência e que, por isso, Santa Maria da Feira integra a Rede de Cidades Educadoras. -----

Salientou pretender bons serviços de segurança, destacando a presença da PSP e da GNR no Concelho e a boa cobertura dada em todo o território concelhio. Recordou que o grande problema que havia prendia-se com as fracas condições da esquadra da PSP, mas que atualmente já não se fala desse problema porque foi encontrada uma solução que é extremamente económica para os cofres do Estado. -----

Disse querer, também, um bom serviço de justiça, realçando que Santa Maria da Feira tem um tribunal central e que só não é comarca porque foi opção do governo criar comarcas somente nas capitais de distrito. Salientou que, apesar disso, o tribunal de Santa Maria da Feira funciona como se de uma comarca se tratasse, realçando que reúne a maioria dos processos e



a maioria das especialidades. -----

Frisou pretender um concelho solidário, recomendando a quem tiver curiosidade a fazer uma análise aos programas de ação social dos outros municípios e a compará-los com os implementados no concelho de Santa Maria da Feira. Realçou que o município de Santa Maria da Feira é líder, na Área Metropolitana do Porto, em todos os projetos da área social, sublinhando não haver praticamente nenhuma iniciativa que está a ser feita na Área Metropolitana que não tenha nascido em Santa Maria da Feira. -----

Disse querer um Concelho onde a aposta na Cultura seja uma constante e haja uma programação cultural constante. -----

Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara destacou que Santa Maria da Feira é um excelente concelho para se viver, que todos devem defendê-lo e ter orgulho do trabalho feito por aqueles que o antecederam, sublinhando que o sonho que tem é que Santa Maria da Feira seja a melhor terra do mundo para se viver, e que esta Câmara está a trabalhar para isso. -----

Usou novamente da palavra o membro *Moisés Ferreira* (BE), que disse que as explicações dadas pelo Sr. Presidente, nomeadamente a respeito das pavimentações das ruas e sobre as inundações, levantaram-lhe outras dúvidas. -----

Sobre a questão da pavimentação referiu que, ao que julga, na última sessão da Assembleia questionou a Câmara se, estando os rasgos abertos pela Indaqua Feira e as estradas destruídas, seria aproveitado esse facto para instalar outras infraestruturas, como as da canalização de gás, fibra ótica ou outras, para que não se torne necessário, num futuro próximo, rasgar novamente as vias. Referiu que essa pergunta ainda não foi respondida e que, nessa medida, questionava se no plano para a repavimentação das estradas mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara, que arrancará em 2015, se esse aproveitamento para instalar as infraestruturas em falta já está, ou não, contemplado, para que em 2016 não seja necessário voltar a abrir rasgos nas estradas e, conseqüentemente, voltar a repor. -----

Sobre as inundações devido às fortes chuvas, e sobre a informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara de que o Colégio de Santa Maria de Lamas, bem como muita urbanização, foi construída em leito de cheia, questionou porque é que a Câmara, nos anos passados, permitiu que se entubassem as linhas de água e se construísse em leitos de cheia. Frisou que o PSD tem responsabilidades nessa situação porque lidera, desde há muitos anos, os destinos da Câmara



de Santa Maria da Feira, perguntando se existem programas de contingência que procurem resolver alguns desses problemas verificados por todo o Concelho, recordando que o mesmo tem várias bacias hidrográficas.-----

Sobre a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que foram as ideias da Esquerda, de consumo, de despesismo, de investimento, da necessidade da despesa pública, que levou o País à situação em que está, disse que a questão que levanta é quem levou o concelho de Santa Maria da Feira à situação em que se encontra, comentando que não foi o BE, nem nenhum partido da Esquerda que liderou a Câmara Municipal, mas sim o PSD. Perguntou quem criou despesa no Concelho e onde estava o rigor e a austeridade que o Sr. Presidente da Câmara diz ser tão construtiva, lembrando que o Sr. Presidente da Câmara também fez parte de anteriores executivos e teve responsabilidades executivas. Frisou que, agora, o que está em discussão é o Orçamento para 2015 e a necessidade de haver políticas no Município para 2015.-----

Quanto a dizer-se que fez muitas propostas mas não indicou onde ir buscar receita para as executar, realçou que na sua intervenção anterior deu dois exemplos para arrecadar receita, lembrando que um deles foi a taxa municipal de direitos de passagem e o porquê das empresas não pagarem, em Santa Maria da Feira, essa taxa. Sobre a resposta do Sr. Presidente da Câmara a essa questão, de que a autarquia não cobra essa taxa porque as empresas fariam refletir esse custo nas faturas dos consumidores, propôs ao Sr. Presidente da Câmara que a Câmara, juntamente com o BE, apresente ao governo uma proposta de alteração à lei no sentido de que tal custo não possa ser refletido na fatura dos consumidores. Questionou se o Sr. Presidente da Câmara concorda, ou não, com o princípio de que as empresas que utilizam o espaço público para fazer lucros de milhões, ou de milhares de milhões de euros, devem pagar pela utilização desse espaço público.-----

Salientou que outro aspeto que também referiu para buscar receita prende-se com a questão da Câmara dar à Indaqua Feira, quase de borla, o monopólio que é a distribuição da água.-----

Sobre esse aspeto, disse que o Sr. Presidente da Câmara tentou fazer que não entendeu a pergunta e respondeu dizendo que a Câmara não cobra taxa municipal de direitos de passagem à Indaqua Feira porque as infraestruturas são da Câmara. Frisou que a pergunta não tinha a ver com a taxa municipal de direito de passagem mas sim com a renda de concessão cobrada à Indaqua Feira, de 85 mil euros por ano, recordando que até comentou que essa verba representa 10 dias de faturação da Indaqua, ou seja, que a concessionária paga a renda



com a faturação que faz em 10 dias, ficando a lucrar os restantes 355 dias do ano. -----  
Reafirmou, a título de exemplo, que a EDP paga ao Município uma renda anual de concessão  
de 2,6 milhões de euros, quando a Indaqua Feira paga 85 mil euros. -----  
Concluindo a sua intervenção, sublinhou que deixou algumas propostas para buscar receita  
bem como algumas propostas para trazer alguma justiça ao Concelho, ressaltando que as  
mesmas poderiam permitir aliviar impostos, ter mais investimento, ter mais ação social, e que  
a Câmara só não as segue porque não quer. -----

-----  
Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por comentar que o Sr. Presidente  
da Câmara tem capacidades muito acima da média para o marketing e que, ao ouvi-lo, chegou  
a pensar estar num outro município, até num outro país, talvez num país nórdico. -----  
Referiu que o Sr. Presidente da Câmara falou do rigor das contas e das finanças da Câmara  
Municipal mas que é preciso dizer-se que esse rigor é imposto pela lei e que a Câmara limita-  
se a cumpri-la, ressaltando que a lei também refere, segundo disse saber, que os municípios  
que recorreram ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) são obrigados a ter um rigor  
extra. -----

Sobre o proferido pelo Sr. Presidente da Câmara de que a Esquerda falou em baixar impostos,  
disse considerar-se uma pessoa de esquerda, no caso da CDU, e que não se recorda de ter  
falado em baixar impostos, mas que o Sr. Presidente da Câmara ouviu isso. Disse serem essas  
capacidades de marketing que o Sr. Presidente tem, de manipular as coisas e os números a seu  
belo preceito, para passar uma mensagem deturpada que lhe dê jeito. -----

Em relação à questão do índice de transparência, referiu que o Sr. Presidente da Câmara ao  
desvalorizar esse índice, por não lhe interessar o resultado, fez-lhe lembrar aquelas crianças  
na escola que, quando têm más notas num teste, culpam o professor ou o aluno ao lado que  
não deixou copiar, e que nunca admitem a sua culpa. Disse saber que o que foi analisado foi,  
principalmente, a informação disponibilizada nos sites das câmaras, mas que é preciso ter em  
atenção as entidades que fizeram essa avaliação, destacando que uma delas foi a Universidade  
de Aveiro e que a mesma é reconhecida, a nível internacional, como uma das melhores  
universidades do País e que não se pode por em causa a credibilidade da mesma, dada a  
qualidade que tem. Lembrou que foi o PSD que, por exemplo, recusou as transmissões em  
direto, via broadcast, das sessões da Assembleia Municipal, salientando que se o índice é



comparativo e se há municípios que estão melhor do que o de Santa Maria da Feira, então há que seguir esses exemplos, mas que não se critique o índice só pelo mau resultado. Sublinhou que, se em causa está o site da Câmara, e tendo a mesma técnicos e gastando dinheiro na informática, então não percebe de que está à espera a Câmara Municipal. -----

Em relação à questão de que o Município está abaixo da média nacional no que diz respeito aos números do desemprego, disse que, aí sim, há manipulação dos valores e que é preciso analisar os dados todos, que é preciso dizer tudo e não somente aquilo que interessa. Referiu ser necessário analisar quantos empregos foram criados, quantas pessoas emigraram, quantas pessoas deixaram de receber o fundo de desemprego e deixaram de estar inscritas no fundo de desemprego, ou quantas pessoas estão nas juntas de freguesia a trabalhar e a receber o fundo de desemprego. Salientou que se as pessoas descontaram e se estão a trabalhar para receber mais um subsídio de alimentação, estão a trabalhar de graça, estão a trabalhar para receber dinheiro que é delas, que elas descontaram. -----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara tem a vantagem de referir aquilo que apenas quer referir, sublinhando que o mesmo omitiu, por exemplo, a questão dos transportes escolares, que não disse o que foi feito na rede viária e praticamente não respondeu a questões ambientais, recordando que o membro Válder Amorim fez uma questão muito clara, de qual a taxa de execução orçamental prevista para 2015, e o Sr. Presidente da Câmara não respondeu. Concluindo, referiu considerar importante saber a resposta a essa questão, comentando que o Sr. Presidente da Câmara fez um discurso vago, metendo tudo no mesmo saco e dizendo apenas o que lhe é mais conveniente. -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) que começou por salientar que há investimento bom e mau, destacando que o investimento bom é aquele que é produtivo, que se reflete na qualidade de vida das pessoas e que pode galvanizar o País. Disse ter sido o caso dos centros escolares e das USF, salientando que foram uma boa aposta do Concelho e que partiram, curiosamente, de medidas tomadas por governos socialistas. Salientou que o Sr. Presidente da Câmara acusa sistematicamente os governos socialistas pela crise que despoletou em Portugal quando sabe que a mesma teve origem nos Estados Unidos da América, com o colapso da banca. Salientou que, depois, a crise propagou-se a outros países, como a Irlanda, Espanha ou Grécia, e que não foi o governo socialista em Portugal que fez

---



despoletar a crise nesses países, ressaltando ser preciso haver seriedade na discussão dos assuntos. -----

Quanto ao investimento mau, disse ser aquele que é feito sem planeamento, sem gestão, sem organização, ressaltando ser isso que acontece nas empreitadas que a Câmara desenvolve, nomeadamente na rede viária, dizendo que constantemente se constrói para destruir a seguir, e que nesse aspeto poderia haver uma grande poupança. -----

Sobre aquilo que é responsabilidade da Câmara, referiu que a mesma teve que recorrer ao PAEL, pedindo ao governo 12,8 milhões de euros como assistência financeira, e que isso tem impactos negativos na população, como o corte em 40 ou 45% da iluminação pública e a obrigação de elevar as receitas do Município, frisando que isso responsabiliza inteiramente o PSD porque sempre governou esta Câmara Municipal. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara acusa aquelas que foram apostas acertadas dos governos socialistas e que permitiram, e muito bem, beneficiar o Concelho, mas não assume aquilo que é responsabilidade do PSD nesta Câmara, dizendo ser da opinião que deverá fazê-lo. -----

Salientou que o Orçamento não estabelece metas e que, portanto, não permite fazer uma avaliação correta do mesmo, dizendo que o grupo municipal do Partido Socialista não pode concordar com essa situação porque entende que tem que haver metas para se conseguir perceber e que, portanto, tem nessa matéria uma visão diferente da tida pela Câmara. -----

Em relação à questão da solidariedade, disse que o grupo municipal do Partido Socialista defende o não assistencialismo e que, também aí, tem uma visão diferente da da Câmara, fazendo sobressair que 68% dos municípios, apesar de em idênticas circunstâncias às verificadas no município de Santa Maria da Feira, cobram uma taxa de IMI inferior a 0,4%. ---  
Realçou entender que a Câmara, para ajudar os cidadãos e para fazer solidariedade, tem de criar as condições para não engrossar o pelotão dos pobres e para não ser preciso, depois, dar-lhes a tijela da sopa, reafirmando que o grupo municipal do Partido Socialista não concorda com a visão assistencialista da Câmara e tem uma visão completamente diferente daquilo que deve ser a solidariedade. -----

Usou novamente da palavra o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por aludir à estimativa de poupança corrente de 11,7 milhões de euros, realçando que num momento em



que baixam significativamente as receitas, e embora tratando-se de uma estimativa, entende relevante frisar esse aspeto.-----

Sobre a afirmação de que a Indaqua Feira paga à Câmara com o que fatura em dez dias, disse até parecer que a Indaqua não tem que pagar a água que compra “em alta”, que não tem que pagar salários, que não tem despesas e que não tem que fazer investimento. Referiu não ser por acaso que a concessionária nunca distribuiu lucros e ainda tem prejuízos, comentando, contudo, que não queria levar a discussão para esse caminho porque não tem que fazer a defesa da Indaqua Feira, realçando que, na altura em que foi presidente de Junta, foi um dos que muito lutou contra a Indaqua Feira. Salientou não poder aceitar que se fale das coisas com tal leviandade e que se diga que a Indaqua Feira paga à Câmara com o que fatura em dez dias, como que dando a ideia que, depois, é tudo lucro.-----

Sobre a questão do índice de transparência, disse concordar com algumas das coisas ditas pelo membro Filipe Moreira, mas que entende ser preciso realçar que tão transparente como o índice é o facto das reuniões de Câmara serem sempre públicas, ter todos os contratos na plataforma, serem feitas as sessões necessárias da Assembleia Municipal, comentando que se a realidade se sobrepõe ao índice, isso deve ser valorizado.-----

Referiu concordar que se diga que o site da Câmara pode ser melhorado para, nessa medição, ser mais transparente, mas que não concorda que se diga que, por certa informação não constar do site, a Câmara não é transparente quando a mesma tem, por exemplo, reuniões de câmara que são sempre públicas, ressaltando que poucas câmaras o fazem.-----

Em relação ao assunto da crise, disse que a mesma teve, efetivamente, início nos Estados Unidos da América, que em 2007 e 2008 já toda a gente a antevia mas que, em Portugal, o governo de então negava e lutava sempre contra isso, levando ao resultado que levou. Referiu que, naturalmente, a culpa não foi só do governo, mas que é um facto que o mesmo não soube travar a tempo a crise, ressaltando que isso está mais do que documentado e que, portanto, quando se diz que é preciso haver rigor, é preciso haver rigor em tudo, dizendo-se tudo.-----

Em relação ao PAEL, disse que esse programa obrigou a algum rigor orçamental, realçando contudo que não foi pelo PAEL que se reduziu a iluminação pública, mas sim devido ao aumento do IVA sobre o preço da eletricidade, de 6 para 23%, e do peso enorme que isso representou no preço a pagar.-----

Quanto ao aumento das taxas, frisou não ter havido nenhum aumento de taxas, antes pelo



contrário, frisando que houve até uma redução. Salientou não perceber que se continue a querer que, face às receitas da Câmara, se baixe a taxa da participação sobre o IRS e, ao mesmo tempo, se queira que o Concelho ande para a frente.-----

Referiu querer dizer ao membro Moisés Ferreira que o concelho de Santa Maria da Feira, não tendo tudo o que gostaria que tivesse, deixa-o muito orgulhoso, salientando ser do tempo em que não havia iluminação na casa das pessoas, em que as estradas existentes eram em terra, em que não havia piscinas municipais nem pavilhões, ressaltando que tudo isso foi sendo feito ao longo dos anos, embora, naturalmente, nem tudo com dinheiro do município.-----

Disse que, por vezes, fica com a impressão de que as pessoas que criticam o que se passa no Concelho não devem sair do mesmo, ressaltando que se o fizessem verificavam que não é preciso ir muito longe para constatar que, infelizmente, as coisas são iguais ou, até, muito piores.-----

Ainda sobre a questão dos impostos, disse haver concelhos com dívidas astronómicas, com problemas terríveis, que não pagam a ninguém e que, contudo, baixam os impostos, frisando considerar tal situação injusta e que espera que o País comece a caminhar com passos curtos mas seguros, para que se acabe com tais injustiças.-----

-----  
Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que começou por aludir à última intervenção efetuada pela deputada municipal Margarida Gariso e à referência feita a alguns investimentos realizados no Concelho, no tempo dos governos socialistas, nas áreas da Saúde e da Educação, para dizer que tem muito orgulho desses investimentos e que os mesmos não aconteceram devido aos governos socialistas. Fez notar que o investimento feito na Educação foi concretizado com fundos comunitários, com candidaturas da Câmara Municipal, com projetos feitos pela Câmara e em terrenos comprados pela Câmara, ressaltando que, fosse o PS ou outro partido a estar no governo, a Câmara Municipal soube aproveitar as oportunidades.-----

Ressaltou que na Saúde foi feito, também, um excelente investimento, em conjunto com as juntas de freguesia, ressaltando que muitos dos edifícios eram da Câmara ou das respetivas juntas de freguesia e que tais investimentos não tiveram um euro sequer pago pelo Estado Central, com a exceção da USF de Argoncilhe.-----

Em relação à origem da crise, disse que naturalmente a mesma começou na Banca mas que as



parcerias e os investimentos feitos pelo governo socialista não podiam resultar noutra coisa, dando como exemplo o ocorrido com a empresa pública “Parque Escolar”.-----

Sobre a referência de que 68% dos municípios praticam uma taxa de IMI abaixo dos 0,4%, referiu que há muitos com uma taxa de 0,395% e que isso é enganar, comentando que ainda há dias viu uma notícia de uma Câmara que reduziu a taxa de 0,395 para 0,390%, e que isso é uma ilusão. Salientou haver casos de câmaras que pagavam aos seus fornecedores a 30, 40 ou 50 dias e que já estão a pagar a 3 meses, sublinhando que quando essas se derem conta terão de aumentar a taxa de IMI, aludindo à Câmara de Matosinhos como um desses exemplos. ----

Frisou que, em Santa Maria da Feira, tem havido estabilidade quanto a essa matéria, dizendo considerar a taxa de IMI de 0,4% como a necessária para arrecadar a receita pretendida.-----

Em relação à questão colocada pelo membro Moisés Ferreira sobre o aproveitamento das valas abertas pela Indaqua Feira para serem instaladas, em simultâneo, outras infraestruturas, disse que isso não é possível porque as entidades são diferentes e têm planos de investimentos diferentes. Disse que a Câmara alerta as entidades quando pretende fazer a pavimentação de uma rua para que, caso pretendam intervir na mesma, o façam, mas que a Câmara não pode estar à espera um, dois ou mais anos para que determinada entidade intervenha e, daí, avança para a pavimentação. Referiu que o que por vezes acontece é que, pouco tempo decorrido após a pavimentação, as próprias entidades, como a Cabovisão ou a Lusitânia Gás, perante a recusa da Câmara para poderem intervir nas ruas, mandam os moradores interessados reclamar com a Câmara para que tais serviços possam ser instalados nas suas casas, comentando que são situações muito difíceis de gerir e que é difícil a Câmara resistir perante tais situações. -----

Sobre as construções no leito de cheia, disse ser uma verdade que o País está cheio de erros desses, comentando que há alguns anos não havia a perceção de que construir em cima de uma linha de água era um grave problema, que se pensava que era controlável. Frisou que, hoje, a construção em leitos de cheia está completamente fora de hipótese porque as pessoas já perceberam os riscos que isso acarreta, mas que, agora, é preciso tentar resolver os erros cometidos no passado, realçando que as autorizações para construção nos leitos de cheia foram dadas, essencialmente, pela Administração Central.-----

Sobre as responsabilidades que tem, ele próprio, no que aconteceu no Concelho, disse ter muitas porque, durante 8 anos, foi o vereador do pelouro que tinha a cargo as obras



municipais, sublinhando que se orgulha do que foi feito nesse período. Destacou que foi realizada a rede de saneamento, que foram concretizados, em colaboração com o pelouro da Educação, 15 centros escolares, que foram efetuados 17 empreendimentos da área social, que foi realizada uma EB 2,3 por menos de 6 milhões de euros e que foi feita a escola de Paços de Brandão, reafirmando que foram sendo realizadas algumas obras das quais se orgulha. -----

Disse ser verdade que, por causa das obras da rede de saneamento e da rede de água, as ruas ficaram maltratadas e que é preciso, a partir de agora, retificar essa situação, mas que tem orgulho por essas redes terem sido realizadas.-----

Sobre a questão do pagamento dos direitos de passagem, reafirmou que se a Câmara obrigar as entidades a pagarem esses direitos elas vão fazer refletir esse custo nas faturas dos clientes, e que é uma ilusão pensar o contrário. Disse que o mesmo se passa com o pagamento dos ramais que a Câmara está a negociar com a Indagua Feira, frisando que se não se pagar a ligação dos ramais, pagar-se-á de outra forma porque são as receitas das entidades que estão em causa, sublinhando que se as empresas forem à falência não prestam os serviços. Deu também o exemplo da abolição das taxas dos contadores, referindo que não se paga a taxa do contador mas paga-se na tarifa, frisando que as empresas têm custos que têm que ser suportados e que não adianta que leis se façam porque, de uma maneira ou de outra, fazem refletir os custos no preço a pagar pelo consumidor. -----

Em relação à afirmação de que se deu a concessão à Indagua Feira, disse que tal não corresponde à verdade, lembrando que a concessionária celebrou um contrato que envolve um investimento fortíssimo da parte da mesma, na ordem, segundo disse julgar, dos 80 milhões de euros. Fez notar que a EDP paga à Câmara uma verba anual na casa dos 2 milhões de euros porque recebeu uma infraestrutura já feita e tem que pagar pela utilização da mesma, enquanto a Indagua fez um contrato de concessão onde tem a responsabilidade de fazer as infraestruturas das redes de abastecimento de água e de saneamento. Salientou que quando terminar o período da concessão, daqui a 35 ou 36 anos, a Câmara poderá cobrar uma renda superior à entidade que for explorar essas infraestruturas que, nessa altura, serão propriedade do Município, talvez até superior à que paga a EDP, dizendo que essa questão será analisada por quem estiver à frente dos destinos da Câmara.-----

Em relação à questão do índice de transparência disse estar de consciência tranquila porque tudo o que é feito na Câmara é público, que inclusivamente todas as reuniões de Câmara são



públicas, realçando que não se vai preocupar minimamente com essa questão porque, efetivamente, existe transparência na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. -----

Sobre os números do desemprego, disse ter havido uma redução do número de desempregados no Concelho, ressaltando que já foram mais de 10 mil e que agora são cerca de 8 mil desempregados, referindo que apesar de algumas pessoas terem emigrado, tal redução não se deveu à emigração, fazendo notar que o Concelho mantém uma população mais ou menos estável. Disse já acontecer, no Concelho, muitos casos de empresas que querem contratar trabalhadores e não os arranjam, ressaltando que a Câmara, através da Agência Local em Prol do Emprego, tenta pesquisar, de entre os inscritos no desemprego e de acordo com os pedidos formulados, pessoas para trabalhar mas que tem sido extremamente difícil conseguir que as pessoas queiram trabalhar. -----

Frisou que o problema do desemprego verificado no Concelho é grave, essencialmente o desemprego dos jovens, e que é preciso lutar para que essas pessoas tenham emprego, mas que também considera relevante estudar melhor determinadas questões, de um outro desemprego, para se perceber esse problema do ponto de vista, até, social. -----

Concluindo, e relativamente à taxa de execução orçamental para 2015, disse que a mesma será, de certeza absoluta, superior a 85%. -----

-----  
Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os documentos a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 31, Ind., PS: 2 – Valdemar Silva e Ana Piris de Oliveira), 17 votos contra (PS: 15, BE, CDU) e 2 abstenções (CDS-PP, PS: 1 – Maria Manuela Teixeira), aprovar as Opções do Plano e a proposta do Orçamento para 2015 – dossier cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
*Saíram os membros António Topa, Gastão Valente, Serafim Guimarães, António Domingues Pereira, João Cunha, José Castro, Telmo Gomes, António Valdemar Ribeiro, Rui Alves Rios, e Maria Manuela Teixeira.* -----

-----  
**6 – Contrato-Programa para 2015 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.**-----



- **Aprovação de minuta** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 28 de outubro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, aludindo ao ponto 7 do parecer prévio do ROC, referiu que ali é feito o alerta para potenciais assimetrias entre os resultados reais e os previstos, e que tais variações poderão ser materialmente relevantes. -----

Nesse âmbito questionou se a Câmara, estando atenta a esse parecer, tem mecanismos orçamentais definidos para garantir que poderá suprir eventuais necessidades, sejam elas de capitais ou outras. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por salientar que o contrato-programa em questão é muito parecido com aquele que foi discutido no ano passado, recordando que nessa ocasião disse que, para o Bloco de Esquerda, não fazia sentido haver um contrato-programa deste tipo nem fazia sentido haver a empresa municipal Feira Viva. Frisou ser entendimento do Bloco de Esquerda que a Câmara poderia tomar para si e fazer bem melhor aquilo que a Feira Viva faz e que isso traria, até, alguns ganhos porque poupar-se-ia em algumas estruturas, em alguns cargos de direção, destacando ainda que a forma como se gere a política cultural e uma série de atividades ocorridas em Santa Maria da Feira seria bem mais transparente. Sublinhou que o presente contrato-programa vem confirmar esse entendimento, de que não faz sentido haver a empresa municipal Feira Viva. --- Sobre dizer-se que o contrato-programa serve para pôr por escrito o retorno que tem que haver pela transferência de cerca de 1,7 milhões de euros que a Câmara faz para a Feira Viva, salientou que esses 1,7 milhões de euros são fictícios porque, na verdade, os cerca de 4,5 milhões de euros do orçamento da Feira Viva são da Câmara Municipal. -----

Referiu haver uma transferência direta mas que, depois, a Câmara Municipal cede à Feira



Viva a exploração de uma série de equipamentos, permite-lhe utilizar os snack-bares e esplanadas desses equipamentos, permite-lhe instalar portagens de entrada na Viagem Medieval, não lhe cobra nada pela ocupação de espaço público, ou seja, que todo o orçamento da empresa municipal Feira Viva é dinheiro da Câmara Municipal. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por salientar que a vida das empresas, como a dos municípios, é dinâmica e, como tal, há sempre margem para melhorar, e que nessa medida está sempre pronto para dar sugestões e para demonstrar que, por muito que se tenha conseguido fazer, é possível ir mais além. -----

Referiu ter duas perguntas a colocar à Câmara e que a primeira tem a ver com o pagamento das rendas relativas às instalações da Feira Viva. Disse que há muitos anos que se paga renda e que, com o dinheiro dos Quadros Comunitários anteriores, já poderia estar construído um brutal edifício, com umas brutais instalações, onde se pagaria zero de renda. Comentou que, de ano para ano, fala-se que tais custos deixarão de ser suportados mas que, até hoje, isso ainda não aconteceu, questionando para quando o deixar de pagar essas rendas. -----

Salientou que a segunda questão prende-se com o Parque Ornitológico de Lourosa, dizendo que era bom que se ponderasse quanto custa cada visitante àquele Parque, fazer alguma “accountability” do custo/benefício daquele equipamento, para decidir qual o caminho a seguir. -----

Sobre as piscinas municipais referiu que deve haver, especialmente em relação às que apresentam défice, uma gestão muito mais racional, comentando que há vários anos que se fala que as piscinas de Fiães e de Lourosa deixariam, com a realização de um pequeno investimento, de ser deficitárias. Salientou que, todos os anos, essas piscinas têm dado um prejuízo a rondar os 380 mil euros, ressaltando que se fosse feito o tal investimento, por exemplo de 300 mil euros, depois, nos anos que se seguiriam, o retorno seria muito maior porque as contas dessas piscinas ficariam, pelo menos, equilibradas. -----

Disse congratular-se ao ouvir o Sr. Presidente da Câmara dizer que a marca escolhida pela Câmara para promover os negócios foi registada, referindo ser pena que tal não tivesse acontecido com o nome “Terra dos Sonhos”, sublinhando que foi investido tanto dinheiro na Terra dos Sonhos e que, agora, foi necessário alterar o nome desse evento, perdendo-se esse investimento. Recordou que já o nome Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua havia



sido perdido, salientando que a Câmara sempre usou esse nome e, depois, deixou alguém apropriar-se dele. -----

Concluindo, apelou ao Sr. Presidente da Câmara para que se acabasse com essas situações, de ser a Câmara a investir para outros ficarem com os louros, comentando que se é a Câmara a investir deve ser a Câmara a ficar com os louros desse investimento. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por aludir à questão colocada pelo membro Válder Amorim sobre se a Câmara tinha capacidade de, em caso de necessidade, aumentar o apoio à Feira Viva, para dizer que espera que tal situação não ocorra e que, se ocorrer, terá de ser analisada e resolvida, comentando que essa resolução passaria por alterações orçamentais. Frisou que os orçamentos são sempre instrumentos previsionais, que têm sempre uma margem de previsibilidade, reafirmando esperar que tal situação não venha a ocorrer. -----

Sobre a afirmação do membro Moisés Ferreira de que a Câmara podia fazer melhor do que faz a empresa municipal Feira Viva, disse que o Executivo Permanente da Câmara tem uma opinião diferente. -----

Quanto à questão da não cobrança à Feira Viva pela ocupação de espaços públicos, entre outros benefícios mencionados pelo membro Moisés Ferreira, disse que se a Feira Viva tem uma despesa de cerca de 4,5 milhões de euros, se faz a gestão de atividades que não são lucrativas e se recebe 1,7 milhões de euros da Câmara, então é natural que tenha de ir buscar o dinheiro a algum lado, comentando que não há milagres nessas coisas. Frisou que, quando se gasta 5 é preciso arranjar dinheiro para pagar 5, que não há outra forma, a não ser que seja através da criação de dívida mas que, nesse caso, alguém virá, um dia, cobrar esse dinheiro. ---

Em relação à questão das rendas de que falou o membro Sérgio Cirino, e quanto à sugestão de ser construído um edifício, disse que essa situação já foi pensada mas que não está nada planeado fazer em 2015, dizendo concordar que esse assunto deve ser seriamente pensado. ----

Sobre a questão de quanto custa cada visitante no Parque Ornitológico de Lourosa, disse que aquele equipamento vai sempre dar prejuízo, recordando que essa discussão já foi tida por diversas vezes na Câmara, já na altura em que era vereador. Sublinhou que o Parque Ornitológico, à semelhança do que acontece com os museus, são equipamentos que dão prejuízo, ressaltando que o prejuízo é mais notado no parque ornitológico porque o mesmo



tem outro tipo de despesas, nomeadamente as tidas com os animais, referindo que a opção do Município tem sido a de manter esse equipamento, e que pretende continuar a mantê-lo, apesar do prejuízo significativo que apresenta. -----

Em relação às piscinas municipais de Lourosa e Fiães, disse que o pequeno investimento mencionado pelo membro Sérgio Cirino prende-se com a construção da parte dos ginásios, salientando que a Câmara está a pensar fazer, em 2015, esse investimento e que a previsão é que, com os ginásios, possa ser atenuado o défice existente nas contas dessas piscinas, mas que isso é somente uma previsão. -----

Sobre a marca “Terra dos Sonhos” disse que a mesma não era propriedade da Câmara, que já estava registada por outrem e que a Câmara usava-a com autorização. Informou que o proprietário da marca queria, agora, que a Câmara lhe pagasse uma verba pela utilização mas que a Câmara entendeu não dever pagar e, daí, encontrar um outro nome. Referiu que essa tarefa não foi fácil porque está quase tudo registado, dizendo que se pensou em nomes como “Quinta dos Sonhos” ou “Castelo dos Sonhos” mas que já se encontravam registados, tendo-se chegado ao nome “Perlim – Uma Quinta de Sonhos”. -----

Quanto ao nome “Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua” referiu que, de facto, o mesmo foi registado por uma associação, salientando, contudo, que o nome Caixa das Artes, ou António Lamoso, são nomes bonitos, fazendo sobressair que o cineteatro vai continuar a chamar-se Cineteatro António Lamoso e que, portanto, não acha que se tenha perdido algo de relevante. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (PSD: 24, CDS-PP, Ind.), 1 voto contra (BE) e 16 abstenções (PS: 15, CDU), aprovar a minuta do Contrato-Programa para 2015 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, bem como autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2015, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 28 de outubro de 2014. -----

*Sairam os membros Sérgio Cirino e Rosa Maria Silva.* -----



**7 – Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria – AMTSM** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 28 de outubro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (PSD: 24, CDS-PP, Ind.) e 15 abstenções (PS: 13, BE, CDU), aprovar a alteração do n.º 6 do artigo 25.º dos Estatutos da AMSTM, publicados no Diário da República n.º 150, III Série, de 28 de junho de 2004, com a alteração publicada no Diário da República n.º 149, 2.ª Série, de 4 de agosto de 2011, passando o mesmo a ter a seguinte redação:-----

“(…) n.º 6 – Compete, ainda, ao Conselho Diretivo propor a Declaração de Utilidade Pública para efeitos de expropriação e a constituição de servidões administrativas.”-----

*Reentrou o membro António Topa.*-----

**8 – Revisão Orçamental**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 17 de novembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, pelo que percebeu dos documentos, a razão para a revisão orçamental prende-se com uma redução de cerca de 2 milhões de euros, dos cerca de 11 milhões de euros inicialmente previstos para a construção da chamada Caixa das Artes. Realçou que a comparticipação já estava aprovada pelo Fundo Social Europeu e que certamente há razões para ter havido um corte de cerca de 2 milhões de euros, questionando quais as razões para essa reprogramação. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por esclarecer que o valor total da candidatura referente ao Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua (CCTAR) não importava em 11 milhões de euros, informando que a comparticipação total era num montante a rondar os 4,285 milhões de euros, dando nota que a candidatura englobava três empreitadas, nomeadamente o Polo I, o Polo II que é o Cineteatro, e a reabilitação da Pedreira das Penas. --- Informou que, dessa importância, cerca de 2 milhões de euros diziam respeito ao Polo I, ressaltando que o custo dessa empreitada até seria superior, estimando-se que fosse custar perto dos 3 milhões de euros. Frisou que foi feita a reprogramação da candidatura no sentido de retirar essa verba, correspondente ao Polo I, e que a revisão orçamental deve-se exatamente a isso. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 25, PS: 13, CDS-PP, Ind.) e 2 abstenções (BE, CDU), aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e a 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 17 de novembro de 2014. -----

*Reentraram os membros João Cunha e José Castro.* -----

**9 – Acordo de Execução e Contrato de Delegação de Competências a celebrar com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – Aprovação de minutas de alteração** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a



palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 17 de novembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Márcio Correia* (PS) que referiu que o grupo municipal do Partido Socialista entende que, antes da celebração destes contratos de delegação de competências, a Câmara Municipal deveria preparar devidamente as Juntas de Freguesia para, na altura da celebração dos contratos, as mesmas estivessem já preparadas. Frisou que, com essa devida preparação, certamente as Juntas teriam um melhor contributo para com os seus cidadãos e os contratos-programa seriam cumpridos com maior eficácia. -----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por realçar que o grupo municipal do PSD defende e aprova a matéria em discussão, mas que queria deixar o lamento por este assunto ser presente à Assembleia Municipal com um ano de atraso porque o Partido Socialista não teve o espírito aberto democrático, tanto no caso desta União de Freguesias como, também, na freguesia de Arrifana. Referiu que, ao contrário, o PSD sempre manteve esse espírito democrático porque entende que quem ganha as eleições deve governar. -----  
Frisou que o Partido Socialista, com falta de espírito democrático, inviabilizou durante mais de um ano a solução para a União de Freguesias em questão, levando a que a delegação de competências somente agora seja presente à Assembleia Municipal, para deliberação. -----  
Concluindo, disse esperar que em futuras eleições tal postura não se repita. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dizer que a intervenção do membro José Leão foi desnecessária, destacando que noutras freguesias do Concelho, onde o PSD ganhou as eleições sem obter a maioria, os presidentes de junta do PSD tiveram a capacidade de negociar com os que foram eleitos. -----  
Disse, portanto, que há duas partes e que não pode ser imputada total responsabilidade ao PS, sublinhando que a primeira e máxima responsabilidade é de quem não teve a capacidade



negocial que referiu. Concluindo, disse considerar totalmente descabido o número que o membro José Leão veio, neste momento, fazer. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, em relação à intervenção do membro Márcio Correia, que por vezes fica com a ideia que o Partido Socialista acha que a Câmara tem poder de gestão nas Juntas de Freguesia, ressaltando que as Juntas são totalmente autónomas e que confia nos seus presidentes, dizendo serem pessoas responsáveis, competentes e que têm feito um bom trabalho. -----

Sobre dizer-se que a Câmara deve preparar melhor as juntas, reafirmou que os presidentes de junta são competentes e sabem o que têm de fazer, realçando que as competências delegadas estão claramente definidas e que envolvem tarefas simples, como a limpeza das valetas e fazer alguns arranjos nas salas de aula, dizendo não haver nada de muito complicado nas tarefas delegadas. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 27, CDS-PP, BE, Ind., PS: 1 – Valdemar Silva) e 13 abstenções (PS: 12, CDU), aprovar as minutas de alteração ao acordo de execução e ao contrato de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Muito rapidamente só para dizer que o BE votou a favor desta minuta e desta delegação de competências, como votou a favor da delegação de competências para todas as Juntas que aqui vieram. -----

O BE há muitos anos que defende que as juntas de freguesia não podem ser, enfim, um edifício onde se tira fotocópias e se vai registar os canídeos e pouco mais, é o Poder mais próximo da população e, por ser o Poder mais próximo da população, deve ter mais competências para intervir junto da população, para identificar e resolver os problemas e, por isso, votamos a favor.-----



Outra coisa, para terminar, que provavelmente terá que ser feita no final deste ano, em que faz um ano desta delegação de competências, é avaliar se existem outras competências que possam ser descentralizadas ainda, e se este dinheiro que é transferido para as juntas de freguesia, concomitantemente com a transferência de competências, é suficiente ou se é preciso haver ajuste de verbas. Porque, também, o pior que pode acontecer é transferir competências e não transferir as verbas suficientes porque então, depois, nem fica a Câmara com a competência nem a junta de freguesia consegue executá-la.” -----  
-----

**10 – Pedidos de Isenção de Taxas** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, relativamente ao assunto em epígrafe, informou que o mesmo, a solicitação da Câmara, é retirado da Ordem do Dia. Passou, por isso, a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia. -----  
-----

*Saiu o membro Paulo Marques de Oliveira.* -----  
-----

**11 – Procedimento concursal “Construção de infraestruturas em Casaldaça - Guisande”  
- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 17 de novembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----  
-----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dizer que queria fazer, em primeiro lugar, um ponto prévio, referindo que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, na sua última reunião, decidiu que em relação a estas matérias que pressupõem a repartição de encargos, deve da documentação disponibilizada constar, também, a deliberação camarária que assume o respetivo compromisso, ressaltando que a repartição de encargos não é votada no vazio, que é em relação a um compromisso financeiro que é -----  
-----



assumido relativamente a um contrato. -----

Disse que já contava que nestes dois pontos – pontos n.ºs 11 e 12 da Ordem do Dia – essas deliberações camarárias tivessem sido distribuídas para a Assembleia Municipal estar municiada com toda a documentação envolta dos pedidos e poder, com total clareza, assumir essas responsabilidades. Frisou ter sido isso que ficou decidido na reunião da Comissão Permanente mas que, certamente, terá havido um lapso de interpretação ou de comunicação da parte do membro da Mesa que substituiu, nessa reunião, o Sr. Presidente da Mesa, dizendo que em próximas ocasiões, com certeza, essas deliberações serão distribuídas. -----

Relativamente ao procedimento concursal em discussão, disse que essa matéria foi bastante discutida em reunião de Câmara e que ali foram levantadas, pelos vereadores do Partido Socialista, pertinentes e legítimas dúvidas uma vez que as infraestruturas em questão estão enquadradas num loteamento privado, no âmbito de um protocolo celebrado em 2009 entre a Câmara e privados porque, à data, não haveria terrenos naquela área central da freguesia de Guisande e havia a perspetiva de construir, naquela zona, um centro escolar ou um centro social. -----

Realçou que, passados 5 anos, a realidade alterou-se completamente e que já não haverá essa perspetiva, que a necessidade para a freguesia de Guisande e para a sua população não é a mesma e que, daí, resultaram as dúvidas colocadas pelos vereadores do Partido Socialista sobre essa matéria, inclusivamente em relação à imparcialidade de membros do júri que poderão ter interesses nos terrenos envolvidos. -----

Disse que, nessa medida, o grupo municipal do Partido Socialista entende que a prudência manda, em nome da transparência, da boa gestão e tendo em conta as dúvidas que legitimamente foram suscitadas, que este processo fosse suspenso e fossem feitas as averiguações do custo/benefício para a população do Concelho. -----

Concluindo, salientou que só depois de feitas essas averiguações e totalmente esclarecidas as dúvidas é que deveria prosseguir-se com o concurso mas que, não tendo sido essa a opção da Câmara, o grupo municipal do Partido Socialista vota contra a proposta submetida a esta Assembleia Municipal. -----

-----  
Usou da palavra o 2.º Secretário da Mesa, *Mário Jorge*, para, em relação ao ponto prévio colocado pela deputada municipal Margarida Gariso sobre o que foi decidido na última



reunião da Comissão Permanente, dizer que se houve algum mal-entendido foi da parte daquela deputada municipal, sublinhando que antes do início da presente sessão teve o cuidado de confirmar que o que ficou decidido foi, efetivamente, juntar os documentos mencionados pela deputada municipal a respeito dos assuntos relacionados com repartições de encargos, mas que isso ficou decidido fazer para as futuras sessões da Assembleia até porque é preciso instruir os respetivos serviços nesse sentido, ao que a deputada municipal **Margarida Gariso** retorquiu, a partir do seu lugar, dizendo que não foi isso o decidido.-----

-----  
Interveio o membro **José Leão** (PSD) que começou por dizer, em relação ao que se passou na reunião da Comissão Permanente, que não se trata de um mal-entendido entre duas pessoas e que entende que as pessoas que estiveram presentes na reunião devem, naturalmente, pronunciar-se. Referiu que, nessa reunião, concordou que para a Assembleia decidir sobre os assuntos relacionados com a assunção de compromissos plurianuais é razoável que os seus membros tenham a ata da deliberação da Câmara onde os compromissos são assumidos, mas que isso foi decidido fazer para as futuras sessões da Assembleia, e que não foi para esta também.-----

-----  
Interveio o membro **Válter Amorim** (CDS-PP) que começou por dizer que esteve presente na reunião em questão da Comissão Permanente e que o que ali ficou decidido foi que a documentação mencionada, subjacente aos assuntos que envolvem compromissos plurianuais, fosse entregue aos membros da Assembleia já para esta sessão, dizendo que essa reunião realizou-se a uma segunda-feira e ficou assente que esses documentos seriam entregues com os restantes, porque nessa altura ainda havia documentação relativa a esta sessão para ser distribuída, e que isso seria feito entre a quarta ou quinta-feira seguinte. Referiu ter sido isso que foi decidido e que até escreveu nas suas notas, a sublinhado em chamada de atenção, essa decisão. -----

-----  
Concluindo, disse ser também verdade que o membro José Leão concordou com a pertinência desses documentos para a análise destes assuntos, em que a Assembleia Municipal é chamada a deliberar sobre compromissos plurianuais, mas quanto ao mesmo dizer que é para as próximas sessões, disse que o que escreveu foi que era já para a presente sessão.-----



O *Sr. Presidente Assembleia* usou da palavra para dizer que não iria alongar a discussão em relação ao que foi decidido na reunião realizada pela Comissão Permanente, à qual não pode estar presente, mas que aquilo que percebe é que em causa estão dois entendimentos diferentes mas com objetivo idêntico, ressaltando que o que ficou assente será feito. -----

Fez notar que ele – Presidente da Assembleia – já teve oportunidade de transmitir esse pedido da Comissão Permanente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e que o mesmo anuiu de imediato, salientando que os documentos em questão já serão distribuídos nas futuras sessões da Assembleia em que a mesma seja chamada a pronunciar-se sobre compromissos plurianuais. -----

Nesse âmbito, realçou que durante um ano, e em relação ao mesmo tipo de assuntos, a Assembleia Municipal deliberou tendo por base a documentação habitual e que a mesma, até ao momento, foi tida por suficiente para que cada grupo municipal tomasse as suas deliberações em consciência. Salientou que, agora, os grupos municipais decidiram, por unanimidade, reforçar os documentos necessários para analisar esses assuntos, ressaltando que, nas futuras sessões e com a aceitação da Câmara, esses documentos serão distribuídos, acrescentando que nesta sessão foi debatida a questão da transparência da Câmara e que a mesma pretenderá prosseguir nessa transparência total, não só em relação a todos os cidadãos, mas com especial acutilância em relação aos membros da Assembleia Municipal, que fiscalizam a Câmara Municipal. -----

De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que o mesmo prestasse os devidos esclarecimentos em relação ao ponto em questão da Ordem do Dia -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que, uma vez mais, o Partido Socialista, na pessoa da deputada municipal Margarida Gariso, levantou suspeições num processo que é totalmente transparente e que, perante isso, queria dar algumas notas para que o assunto ficasse bem claro. -----

Referiu que, em 2009, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fazer um acordo com um particular para a cedência de terrenos na zona central da freguesia de Guisande, para a construção de um eventual centro escolar e um centro social, recordando que todos reclamavam pela falta de terrenos na área central dessa freguesia. Disse que a contrapartida consistia, essencialmente, na construção de uma rua para permitir um loteamento. -----



Salientou que, entretanto, as circunstâncias alteraram-se e esses equipamentos não serão construídos, mas que a Câmara continua a ter um contrato assinado com um privado, de boa-fé, ressaltando que, na altura, esse privado foi muito pressionado pelos executivos autárquicos de então, quer do PSD quer do PS, para ceder os terrenos, apesar de ser contra a vontade do mesmo. -----

Referiu que, agora, a Câmara finalmente adjudicou, por concurso público, a construção das infraestruturas para esse loteamento, pela proposta mais barata, comentando que está-se a levantar suspeições sobre quem não as tem. -----

Fez sobressair que a transparência da Câmara e do seu atual Presidente é tão grande e tão total que, por força dessas mesmas suspeições, participou ao Ministério Público, o qual averiguará da honestidade das pessoas e dos intervenientes no processo. -----

Concluindo, reafirmou que ele – Emídio Sousa – porque entende que a Câmara tem que ser totalmente transparente, participou ao Ministério Público sobre essas dúvidas levantadas por um vereador do Partido Socialista, realçando que quem não deve não teme e, daí, ter feito essa participação. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor (PSD: 26, Ind.), 11 votos contra (PS) e 5 abstenções (CDS-PP, BE, CDU, PS: 2 – Valdemar Silva e Ana Pires de Oliveira), autorizar a assunção do compromisso plurianual para o ano de 2015, inerente ao procedimento em epígrafe, no montante de 62.816,67 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

*Saiu o membro Daniel Gomes.* -----

**12 – Empreitada de “Construção do Pavilhão Desportivo de S. João de Ver”** -----

**- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual** -----

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 03 de novembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD: 26, PS: 12, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 abstenção (BE), autorizar a assunção do compromisso plurianual para o ano de 2015, inerente ao procedimento em epígrafe, no montante de 992.050,21 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

*Reentrou o membro Paulo Marques de Oliveira.* -----

**13 – Contratos de arrendamento para instalação e funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----**  
**- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 03 de novembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) questionou onde são as instalações em causa, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que as mesmas situam-se na Rua Dr. Elísio de Castro, onde, em tempos, funcionou o CAE – Centro de Área Educativa. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 43 dos 54 membros que compõem este Órgão, -----



autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao contrato de arrendamento da fração "S" e ao contrato de arrendamento da fração "R", nos seguintes termos:-----

Fração "S":-----

. Ano 2015 – 3.300,00 €;-----

. Ano 2016 – 3.300,00 €;-----

. Ano 2017 – 3.300,00 €;-----

. Ano 2018 – 3.300,00 €;-----

. Ano 2019 – 3.025,00 €.-----

Fração "R":-----

. Ano 2015 – 2.700,00 €;-----

. Ano 2016 – 2.700,00 €;-----

. Ano 2017 – 2.700,00 €;-----

. Ano 2018 – 2.700,00 €;-----

. Ano 2019 – 2.475,00 €.-----

*Sairam os membros Márcio Correia, Amaro Araújo, Manuel Santos, Armando Teixeira, Luís André Santos, e Valdemar Silva.*-----

**14 – Iluminação Pública (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Eduardo Rocha, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 14.625, em 10 de novembro de 2014, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez ainda alusão à recomendação que aquele membro fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuído, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. ---  
Em seguida, passou a palavra ao membro Eduardo Rocha para fazer a apresentação dessa recomendação.-----



Usou da palavra o membro *Eduardo Rocha* (PS) que apresentou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Entre as medidas propostas no plano de ajustamento financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) aprovado nesta Assembleia em setembro de 2012, figurava o desligar de 40 a 45% das luminárias da iluminação pública (IP) no concelho entre os anos de 2013 e 2026.-----

Esta medida controversa foi recebida com desagrado pela generalidade da população, pois tem assistido a um progressivo e desmesurado agravamento fiscal sem que seja acompanhado por melhorias na qualidade dos serviços públicos.-----

Dois anos após a implementação desta medida – feita de forma que permite o uso e abuso da discricionariedade de quem decide que luminárias se mantêm ou não acesas – impõe-se a sua análise e, em nosso entender, a sua reapreciação.-----

Com o desligar das luminárias impunha-se como objetivo a redução na fatura da eletricidade do município de quase 350.000,00€/ano.-----

O grupo municipal do PS comunga da necessidade da redução do consumo da eletricidade, mas não desta forma. A forma pelo qual o executivo optou foi o corte cego, eliminando simplesmente pontos de luz.-----

Se em determinadas situações o desligar de uma luminária não tem grande impacto, noutras torna determinado local escuro, inseguro e perigoso, propiciador do aumento da criminalidade.-----

Encontramos hoje inúmeras situações no concelho em que o corte não teve em atenção os critérios técnicos objetivos aplicáveis, nem os níveis de exigência mínimos relativos à IP de cada via. Ao grupo municipal do PS têm chegado recorrentes queixas de acidentes de viação e quedas de peões na rua ou passeio.-----

Em situações que os postes com as luminárias estão entre si afastados por 15 metros, o desligar de uma lâmpada resulta na diminuição do nível de iluminância média abaixo dos mínimos impostos pela Norma de Iluminação Pública EN 13201, situação que é imperioso terminar imediatamente.-----

Esta situação põe também em causa a segurança rodoviária de veículos e peões. Para os veículos é posto em causa um critério de qualidade de iluminação da via, que é a uniformidade longitudinal. Trata-se de um critério relativo ao conforto visual, e a sua



finalidade é prevenir que o pavimento não apresente uma desagradável sucessão de faixas claras e escuras. Quer neste critério, quer no critério da uniformidade geral, os níveis mínimos previstos na norma CIE 115 não são provavelmente cumpridos. -----

A IP para os automobilistas deverá permitir uma distinção rápida e perfeita do traçado e do perfil das vias, dos lancis dos passeios, das saídas das vias laterais e das sinalizações orientadoras do trânsito; para os peões deverá permitir a visibilidade dos lancis dos passeios e dos veículos, eliminando simultaneamente extensas zonas de sombra. -----

Em vez do corte cego, o executivo camarário deve optar por outras soluções, as quais, permitindo a redução do consumo e da fatura da eletricidade, aumentem a qualidade da IP em vez de a diminuir. -----

O Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) – Portugal Eficiência 2015, define vários programas com diferentes tipos de medidas. No programa dedicado ao Estado – o qual deve ser referência para o Mercado – são propostas medidas para Edifícios, Transportes, Compras Públicas Ecológicas e Iluminação Pública (IP). -----

Quanto à IP são propostas a implementação de: -----

- Reguladores de fluxo luminoso -----
- Phase out de lâmpadas de mercúrio -----
- Programa LED em 20% dos semáforos, 10% com fotovoltaico -----
- Substituição dos balastos ferromagnéticos por acessórios eletrónicos -----
- Reposição recorrente dos condensadores. -----

Este é o caminho a seguir, não o corte cego, sem estudo, discricionário e em claro desrespeito pelas normas europeias para o setor. Com exceção de uma candidatura ao QREN em 2010 – cujos resultados não são conhecidos – pouco ou nada se sabe quanto a investimento do município em certificação energética. -----

Os reguladores de fluxo luminoso por exemplo, permitem uma poupança entre 30 a 40% de energia a partir da redução dos níveis de luminância em períodos de menor atividade. -----

A implementação de medidas de eficiência energética na IP, associada a algumas das medidas previstas no Portugal Eficiência 2015 aplicáveis aos Edifícios (ex. 50% das Escolas com renováveis), Transportes e Compras Públicas, e as alterações de comportamentos de consumo, permitirá uma redução enorme na fatura de energia do Município que em 2012 e apenas para a IP se encontrava quase nos 2 milhões de euros. -----



A redução dos consumos seria concretizado sem risco de perda de qualquer das qualidades funcionais e de segurança dos sistemas de IP para os utentes da via. -----

Acresce que estas medidas se enquadram não só no referido PNAEE, mas também na “Estratégia 20-20-20 para 2020” (ENE 2020) cujo objetivo é reduzir 20% do consumo de energia, reduzir 20% das emissões de Gases com Efeito de Estufa e que 20% da energia consumida seja de fonte renovável. -----

O plano de ajustamento do PAEL visou essencialmente transformar dívida de curto prazo em dívida de médio/longo prazo, aliviando a pressão sobre a tesouraria da Câmara Municipal.-----

Acreditando nos números que o executivo camarário nos vai fazendo chegar, os constrangimentos financeiros de hoje são substancialmente menores do que os existentes aquando da aprovação do PAEL. Efetivamente, o executivo hoje fala numa autonomia financeira na ordem dos 50%, com uma capacidade de endividamento de 41%, fazendo os pagamentos aos seus fornecedores numa média de 31 dias. -----

Estes números refletem uma situação financeira saudável, a qual poderá permitir um investimento em medidas de eficiência energética em geral e na IP em especial, investimento que contribuirá por sua vez na diminuição da despesa pública. -----

Em face do exposto, os membros do Grupo Municipal do PS, no uso de competência previstas na alínea r) do n.º 1 do artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal, propõem que esta Assembleia recomende à Câmara Municipal:-----

- 1 - proceder a uma avaliação dos níveis de iluminação da IP no concelho; -----
- 2 - intervir nas situações em que os valores medidos se situem abaixo dos valores mínimos previstos na norma EN 132021, de forma a cumprir os critérios aí previstos; -----
- 3 - intensificar as medidas de eficiência energética na IP; -----
- 4 - com a poupança conseguida, definir como objetivo a religação até final de 2018 das luminárias desligadas no âmbito do PAEL; -----
- 5 - a publicação no site da Câmara Municipal dos custos, consumo real e emissões de CO2 associadas à IP com a mesma periodicidade com que é realizada a faturação deste tipo de instalações, em cumprimento do Documento de Referência da Eficiência Energética na IP do Ministério da Economia (MEID).” -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, como é do



conhecimento público, a redução da iluminação pública foi uma medida puramente economicista e que, nesse sentido, a questão que se faz é quais os ganhos económicos que a Câmara teve com essa medida, ou seja, se o objetivo da poupança anual de 350 mil euros foi, ou não, atingido.-----

Referiu que a fraca iluminação pública aliada à degradação das vias, aliada à insuficiência de passeios na generalidade das freguesias e à deficiente sinalização em certas zonas, é potenciadora de sinistralidade rodoviária, incluindo o atropelamento de peões, bem como é potenciadora de criminalidade variada, originando sentimentos de falta de segurança.-----

Referiu que, por isso, poder-se-ia dizer que a própria Câmara, com essa medida, é potenciadora de sinistralidade e da falta de segurança uma vez que continua a perpetuar com a mesma, ressaltando que, como já teve a oportunidade de dizer nesta sessão, essa medida foi imposta à Câmara Municipal.-----

Disse que na cidade de Coimbra procedeu-se a algumas das alterações mencionadas pelo membro Eduardo Rocha, nomeadamente a substituição de lâmpadas e a implementação de sistemas inteligentes que fazem com que a iluminação apenas se acenda com a passagem de pessoas, ressaltando que, apesar de serem medidas que acarretam despesa têm que ser vistas como investimento porque, a médio prazo, darão retorno positivo.-----

Concluindo, disse ser importante saber quais foram os ganhos económicos dessa medida e o que pretende a Câmara Municipal fazer, no futuro, em relação a esta questão.-----

-----  
Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que é mentira a afirmação feita pela deputada municipal Margarida Gariso de que os cortes na iluminação pública acontecerem por imposição do PAEL, ressaltando que tais cortes aconteceram por uma opção de gestão da Câmara Municipal.-----

Referiu que o grupo municipal do PSD é a favor da eficiência energética e do corte nos custos da iluminação pública, realçando haver situações em que há um excesso de lâmpadas acesas, dando o exemplo do centro da cidade de Santa Maria da Feira onde há ruas com separador central e nas quais há 4 lâmpadas acesas em paralelo, destacando que essa situação não é coerente e que há, portanto, necessidade de fazer uma melhor gestão dos recursos.-----

Salientou que o corte efetuado na iluminação pública não foi um corte cego, ao contrário do afirmado, sublinhando que foi feito com a colaboração das juntas de freguesia que quiseram

---



participar no processo, fazendo sobressair que os presidentes de junta são as pessoas mais próximas da população, que melhor conhecem os seus problemas e melhor conhecem as suas freguesias, sublinhando que grande parte deles tiveram a capacidade e autonomia para comunicar à Câmara os locais onde não deviam ser efetuados os cortes. -----

Disse ter ficado admirado com algumas das afirmações feitas pelo membro Eduardo Rocha até porque o mesmo já teve responsabilidades ao nível de autarquias, nomeadamente ao ter afirmado que é necessário fazer um estudo das luminárias, com vista a repor a iluminação. Frisou que quem já esteve nas juntas de freguesia sabe que, por vezes, é preciso improvisar para, no momento, dar resposta à população. -----

Quanto aos valores disse que, no final de 2013, foi assumido ter havido uma redução de 188 mil euros nos custos com a iluminação pública, apesar do aumento do IVA sobre a eletricidade, de 6 para 23%, recordando ainda que, em 2013, pouco mais de metade das freguesias teriam os cortes implantados e que, portanto, considera não ser difícil chegar à poupança anual de 350 mil euros. -----

Em relação a falar-se num afastamento de 15 metros entre os postes de iluminação e que ao desligar-se à razão de poste sim, poste não, a iluminação que fica é insuficiente, disse que em 95% do Concelho o afastamento dos postes é de 30 metros e que, portanto, seria necessário quase duplicar os postes existentes, sublinhando que, na prática, tal investimento não é possível ser feito. Frisou, contudo, que o corte da iluminação pública está na ordem dos 30 a 35%. -----

Quanto às propostas feitas, disse não serem novidade e que essas medidas constam do projeto inicial da Câmara, ressaltando que, uma vez mais, o Partido Socialista não diz de que forma é que a Câmara se pode financiar para fazer todos os investimentos que propõe. -----

Referiu ser sabido que a substituição das luminárias é um dos métodos de eficiência, destacando que, neste ano, foram substituídas cerca de 1650 lâmpadas, realçando ainda, quanto ao Programa LED, que é um dos programas ao qual a Câmara vai apresentar candidatura e que, no caso de ser obtido financiamento, será para avançar. -----

Sublinhou que o documento apresentado pelo grupo municipal do Partido Socialista não diz, na prática, nada de novo, que não dá soluções para os problemas que aponta e dos quais a Câmara tem conhecimento há muito tempo. -----

Reafirmou que não houve lugar a um corte cego e que os presidentes de junta podem



corroborar isso, salientando que a população aceitou o corte embora sendo certo que todas as pessoas querem ter a sua porta iluminada, ressaltando que a Câmara não pode seguir esse pressuposto pois, se o fizesse, nenhuma lâmpada seria apagada. -----

Concluindo, salientou que os valores estão à vista e que considera que a Câmara, com as medidas que está a implementar, vai superar a barreira da redução dos custos com a iluminação pública, dos 350 mil euros por ano, tal como se propôs fazer. -----

Usou da palavra o membro *Eduardo Rocha* (PS) que começou por dizer querer rebater o que foi dito pelo membro Rui Ribeiro. Referiu que uma das medidas impostas pelo PAEL, para a Câmara poder ter recebido mais de 12 milhões de euros, é o desligar 40 a 45% da iluminação pública para atingir uma redução anual nos custos de 350 mil euros. Frisou que essa imposição consta do PAEL, que está escrito num dos anexos, questionando se isso não é um corte cego. -----

Quanto à questão da distância entre os postes, disse que até podem estar de 100 em 100 metros desde que os níveis mínimos de iluminância sejam cumpridos, de acordo com as normas europeias. Disse que quem não deve não teme e que, portanto, considera que a Câmara devia fazer o diagnóstico, salientando que se o fizesse iria identificar situações que estão abaixo desses níveis mínimos e que devem ser resolvidas, embora também concorde que existem casos com excesso de iluminância e que, nesses, lâmpadas devem ser desligadas. -----

Em relação a dizer-se que o trabalho foi feito com a colaboração dos presidentes de junta e que isso trouxe igualdade, disse bastar percorrer o Concelho para verificar que há freguesias em que todos os postes estão ligados e outras que estão a cumprir com os cortes, ressaltando que, uma vez mais, quem não cumpre é beneficiado porque a população dessas freguesias não é prejudicada. -----

Referiu que se a Câmara conhece, há muito tempo, esses problemas e se os mantém, então está a ser inoperante e incompetente porque continua a pôr em causa a segurança rodoviária, a segurança de circulação das pessoas, a propiciar a criminalidade, questionando o porquê de a Câmara, tendo conhecimento desses problemas, não atuar para os resolver. -----

Quanto à questão dos fundos, destacou que o programa que termina em 2015 tem, ele próprio, fundos, realçando que o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento desses fundos até porque a Câmara, em 2010, apresentou uma candidatura nesse âmbito, de 400 mil euros, fazendo



notar, acerca dessa candidatura, não se saber quais os resultados obtidos. -----  
Salientou que não se pode estar à espera que o grupo municipal do Partido Socialista traga, a esta Assembleia, um orçamento e as soluções técnicas, sublinhando que o grupo municipal é acusado de não apresentar sugestões e que, com a presente recomendação, está, mais uma vez, a apresentar sugestões, realçando ainda que apontou várias soluções técnicas que constam do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, como seja a implementação de reguladores de fluxo luminoso. -----

Concluindo a sua intervenção, referiu que o certo é que o PSD, nesta sessão, reprovou dez recomendações, incluindo a que está em discussão, e que se ficou a saber que, só em termos ambientais, o PSD não quer monitorizar a qualidade do ar, não quer uma comissão de acompanhamento para verificar a qualidade ambiental na reabilitação da Pedreira das Penas, não quer monitorizar os níveis de iluminação pública e não quer que seja publicado, no seu site, o consumo real de energia e as emissões de CO<sub>2</sub>, questionando onde está, afinal, a transparência da Câmara que, nesta sessão, tanto foi referenciada.-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o BE, em relação à recomendação em discussão, concorda com ela no princípio, no conteúdo, nas soluções apontadas, porque considera a iluminação pública como sendo essencial para os peões, para a população, para a segurança rodoviária, para a segurança do espaço público, para garantir a vida do espaço público e, como tal, entende que tudo isso não pode ser posto em causa apenas por uma questão económica. -----

Salientou não ser apenas a questão económica que se coloca, que é também uma questão de poupança e de eficiência energética, sublinhando ser ambientalmente importante gastar menos energia do que aquela que é produzida e que atualmente é gasta. -----

Referiu que após ter ouvido a intervenção do membro Rui Ribeiro, do grupo municipal do PSD, não sabia se havia ficado mais esclarecido ou mais confuso sobre qual é a posição da Câmara Municipal em relação a esta matéria, salientando que aquele membro disse que foi a Câmara a decidir tomar a medida de cortar na iluminação pública mas que estava certo que se essa questão fosse colocada à Câmara, a mesma responderia que esse corte aconteceu por obrigação do PAEL e que nada tinha a ver com essa medida. -----

Destacou que, depois, o membro Rui Ribeiro disse que os postes não distam, entre si, 15



metros mas sim 30 metros, e que com isso o membro Rui Ribeiro estava a assumir que a situação é pior ainda do que aquilo que se diz porque fica um espaço de 60 metros sem iluminação, em vez de um espaço de 30 metros. -----

Referiu que o membro Rui Ribeiro também afirmou que a população aceita o corte mas, posteriormente, afirmou que toda a gente quer ter iluminação à sua porta, ressaltando não saber se ficou esclarecido ou confuso com essa declaração. -----

Salientou considerar importante destacar que se tenha dito que o documento não apresentou nada de novo, que tanto os problemas como as soluções são conhecidas, sublinhando que, perante isso, o que se deve questionar é o porquê da Câmara não fazer nada em relação a essa matéria. -----

Concluindo, e sobre a questão de arranjar dinheiro para pagar tantas lâmpadas LED e tantos reguladores de fluxo luminoso, disse que poder-se-ia fazer o simples exercício de calcular quantas lâmpadas vale um campo de relvado sintético, ressaltando que esse é um exemplo de como arranjar esse dinheiro. -----

-----  
Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer não poder deixar passar em claro as palavras do membro Eduardo Rocha, retorquindo que o corte da iluminação pública não foi cego, que pelo menos não o foi em todas as freguesias. Disse ser verdade que foi difícil conseguir um entendimento no que cortar e que é verdade que o processo não correu muito bem porque, passados dois anos, ainda existem freguesias que continuam a ter a iluminação pública a 100%, referindo que tem de se reconhecer isso. -----

Salientou que, muitas vezes, as coisas não correm bem nesta Assembleia, e vota-se contra, porque em vez de se resolver os problemas vem-se tentar mandar o pé para cima dos outros, comentando que, por vezes, as pessoas não estão para aturar isso. -----

Sublinhou que os cortes obedeceram a normas e que é bom que as pessoas estejam conscientes de que os postes de iluminação não distam, entre si, 15 metros mas sim 30 metros, o que complica mais a situação, ressaltando que essa é a realidade do Concelho e que pensar que a EDP vai colocar postes de 15 em 15 metros é estar na lua, frisando que isso é impossível de vir a acontecer. -----

Frisou que a situação não é a ideal e que não agrada a toda a gente mas que também lhe fazia confusão ver as luzes ligadas durante toda a noite, dizendo confessar que gostou do

---



documento que leu apesar de discordar com algumas acicatadas que dele constam por entender que não correspondem à verdade, como dizer-se que está a ser feito um corte cego, destacando que a sua freguesia, Louredo, foi uma das primeiras a sofrer esse corte mas que foram estabelecidas orientações para o fazer.-----

Referiu, a respeito das medidas recomendadas, que tem dúvidas se a Câmara pode implementá-las uma vez que a iluminação pública é da responsabilidade da EDP, mas que aproveitava para deixar, também, uma sugestão que podia ser implementada pela EDP, no sentido de substituir as primitivas lâmpadas de mercúrio, por outras de maior luminância. Salientou que quando todos os postes estavam ligados a falta de iluminação não se fazia sentir mas que, apagando-se poste sim, poste não, faz-se notar essa pouca iluminação.-----

Concluindo, disse esperar para ouvir o que a Câmara tem para dizer sobre o assunto, lamentando que, por vezes, os membros desta Assembleia, embora trazendo assuntos válidos, se preocupem mais com picardias do que com o que é, efetivamente, válido discutir, fazendo com que as votações deem no que dão.-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por aludir à referência feita pelo membro Eduardo Rocha a propósito da questão da monitorização da qualidade do ar, em que questionou onde estava a transparência da Câmara, para esclarecer que essa monitorização é feita pelo Ministério do Ambiente e que existem algumas estações de monitorização no norte do País. Realçou que a Câmara recebe, periodicamente, esses dados e que não há razão para haver preocupação, dando nota que o que existe tem mais a ver com a circulação dos veículos, principalmente na autoestrada, e que, portanto, considera essa questão da monitorização como uma falsa questão.-----

Disse que também já foi colocada, nesta sessão, a questão sobre qualidade da água da praia fluvial da Mámoa e que se esquecera de a responder, esclarecendo que se a qualidade da água não estivesse dentro dos parâmetros legais aquele local não poderia estar como zona balnear, sublinhando que os valores das análises da água estão afixados no equipamento do apoio daquela praia.-----

Sobre a Pedreira das Penas explicou tratar-se de uma obra em curso e que esvaziar a água numa pedreira com 26 metros de profundidade, com a água a correr, é quase impossível, frisando que o método de intervenção foi definido pelo principal especialista do País nessa

---



área, comentando que é preciso confiar nos peritos. -----

Em relação à questão da iluminação pública, disse ter acompanhado o processo e que o mesmo teve o seu início com a decisão do governo de aumentar o IVA, de 6 para 23%, sobre a eletricidade da iluminação pública, fazendo notar que isso resultou num aumento significativo no custo para a Câmara, de perto dos 400 mil euros por ano. -----

Explicou ter sido nessa altura que o Executivo Permanente da Câmara decidiu tentar reduzir os consumos de energia, e que foi isso que foi feito, acrescentando que, depois, como a Câmara tinha de indicar algumas medidas de poupança no âmbito do PAEL, aproveitou para indicar essa medida, frisando contudo que a decisão foi tomada por força do aumento do IVA, antes do PAEL. Disse considerar esse aumento do IVA sobre a iluminação pública como um absurdo, um roubo às autarquias, salientando que já se paga para iluminar as estradas e aquilo que é espaço público e que, por isso, entende que não se devia pagar, sequer, 1% de IVA, quanto mais 23%. -----

Referiu que, perante essa decisão da Câmara, foi lançado um desafio aos presidentes das juntas de freguesia no sentido de ser feita uma seleção das lâmpadas a desligar com o objetivo de conseguir uma redução de 50%, mas que poderia ser inferior dependendo da situação. Salientou que a generalidade dos presidentes de junta não quiseram aceitar o desafio, mas que houve alguns que o fizeram, realçando que nas freguesias onde o desafio foi aceite o processo correu bem, não havendo praticamente reclamações. -----

Disse que quando é para ligar uma lâmpada à porta de alguém, então é obra do presidente da Junta, mas que se for para desligar já é por causa do presidente da Câmara, realçando que o que é bom todos querem assumir, mas que ninguém quer assumir o que não é bom. -----

Referiu que muitos desses presidentes de junta já perceberam que era melhor terem intervindo do que não terem feito nada, realçando, contudo, que a Câmara está sempre disponível para corrigir aquelas situações que se afigurem menos corretas, relançando o desafio aos presidentes de junta que não o fizeram anteriormente, de ajudarem a Câmara no processo em questão porque, dessa maneira, será mais fácil. -----

Salientou que, perante a ausência da colaboração dos presidentes de Junta, os técnicos fizeram a seleção seguindo determinadas regras, como não desligarem nos cruzamentos, nas curvas perigosas, nas passadeiras, tentando cumprir a regra do poste sim, poste não, e em algumas situações até mais do que isso para compensar as que não se desligaram, ressaltando que isso



dá um resultado que não é do agrado, muitas vezes, das populações. -----

Disse considerar não ser correto religar todas as lâmpadas que foram desligadas, ressaltando que existiam situações de excesso, com 3 ou 4 lâmpadas a iluminar o mesmo sítio e que, por uma questão de racionalidade e de poupança, entende ser de manter o critério de usar somente o necessário. -----

Em relação ao Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e às medidas que a Câmara está a tomar, disse que a Câmara apresentou, em 2010, uma candidatura nesse âmbito mas que não foi aprovada, e que no ano passado apresentou uma nova candidatura, tendo inclusive avançado para o procedimento de concurso e estando pronto para ser adjudicado, mas que a Câmara foi desafiada pelo Ministério da Economia a anular esse procedimento e a abrir um novo, para apresentar uma nova candidatura. -----

Informou que a razão dada para isso foi que a União Europeia não queria continuar a financiar essas candidaturas em 85% do investimento a fundo perdido, mas sim que as câmaras passassem a devolver o dinheiro que conseguiam poupar, ou seja, se por hipótese a Câmara poupasse 100 mil euros por ano, teria de devolver esse dinheiro à União Europeia. Deu nota que, entretanto, o governo português conseguiu, junto da União Europeia, que as câmaras somente tenham de devolver 50% do valor poupado e, daí, o convite para a Câmara retirar a candidatura e apresentar uma nova. Referiu que a Câmara já anulou o procedimento anterior e deliberou abrir outro concurso, para apresentar uma nova candidatura, informando que a mesma envolve cerca de 1 milhão de euros de investimento, abrangendo a implementação de reguladores de fluxo luminoso bem como a substituição de algumas lâmpadas por lâmpadas LED. -----

Destacou que as lâmpadas LED ainda são muito caras, lembrando que Santa Maria da Feira foi o primeiro município a ter uma rua iluminada com lâmpadas LED, junto ao Hospital, e que cada lâmpada custava 300 euros, acrescido o custo do suporte que era preciso substituir, realçando que a EDP não aceitava fazer a substituição das lâmpadas que avariassem ou que partissem, aumentando o custo e o risco para o Município. Salientou que, tendo o Concelho cerca de 44.000 luminárias, a substituição por lâmpadas LED perfaz, em contas rápidas, um investimento superior a 16 milhões de euros, ressaltando não ser possível fazê-lo. -----

Disse que, para além da candidatura que falou, está previsto que o trabalho da substituição das lâmpadas de mercúrio que ainda existem fique concluído até final do próximo mês de



fevereiro, ressaltando que só com essa substituição os níveis de iluminância serão muito maiores e permitirão um maior conforto visual. -----

Em relação aos semáforos disse que, ao que julga, o Município já está acima dos 20% dos semáforos com lâmpadas LED e que, à medida que os restantes vão avariando, vai-se fazendo a substituição por esse tipo de lâmpadas. -----

Frisou discordar com a religação de todas as lâmpadas e que até considerava isso um disparate porque havia situações com excesso de lâmpadas ligadas, sublinhando contudo que a Câmara está disponível para, em conjunto com as juntas de freguesia, analisar algum caso pontual e religar caso se entenda necessário. -----

Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara frisou que a maior parte das medidas propostas já estão a ser implementadas no Município. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor da recomendação (PS: 10, CDS-PP, BE, CDU) e 24 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em referência.-----

A deputada municipal **Margarida Gariso** (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“Naturalmente que votei favoravelmente esta proposta e francamente não consigo perceber como é que se pode, o PSD, votar contra uma proposta onde se pede uma avaliação dos níveis de iluminação no Concelho; intervir nas situações em que os valores medidos se situem abaixo dos valores mínimos previstos na lei, são normas comunitárias; intensificar medidas de eficiência energética; com a poupança conseguida definir objetivos de religação até final de 2018 das luminárias desligadas no âmbito do PAEL...”-----

Neste instante o **Sr. Presidente da Assembleia**, e perante protestos audíveis do plenário no sentido de que a deputada municipal não estava a fazer uma declaração de voto, interrompeu deputada municipal Margarida Gariso solicitando-lhe que se cingisse a uma declaração de voto. Referiu que os senhores deputados municipais têm usado a declaração de voto de forma demasiado extensa e que, por isso, a Mesa pedia aos membros, uma vez mais, para que se cingiam a declarações de voto. -----

Salientou que também queria sublinhar, para os membros que protestaram, que a Mesa só consegue avaliar se existe, ou não, uma verdadeira declaração de voto no preciso momento



em que o orador está a falar, ressaltando que os trabalhos têm essa especificidade de gestão. ---  
De seguida, concedeu a palavra à deputada municipal Margarida Gariso para que a mesma  
continuasse a sua declaração de voto. -----

A deputada municipal *Margarida Gariso* continuou dizendo: -----  
“Prosseguindo, as razões que levam o grupo municipal do Partido Socialista a votar  
favoravelmente esta proposta, que tem benefícios para a população, acabei de elencar as  
razões. Não compreendo a razão do voto contra do PSD. A segurança das pessoas está aqui  
posta em causa se esta situação não for avaliada, sendo certo que esta é uma medida que está  
prevista até 2026.” -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* referiu terem sido ultrapassadas as 4 horas de  
duração da reunião previstas no Regimento, pelo que submetia à consideração do plenário a  
questão da continuidade dos trabalhos até ao seu término, informando, antes disso, os tempos  
previstos gastar para os pontos restantes. Referiu que a proposta da Mesa é no sentido da  
continuidade dos trabalhos até ao seu término, recordando ainda haver um munícipe inscrito  
para falar no Período de Intervenção do Público. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal  
deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais – estando presentes 37 dos 54  
membros que compõem este Órgão, aprovar a continuidade dos trabalhos desta sessão. -----  
Por conseguinte, o Sr. Presidente da Assembleia passou a introduzir o ponto n.º 15 da Ordem  
do Dia. -----

### **15 – Adesão do Município de Santa Maria da Feira ao Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular** -----

#### **- Carta do Secretário-Geral do Eixo Atlântico (para conhecimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a  
palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à  
Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da  
deliberação camarária de 03 de novembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os



membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Seguidamente, e tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento que a Assembleia-geral do Eixo Atlântico aprovou por unanimidade a incorporação do Município na Associação, a partir do próximo dia 1 de janeiro. -----

**16 – Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral (para conhecimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, emitido pela Sociedade de Revisores de Contas Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C., Lda. – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 13.443, em 17 de outubro de 2014 – distribuído, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, submetendo-o a apreciação. -----

Tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório em epígrafe. -----

*Saíram os membros José Castro, Jorge Ferreira, António Topa e Lia Ferreira.* -----

**17 – Projeto Educativo Municipal 2014’20**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 17 de novembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



Interveio a deputada municipal *Carla Pinto* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Relativamente ao Projeto Educativo Municipal, gostaria de destacar alguns pontos. -----  
Em primeiro lugar, realçar que, finalmente, a Câmara Municipal assume a “inexistência de um verdadeiro projeto educativo municipal”.-----

Sabendo que as autarquias locais detêm, cada vez mais, uma série de competências ao nível da educação, torna-se urgente elaborar e, acima de tudo, pôr em prática, um verdadeiro projeto que promova a participação ativa de todos os intervenientes, a igualdade de oportunidades e a qualidade do ensino público da educação. -----

Um concelho que se diz “educador, inovador, empreendedor, criativo e “cidadão” não se compadece de um mero elencar de intenções, que se repetem ao longo dos anos.-----

A esse propósito, realço alguns pontos preocupantes-----

1. Plano de Segurança das Escolas (p. 59) – Para quando a sua efetiva concretização? Em quantas escolas existe um Plano de Segurança, o qual só é considerado válido depois de aprovado pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil e que engloba um Plano de Prevenção e um Plano de Emergência, segundo as “normas de segurança contra incêndio a observar na exploração de estabelecimentos escolares”, anexas à portaria n.º 1444/2002, de 7 de novembro; Em quantos estabelecimentos escolares estão instituídos programas de sensibilização e instrução de todo o pessoal no domínio da segurança contra incêndios bem como de exercícios de evacuação que envolvam simulacros?-----

2. Transportes Escolares (p. 62) – O Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de setembro, determina que compete aos municípios assegurar o transporte dos alunos entre a sua residência e o local dos estabelecimentos escolares aos alunos dos ensinos básico e secundário desde que residam a mais de 3 ou 4 km. Em que condições está a ser efetuado? Todos sabemos, todos vemos em que condições degradantes e arriscadas. Todos os dias ouvimos relatos de pais preocupados com a segurança dos seus filhos. Até quando? Não basta dizer que “o planeamento de transportes escolares é enriquecido pelos contactos permanentes entre os diversos intervenientes/parceiros de forma a fazer um balanço (...) verificando se existem anomalias (...)”. Elas, as anomalias, existem há muito tempo. Até quando? -----

3. Universidade Júnior (p. 74). É com satisfação que verificamos que a Câmara volta (ou diz que volta) a apoiar este projeto que tem como principal finalidade a promoção do gosto pelo



conhecimento em diversas áreas. -----

Perante o atrás exposto, os deputados municipais do PS de Santa Maria da Feira, apelam a que o documento seja efetivamente posto em prática e que se corrijam os seus pontos fracos para que o nosso concelho se torne efetivamente “educador, inovador, empreendedor, criativo e “cidadão”. -----

-----  
Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* que aludiu à questão dos planos de segurança para dizer que, ao que julga, todos os planos já estarão executados. -----

Sobre as condições em que é feito os transportes escolares, referiu que existe uma boa rede de transportes escolares, que corresponde às necessidades e que é feita por empresas licenciadas, ressaltando ainda que as forças policiais têm o dever de fiscalizar essas condições, que o fazem e que, até ao momento, não há registo de anomalias.-----

Disse que sempre acontecerão pequenas situações desagradáveis, que haverá sempre falhas, salientando que muito recentemente aconteceu um caso tristíssimo, que não resultou de uma má condição dos transportes mas sim porque alguém, no desempenho das suas funções, não cumpriu as suas obrigações, frisando lamentar essa situação e que a mesma está a ser investigada. Referiu que, do ponto de vista da oposição, é sempre muito interessante realçar algum incidente, reafirmando que esses irão sempre acontecer. -----

Salientou confiar muito no Projeto Educativo Municipal, dizendo não ter havido nenhuma crítica muito concreta ao mesmo e que, pelo que ouviu, considera estar um bom documento. --

Disse que não haver um projeto educativo anterior não impede que exista, no Concelho, boas escolas, bons serviços educativos, e que a Câmara tenha investido fortemente no parque escolar concelhio e nos transportes escolares, acrescentando que essa é uma obrigação da Câmara e, também, um objetivo estratégico da mesma.-----

Concluindo referiu que, para além do que falou, a Câmara confia muito na extraordinária qualidade dos professores que servem nas escolas do Concelho, como é o caso da professora Carla Pinto, e no trabalho que fazem para que a educação seja cada vez melhor.-----

-----  
Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor (PSD: 21, CDS-PP) e 11 abstenções (PS: 9, BE, CDU), aprovar a versão final do Projeto Educativo Municipal



2014'20 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a seguinte declaração de voto: -----

“O voto da CDU, a abstenção, foi porque eu tive acesso à documentação tardiamente, o que impediu uma discussão abrangente dentro da CDU. Dessa forma, não poderia votar de outra forma que não com a abstenção.” -----

*Reentrou o membro António Topa.* -----

**18 – Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia** -----

**- Aprovação de minutas do 1.º aditamento aos contratos celebrados com algumas Juntas de Freguesia/Gestão e Manutenção de Equipamentos** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 17 de novembro de 2014 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que começou por dar nota que o grupo municipal do Partido Socialista concorda inteiramente com a forma como a Câmara Municipal está a celebrar parcerias com as juntas de freguesia, para gerir um património que está ao serviço do interesse das populações e que, de outra forma, poderia degradar-se. -----

Referiu que a Câmara confia nas juntas de freguesia para a gestão deste património, reconhecendo a autonomia das mesmas e os benefícios que isso traz para a própria Câmara e, por outro lado, há interesse para as juntas de freguesia porque permite-lhes, a elas ou às associações escolhidas, desenvolver atividades de âmbito social, desportivo, recreativo, ou outro de interesse público. -----

Salientou, contudo, ter algumas dúvidas e incompreensões relativamente ao clausulado, -----



ressaltando que depois do mesmo ser bastante exigente em termos de direitos e obrigações, particularmente obrigações por parte da junta de freguesia, exige que previamente a junta de freguesia obtenha a concordância da Câmara sobre a associação que vai ocupar aquele espaço. Disse que, na perspetiva do grupo municipal do Partido Socialista, ou há confiança ou não há confiança, questionando qual a necessidade de exigir prévia aprovação da associação que a junta de freguesia legitimamente entende ser a que melhor serve a população da sua freguesia e que vai ao encontro dessa necessidade, comentando considerar essa exigência um exagero da parte da Câmara Municipal. -----

Referiu que, além disso, há uma cláusula que exige que aquando da devolução do equipamento à Câmara, as instalações estejam em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso, mas que não existe uma norma igual para quando a junta de freguesia recebe o equipamento e que, portanto, em rigor não existe paridade. Destacou que se há paridade, se há igual tratamento e respeito, essa norma que exige que na cessação do contrato, e bem, a Câmara receba o equipamento em bom estado de conservação, também deve existir em relação à entrega desse equipamento, mas que não existe. -----

Concluindo, disse ser entendimento do grupo municipal do Partido Socialista que os aditamentos em causa deviam ser aperfeiçoados nessa medida, considerando que desse modo haveria maior respeito mútuo. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que explicou, quanto à questão da prévia concordância da Câmara sobre a associação que vai ocupar o espaço, que essa é uma medida essencialmente preventiva, para a Câmara poder ir acompanhando o que acontece, reafirmando que a Câmara tem toda a confiança nas juntas de freguesia. Referiu que se essa cláusula não existisse o grupo municipal do Partido Socialista, se calhar, iria exigir a existência da mesma. -----

Quanto às condições do equipamento, disse que a Câmara entrega o espaço nas condições em que o mesmo se encontra, ressaltando que o que acontece é que, muitas vezes, as instituições, com o seu pessoal, vão fazendo algumas melhorias. -----

Referiu não ser dito que os equipamentos devem ser devolvidos com grandes mais-valias, acrescentando que quando uma instituição se instala num espaço destes, vai permanecer nele

---



durante muitos e fazer dele sua casa, dizendo considerar, portanto, que as preocupações manifestadas pela deputada municipal Margarida Gariso não se justificam.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, constatando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos a favor (PSD: 22, CDS-PP, BE, CDU, PS: 1 – Ana Pires de Oliveira) e 8 abstenções (PS), aprovar as minutas dos aditamentos aos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados com as Juntas de Freguesia da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, Escapães, Sanguedo, Santa Maria de Lamas, São João de Ver, União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, e Romariz – documentos cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou existir uma inscrição do cidadão Manuel José Alferes Pereira, residente na Rua Cimo de Aldeia, n.º 224, da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros, e que o mesmo se inscreveu para falar sobre a rede viária e sobre o Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM). De seguida, passou a palavra, nos termos do Regimento, ao cidadão supraidenticado. -----

Usou da palavra o cidadão *Alferes Pereira* que começou por dizer ter ficado espantado com a atitude de alguns deputados municipais que votarem contra a suspensão dos trabalhos desta sessão mas, logo a seguir, levantaram-se e foram embora, dizendo considerar essa atitude inadmissível.-----

Nesse instante, o *Sr. Presidente da Assembleia* interrompeu aquele cidadão, pedindo-lhe que se cingisse aos assuntos pelo qual se inscreveu e não à avaliação política da atuação de cada um dos deputados municipais, ressaltando que esses, nesta Assembleia Municipal, representam o Concelho e os seus munícipes. -----

O cidadão *Alferes Pereira* referiu ainda mandar naquilo que fala e que tem cinco minutos para intervir, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* recordou ao cidadão Alferes Pereira que se havia inscrito para falar sobre a rede viária e sobre o PERM, e não para fazer a avaliação política, dizendo que essa avaliação o cidadão Alferes Pereira a poderá fazer noutros fóruns,



mas não nesta Assembleia Municipal. -----

O cidadão *Alferes Pereira* prosseguiu a sua intervenção para, a respeito do PERM, dizer que as obras, embora atrasadas, estão a um bom ritmo, salientando já ter sido assumido pelo Sr. Presidente da Câmara que aquele será um grande empreendimento, com muito movimento. Referiu que o acesso da EN1 ao PERM permanece igual, questionando a Câmara se vai ser feita alguma intervenção nesse acesso, recordando que já morreram pessoas naquele local. ---- Salientou que o Sr. Presidente da Câmara já referiu que uma parte do PERM já foi vendida e que, perante isso, questionava à Câmara se podia tornar público quais os lotes vendidos, quais as empresas que os compraram e sob que condições, perguntando se a Câmara está em condições de mostrar publicamente os contratos-promessa ou, porventura, ou contratos definitivos. -----

De seguida, e comentando que estava, pelos vistos, limitado na sua voz, disse que iria falar de alguns casos concretos a respeito da rede viária. -----

Aludindo à rotunda da A32, em Pigeiros, salientou que ainda há dias foi ali atropelada uma pessoa e que a mesma não morreu por sorte, comentando que se fosse em Santa Maria da Feira ou em Lourosa essa intervenção já tinha sido feita, mas que como é em Pigeiros tal ainda não aconteceu. Chamou a atenção para o movimento que tem aquele local, dizendo que com a A32 passam ali milhares de carros por dia e que muitas pessoas passam por aquele local para irem para o posto médico de Milheirós de Poiares, para a EB 2,3 de Milheirós de Poiares, para a praia fluvial, para a farmácia, sublinhando haver uma certa ligação entre Pigeiros e Milheirós de Poiares, mais até do que com Caldas de São Jorge. -----

Disse ser conhecido o argumento de que aquela obra não é da competência da Câmara mas que, dada a urgência de resolver o problema ali existente, questionava a Câmara para quando a feitura de passeios e a colocação de passadeiras naquele local. -----

Questionou ainda à Câmara quando é que está planeado ser feita uma intervenção na rotunda entre a zona industrial de Milheirós de Poiares e a de Arrifana, dizendo que ali também não há passeios. -----

Referiu que uma outra questão que colocava é sobre uma rua que fica entre a Rua Gago Coutinho e Nadais, que passa por baixo do acesso à via rápida, dizendo que essa rua está, há anos, cortada numa extensão de três metros e que quando chove muito não se consegue lá passar. Disse ser urgente arranjar aquela rua, comentando não perceber o porquê disso ainda



não ter sido feito uma vez tratar-se de uma extensão de somente três metros.-----

Questionou, ainda, para quando uma nova intervenção na EN1, salientando que a intervenção que ali foi feita foi insuficiente. Referiu que o cruzamento do Monumento tem que ser arranjado e que é da opinião que as pedras existentes na rotunda deviam ser deitadas abaixo, salientando que aquela rotunda está sempre cheia de silvas e que devia ser feito, ali, uma coisa em condições.-----

Frisou que o cruzamento do LIDL, o cruzamento dos Dezassete e o cruzamento junto aos Móveis Ferreira deviam ser, também, intervencionados. -----

Disse serem questões que podem nem ser da competência da Câmara Municipal mas que exigem uma atenção especial da parte da mesma. -----

Concluindo, comentou que, numa próxima ocasião, gostaria de falar perante mais deputados municipais, dizendo ainda não ter percebido o agendamento desta sessão para uma segunda-feira, ressaltando que nem todos são políticos profissionais para poderem estar na sessão até às duas horas da madrugada. -----

-----  
*O Sr. Presidente da Assembleia* lembrou que esta sessão foi agendada para uma segunda-feira a pedido do Partido Socialista, uma vez que se realizou, na passada sexta-feira, um ato importante na vida partidária portuguesa que foi as eleições diretas para Secretário-Geral do Partido Socialista, frisando que todos os partidos, democraticamente, concordaram e que a Mesa aceitou que esta sessão se realizasse a uma segunda-feira. -----

Quanto à liberdade total de falar, disse que ela não está limitada, que nunca estaria, ressaltando que a mesma está regimentalmente fundada e baseada e que, obviamente, o Presidente da Mesa zela pelo regular o cumprimento dos trabalhos e, também, pela defesa de cada um dos deputados municipais e do trabalho que cada um faz neste Órgão, independentemente do partido a que pertençam. -----

Frisou que a liberdade de expressão é total também porque existiu a data do 25 de Novembro, dando nota que já se havia entrado nesse dia uma vez que já passava da meia-noite, sublinhando estar longe do pensamento do Presidente da Assembleia querer cortar a palavra a quem quer que seja. -----

De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este desse os esclarecimentos que entendesse pertinentes, face às questões colocadas pelo cidadão Alferes

---



Pereira.-----  
-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que referiu que, estando-se numa sessão da Assembleia Municipal e tendo sido as questões colocadas à Câmara Municipal, então que as mesmas deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara, para serem respondidas.-----  
-----

Assim sendo, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o Período de Intervenção do Público.-----  
-----

Em seguida, submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----  
-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,25 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----  
-----

**O Presidente,**

**O 1.º Secretário,**

**O 2.º Secretário,**